

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – DOUTORADO**

JEANNOT PERCINEY

**O SISTEMA EDUCACIONAL NO HAITI: DESAFIOS PARA O ACESSO E O
DIREITO À EDUCAÇÃO PÚBLICA**

PONTA GROSSA

2022

JEANNOT PERCINEY

**O SISTEMA EDUCACIONAL NO HAITI: DESAFIOS PARA O ACESSO E O
DIREITO À EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa História e Políticas Educacionais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Vera Lúcia Martiniak
Co-orientadora: Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva
Oliveira

PONTA GROSSA

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

P429 Perciney, Jeannot

O sistema educaciona no Haiti: desafios para o acesso e o direito à educação pública: o Sistema Educacional no Haiti / Jeannot Perciney. PontaGrossa, 2023.

96 f.

Dissertação (Mestrado em Educação - Área de Concentração: Educação), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lucia Martiniak. Coorientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira.

1. Haiti. 2. Recursos publicos. 3. Gestão educacional. 4. Sistema educacional. I. Martiniak, Vera Lucia. II. Oliveira, Rita de Cássia da Silva. III.Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação. IV.T.

CDD: 379



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR -
<https://uepg.br>

TERMO

JEANNOT PERCINEY

O SISTEMA EDUCACIONAL NO HAITI: DESAFIOS PARA O ACESSO E ODIREITO À EDUCAÇÃO PÚBLICA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador (a): Dra.Vera Lucia Martiniak - UEPG

(Presidente), Dra.Elizabeth Regina Streisky
de Farias-UNESPAR,Dra. Elenice Parise
Foltran -UEPG



Documento assinado eletronicamente por **Vera Lucia Martiniak, Professor(a)**, em 12/12/2022, às 09:40, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei

11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Elenice Parise Foltran, Professor(a)**, em 14/12/2022, às 11:52, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **1207687** e o código CRC **49FCC59B**.

22.000071685-2

1207687v5

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela minha vida, e por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso.

Gostaria de agradecer sinceramente a todas as pessoas que participaram do sucesso da redação da minha dissertação.

Dedico sinceros agradecimentos pela gentileza do Programa de Alianças para a Educação e Capacitação – PAEC, com cooperação entre o Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras (GCUB) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) por me ter selecionado e integrado entre os beneficiados.

Antes de tudo, gostaria de agradecer a minha orientadora Prof^a Dr^a Vera Lúcia Martiniak e a minha co-orientadora Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira pelo acolhimento desde a minha integração neste programa. Pela orientação, disponibilidade, incentivo e paciência. Agradeço a todos os membros da banca que aceitaram ler e analisar esta dissertação. Eu estou imensamente grato pelas suas colaborações.

Também gostaria de agradecer aos professores e a estrutura administrativa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta-Grossa (UEPG), que me forneceram as ferramentas necessárias para o sucesso dos meus estudos universitários. Agradeço especialmente a ex-coordenadora do PPGE Prof^a Dra Gisele Massone a atual coordenadora do PPGE Simone Regina Manosso Cartaxo pelo apoio.

Gostaria de agradecer também aos funcionários do setor das relações internacionais da UEPG pela recepção e acolhimento.

Meus pensamentos vão também a todos meus amigos a saber: Sheila Cristina Gonçalves, Jean-Louis Baby-Love, Danielle A. D. Guerrier, Jackson Dumay, Jean-Fritz Milien, Djimmy Dolcin e Policarpe Fresidor pela troca de ideias e ajuda na escrita da minha dissertação.

Eu não poderia esquecer de todos os meus colegas da turma do mestrado, pois, eles contribuíram para esse sucesso. Eu também gostaria de desejar-lhes o melhor.

Por fim, dedico meus mais sinceros agradecimentos à minha família : meus pais , meus irmãos e minhas irmãs, especialmente meu irmão Patrick Perciney que me acompanhou, ajudou, apoiou e me incentivou ao longo de meus estudos.

RESUMO

PERCINEY, Jeannot. **O sistema educacional no Haiti**: desafios para o acesso e o direito à educação pública. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

Esta pesquisa tem como objeto de estudo o sistema educacional haitiano, particularmente, o ensino fundamental partindo do princípio de uma escola primária acessível a todos. Tem como objetivo compreender como o financiamento do sistema educacional haitiano, por meio do Fundo Nacional para a Educação (FNE), tem impactado os índices de acesso e permanência dos alunos do Ensino Fundamental (6 a 14 anos). A pesquisa é qualitativa, realizada por meio da revisão bibliográfica e documental para subsidiar o estudo a partir de aportes teóricos relacionados ao sistema educacional. Como procedimento metodológico foi utilizado a pesquisa documental com a utilização de fontes primárias e secundárias – documentos do governo haitiano, tais como legislações e dados relativos à educação no período de 2010 a 2016. O estudo foi realizado por meio da busca de informações registradas no departamento de informática de “Nouvelliste” e na rede alternativa de informação haitiana (AlterPresse). O referencial teórico é apoiado por autores que discutem o sistema educacional, tais como: Dermeval Saviani (2017, 2018); a influência dos organismos internacionais nas políticas educacionais e financiamento da educação, Louis-Auguste Joint (2008); Pierre Delima (2012) e Iv Dejean (2013). Por meio dos dados é possível inferir que no Haiti, por meio da má gestão de políticas educacionais que não levam em conta a realidade da população pobre e trabalhadora e do financiamento de estabelecimentos privados pelo Estado, os organismos internacionais refletem as desigualdades de oportunidades de todas as crianças no acesso à educação. As escolas particulares com mensalidades exorbitantes constituem um retrocesso imperioso que tem efeitos danosos na possibilidade de atingir o nível básico de escolaridade. Há uma barreira econômica cada vez mais difícil de superar para mais pessoas, não apenas de famílias de baixa renda, mas também de famílias de renda média.

Palavras-chave: Haiti. Recursos publicos. Gestão educacional, Sistema educacional.

ABSTRACT

PERCINEY, Jeannot. **The education system in Haiti**: challenges for access and the right to public education. 2022. Dissertation (Master in Education)- Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

The object of this research is the Haitian educational system, particularly primary education, based on the principle of an elementary school accessible to all. It aims to understand how the financing of the Haitian educational system, through the National Education Fund (FNE), has impacted the access and permanence rates of elementary school students (6 to 14 years old). The research is qualitative, carried out through a literature and document review to support the study based on theoretical contributions related to the educational system. The methodological procedure used was documentary research with the use of primary and secondary sources - documents of the Haitian government, such as legislation and data related to education in the period from 2010 to 2016. The study was conducted by searching for information recorded in the computer department of "Nouvelliste" and in the alternative Haitian information network (AlterPresse). The theoretical framework is supported by authors who discuss the educational system, such as: Dermeval Saviani (2017, 2018); the influence of international organizations on educational policies and financing of education, Louis-Auguste Joint (2008); Pierre Delima (2012) and Iv Dejean (2013). Through the data it is possible to infer that in Haiti, through the mismanagement of educational policies that do not take into account the reality of the poor and working population and the financing of private establishments by the State, international organizations reflect the inequalities of opportunities for all children in access to education. Private schools with exorbitant tuition fees are an imperative setback that has harmful effects on the possibility of reaching the basic level of schooling. There is an economic barrier that is increasingly difficult to overcome for more people, not only from low-income families, but also from middle-income families.

Keywords: Haiti. Public resources. Educational management, Educational system.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	Estrutura e organização do sistema educativo após a Reforma Bernard.....	29
QUADRO 2 -	Evolução da Taxa de Participação no nível pré-escolar no período de 2010-2016.....	71
QUADRO 3 -	Estrutura demográfica da população de 0 a 18 anos (por idade e sexo) (projeções de 2015.....	72
QUADRO 4 -	Número de escolas e matrícula total.....	73
QUADRO 5 -	Evolução das Taxas Líquida de Matrícula (TLM) no Nível Fundamental de 2010 a 2016.....	74
QUADRO 6 -	Evolução das taxas de matrícula ao longo de 4 anos no nível secundário.....	74

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	Mapa do Haiti	12
FIGURA 2 -	Estrutura e organização do sistema educacional haitiano	30
FIGURA 3 -	Amplitude do terremoto que assolou o Haiti em 2010.....	48
FIGURA 4 -	Relatório Banco da República do Haiti (BRH) no período de 2011 a 2018	53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I - PERCURSOS DO SISTEMA EDUCACIONAL HAITIANO.....	12
1.1 CONTEXTUALIZANDO O HAITI.....	12
1.2 A EDUCAÇÃO COMO DIREITO CONSTITUCIONAL.....	19
1.3 O SISTEMA EDUCACIONAL NO HAITI.....	23
1.4 A ESTRUTURA EDUCACIONAL HAITIANA A PARTIR DE 1982.....	27
1.5 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (PNEF).....	33
1.6 A REDE DE ESCOLAS ASSOCIADAS.....	35
1.7 O PLANO OPERACIONAL (2010-2015) PARA RECONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA EDUCACIONAL.....	38
1.8 A ESTRUTURA DO SETOR EDUCACIONAL HAITIANO ATUALMENTE.....	42
1.9 O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO UNIVERSAL GRATUITA E OBRIGATÓRIA (2011-2016).....	45
CAPÍTULO II - O FUNDO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (FNE) NO HAITI.....	47
2.1 A NATUREZA E CARACTERIZAÇÃO DO FNE DESTINADO A FINANCIAR A EDUCAÇÃO HAITIANA.....	49
2.2 O NEOLIBERALISMO COMO CONCEITO CHAVE PARA ENTENDER AS REFORMAS EDUCACIONAIS NOS PAÍSES AMERICANOS.....	58
CAPÍTULO III - A EDUCAÇÃO BÁSICA HAITIANA: LIMITES E DESAFIOS.....	67
3.1 OS LIMITES PARA ACESSO À EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO FUNDAMENTAL.....	68
3.2 OFERTA EDUCATIVA MARCADA PELA PREDOMINÂNCIA DO SETOR NÃO PÚBLICO.....	75
3.3 DESAFIOS PARA O ACESSO E O DIREITO À EDUCAÇÃO PÚBLICA.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS.....	88

INTRODUÇÃO

A motivação pessoal para produzir esse estudo se deu a partir da experiência no magistério e da conclusão do curso de graduação no *Centre de Formation pour l'École Fondamentale* (CFEF) de *Port-au-Prince*, Haiti. Apaixonado por esta área, durante três anos cursamos o curso de Ciências da Educação na Universidade Pública de Nippes (UPNip) e o curso de licenciatura em Ciências da Vida e da Terra (SVT) na Universidade da Guiana. Os estágios realizados em escolas públicas e as experiências profissionais como professor durante três anos em escolas privadas haitianas motivaram a empreender uma investigação científica, particularmente na educação. O prosseguimento no curso de pós-graduação em Educação tem motivações de ordem pessoal e profissional, pois o curso de Bacharelado em Ciências Experimentais encorajou a aprofundar os estudos, como uma opção pedagógica. A partir da aprovação na seleção de bolsas do Programa de Alianças para a Educação e Capacitação – PAEC, com cooperação entre o Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras (GCUB) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) candidatei-me a uma vaga no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sendo aprovado na linha de História e Política Educacionais.

Atualmente, o sistema educativo haitiano tem experimentado muitos problemas do ponto de vista teórico e prático, ambos relacionados com a falta de profissionais qualificados neste campo. Por esta razão, a realização deste estudo em nível de mestrado permitirá aprofundar meus conhecimentos sob o prisma da profissionalização e adquirir a bagagem teórica-metodológica para compreender o sistema educacional haitiano. Considero esta possibilidade como uma oportunidade de poder trazer uma melhoria ao sistema educativo do meu país assim que regressar. Afirma-se frequentemente que a educação é a base do desenvolvimento de um país, a forma mais rápida de contribuir com as necessidades de desenvolvimento do nosso país é armarmos intelectualmente. Este estudo permitirá aprofundar o conhecimento científico, bem como compreender melhor as questões da educação haitiana, propor ações que sejam significativas para minha comunidade haitiana e aprofundar minhas competências profissionais.

Além disso, menciona-se a carência de investigação científica no campo das ciências da educação. A pesquisa na área da educação, no âmbito desse programa, será de grande valia para o país e contribuirá qualitativamente neste campo, que é crucial para o desenvolvimento da sociedade.

O interesse pela temática relacionada ao sistema educacional haitiano se aprofundou após o levantamento da produção acadêmica produzida no período de 2015 a 2021. O levantamento foi realizado a partir das bases de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e Google Acadêmico com as palavras-chaves “educação haitiana”, “educação”, “haiti”, “sistema educacional”. A partir destes descritores encontrou-se a dissertação de Vagner Charles, intitulada “Análise da identidade e da alteridade no sistema educacional haitiano” (2015) que analisou os conceitos de identidade/alteridade nas práticas cotidianas do sistema haitiano. As demais pesquisas encontradas, no Brasil, a respeito da educação haitiana restringe-se a escolarização das crianças imigrantes ou sobre a análise do fluxo migratório para o país. Portanto, a escassez na produção acadêmica demonstra uma lacuna existente a respeito de uma análise que compreenda o sistema educacional haitiano, bem como a grande desigualdade no direito e acesso à educação pública.

Em 2011, com a eleição do Presidente Martelly, foi lançado um programa de ensino gratuito e universal chamado *lekol ti moun yo*¹. Este programa destina-se a atuar direta e indiretamente sobre vários parâmetros socioeconômicos estruturantes da vida educativa. Concomitante, foi estabelecido o Fundo Nacional de Educação (FNE) por meio da cobrança de impostos sobre transferências de dinheiro oriundo do estrangeiro para o Haiti e sobre chamadas telefônicas internacionais. Contudo, o Fundo Nacional para a Educação (FNE) financia escolas privadas em detrimento de investimentos em escolas públicas. Diante deste contexto, tem-se como problema de pesquisa a seguinte indagação: *quais os impactos do Fundo Nacional de Educação (FNE) nos índices de acesso e permanência dos alunos no Ensino Fundamental?*

Essa pesquisa tem como objetivo geral compreender como o financiamento do sistema educacional haitiano, por meio do Fundo Nacional para a Educação (FNE), tem impactado os índices de acesso e permanência dos alunos do Ensino Fundamental (6 a

¹ Escola para todos

14 anos). Foram definidos como objetivos específicos: contextualizar o sistema educacional haitiano a partir das reformas implementadas na década de 1990 sob influência das políticas neoliberais; identificar as condições de acesso e permanência dos alunos nas escolas públicas do Haiti e, apontar os desafios, limites e possibilidades para educação haitiana.

A pesquisa é qualitativa, realizada por meio da revisão bibliográfica e documental para subsidiar o estudo a partir de aportes teóricos relacionados ao sistema educacional. Como procedimento metodológico foi utilizado a pesquisa documental com a utilização de fontes primárias e secundárias – documentos do governo haitiano, tais como legislações e dados relativos à educação. O estudo foi realizado por meio da busca de informações registradas no departamento de informática de “Nouvelliste” disponível livremente na internet (<http://www.lenouvelliste.ch>) e na rede alternativa de informação haitiana (AlterPresse) disponível livremente na internet (<http://www.alterpresse.org>)

O referencial teórico é apoiado por autores que discutem o sistema educacional, tais como: Dermeval Saviani (2017, 2018); a influência dos organismos internacionais nas políticas educacionais e financiamento da educação, Louis-Auguste Joint (2008); *Système éducatif et inégalités en Haïti*²; Pierre Delima (2012); *Constitutions, Lois et Éducation en Haïti de 1801-2011. Éléments de Politiques Éducatives*³, e Iv Dejean (2013) ; *Yon lekòl tèt anba nan yon peyi tèt anba*⁴.

A dissertação está estruturada em três capítulos, sendo que o primeiro trata dos elementos históricos do sistema educacional haitiano e da estrutura educacional a partir de 1982. O segundo apresenta a natureza e as características do FNE destinado a financiar a educação haitiana. Assim, a relação entre o FNE e o contexto neoliberal. O terceiro capítulo discute a educação dos haitianos em termos de limites e desafios.

² Sistema educacional e desigualdades social no Haiti

³ Constituições, leis e educação no Haiti do período de 1801-2011, elementos das políticas educacionais.

⁴ Uma escola de cabeça para baixo em um país de cabeça para baixo.

CAPÍTULO I - PERCURSOS DO SISTEMA EDUCACIONAL HAITIANO

A educação é concebida como condição *sine qua non* para o desenvolvimento de um país. É também uma ferramenta eficaz que promove a igualdade social e reduz a pobreza. Um pilar que pode dar ao trabalhador a possibilidade de mudar de status, pois vive-se em um mundo dividido em classes sociais. Nessa perspectiva, a educação é a primeira necessidade de um povo, depois do alimento (DANTON, 1789-1794). Isso significa que as políticas educacionais estão fortemente vinculadas ao desenvolvimento de uma sociedade e, mais particularmente, dos indivíduos.

Nessa perspectiva, esse capítulo tem como objetivo contextualizar o sistema educacional haitiano a partir das reformas implementadas na década de 1990, sob influência das políticas neoliberais.

1.1 CONTEXTUALIZANDO O HAITI

FIGURA 1 – Mapa do Haiti



Fonte: (HAÍTI, MNFP, 2018)

Nota: Documento Plano Decenal de Educação e Formação (PDEF) 2017-2027

O Haiti está localizado na ilha de Hispaniola com a República Dominicana, sendo uma das maiores ilhas do Caribe. Os primeiros habitantes da ilha foram os taino, uma tribo Arawak que migrou da região amazônica da América do Sul para o Caribe a cerca de 600 anos antes de Cristo. Com a chegada de Cristóvão Colombo em 1492, teve início a colonização e a população Taino foi escravizada e posteriormente, extintos da ilha. Em 1665, os franceses estabeleceram-se no território, especialmente na parte ocidental denominando de “Santo Domingo”.

Com a presença destes países (Espanha e França) surgiu disputas de território até que o Tratado de Ryswick, em 1697, dividiu a ilha em duas: Espanha no leste e França no oeste. Santo Domingo tornou-se a colônia mais rica das Antilhas, especialmente com a produção de açúcar e café, devido aos trabalhadores que vieram da África sob pressão francesa. Em 1804, a parte ocidental da ilha ganhou sua independência, passando a ser chamar Haiti e posteriormente, em 1844 a parte oriental tornou-se independente com o nome de República Dominicana. O Haiti tornou-se a primeira república negra do mundo e o segundo esta do independente das Américas, depois dos Estados Unidos(4 julho 1776).

O Haiti tem uma área de 27.750 km² e sua capital é Porto Príncipe, sua população tem duas línguas oficiais: crioulo haitiano (língua materna) e francês (segunda língua). O Haiti tem uma taxa de crescimento populacional de 1,22% (BANCO MUNDIAL, 2020), a expectativa de vida é de 64 anos (BANCO MUNDIAL, 2021), taxa de alfabetização de 48,68% (PNUD2, 2005-2016). Como resultado destes índices, o país ficou em 168º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre 189 países, de acordo com o relatório do PNUD de 2018.

Desde 1804 o Haiti é um país agrícola e ao longo da sua história, experimentou instabilidade política, má gestão institucional e golpes de Estado que se sucederam ao longo do tempo, impedindo-o de avançar em direção ao desenvolvimento econômico e social. De acordo com o relatório do *Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique* (IHSI), o país viveu um clima econômico relativamente favorável, com as exportações atingindo níveis recordes para produtos como café, cacau e arroz na década de 1960 e 70.

Com o crescimento dos setores agrícola e turístico impulsionaram o desenvolvimento da economia. Contudo, durante o embargo sofrido em 1991-1994,

imposto pelos Estados Unidos, a fim de assegurar a volta do presidente Jean-Bertrand Aristide ao poder, houve um declínio na economia e apenas alimentos e produtos básicos foram autorizados a entrar no país. Atualmente, o Haiti é o país mais pobre do hemisfério sul, segundo o Banco Mundial, com uma renda per capita estimada em uma média de US\$250. O setor primário como um todo entrou em colapso devido à falta de estrutura e à ausência de uma estratégia de renovação dos equipamentos. As atividades dos demais setores foram reduzida devido a baixa taxa de investimentos e a falta de supervisão.

O Haiti é o primeiro país da América Latina a conquistar a independência liderando a primeira revolução libertadora e abolindo a escravidão. Essa revolução, que teve como líder Jean Jacques Dessalines de 1791 a 1804, foi um exemplo inspirado em vários países do mundo. O Haiti desde sua independência em 1804 foi incapaz de seguir o caminho do desenvolvimento. Viveu todo tipo de problemas no plano econômico, político e social, a ponto de a colônia que era a mais rica da metrópole francesa se tornar a mais pobre do mundo.

Vale lembrar que o Haiti obteve sua independência da França no século XIX e pagou por sua independência até 1947 (ARCHIMEDE, 2018). O Haiti teve que comprar sua liberdade pagando 21,7 bilhões de dólares à França (LE MONDE, 2003). Segundo Louis-Georges Tin, presidente do Conselho Representativo das Associações Negras (CRAN), essa soma que: “O Haiti terminará de pagar em meados do século 20, teria precipitado o país na espiral infernal do superendividamento, empobrecimento e subdesenvolvimento. Por ocasião do bicentenário da morte do precursor da independência haitiana, apelidado de Toussaint Louverture, em abril de 2003, o então presidente Jean Bertrand Aristide reivindicou essa quantia como “restituição e reparação”, indicando que era equivalente a “90 milhões de francos pesados” no momento do pagamento à França pelo reconhecimento de sua independência (LE MONDE, 2003). Aristide não conseguiu completar seu mandato, em 29 de fevereiro de 2004, ele foi forçado a deixar seu país a bordo de um avião americano escoltado por pessoal de segurança militar dos Estados Unidos.

A questão da dívida paga pelo Haiti acaba de ressurgir recentemente, na sequência de um artigo publicado pelo New York Times (2022). Segundo o artigo, cerca de quinze renomados economistas de todo o mundo, que vasculharam milhares de

páginas de arquivos governamentais para calcular o valor pago pelo Haiti à sua antiga metrópole ao longo de várias gerações. Esse levantamento informa que o valor não inclui apenas indenizações pagas aos ex-proprietários de escravos, mas também um empréstimo contratado para ajudar a financiá-los. De acordo com os resultados da pesquisa, o Haiti teria pago um total de US\$ 560 milhões, referente à taxa na época da pesquisa (Constant et al, 2022). Assim, o Haiti poderia pegar os trilhos do desenvolvimento se esse dinheiro tivesse sido aplicado na economia, em vez de ser injetado na França sem receber nada de volta como infraestrutura para desenvolvimento do país (escolas públicas, estradas, pontes, hospitais, etc.)

Os economistas do New York Times calculam que esse déficit no Haiti tem consequências danosas em seu desenvolvimento:

De acordo com nossas estimativas, os pagamentos à França custaram ao desenvolvimento econômico do Haiti entre US\$ 21 bilhões e US\$ 115 bilhões em perdas ao longo de dois séculos, ou uma a oito vezes o produto interno bruto do país em 2020 (Constant et al, 2022).

A revolução trouxe a independência do Haiti em 1804 e expulsou o exército francês, considerado mais poderoso da época, para se tornar um estado autônomo. Torna-se um estado independente, é claro, mas a partir de então, começou a experimentar todos os tipos de problemas. O Haiti tornou-se uma presa fácil dos imperialistas. Vários países buscaram dominar o país, como França, Estados Unidos e Alemanha. Este último foi o principal financiador do desenvolvimento do Haiti, com empréstimos flutuantes a taxas exorbitantes para facções políticas rivais em 1910 (DCO, 2019)

Os alemães, com sua pequena comunidade, exerceram grande influência no país em 1910 diante de seu poder econômico. Eles controlavam cerca de 80% do comércio internacional do Haiti e dominavam os serviços públicos em suas duas principais cidades, Cap Haitien e Port-au-Prince – controlando o principal cais da capital e o serviço ferroviário leve, além de um ferro (DCO, 2019).

No início do século 20, os Estados Unidos decidiram limitar a influência dos alemães no Haiti. Assim, em 1915 a 1934 o Haiti experimentou a primeira ocupação norte-americana, o que constitui um ato de agressão política, econômica e militar (HAITI LIBRE, 2019). Isso fez parte de um conjunto de princípios de política externa enunciados pelo presidente dos Estados Unidos, James Monroe, em 2 de dezembro de 1923. Essa

doutrina visou preservar o continente norte-americano e a América Latina contra o reassentamento de europeus. Esta doutrina concedeu direito ao livre arbítrio aos americanos continentais. Segundo a Revista DCO, os americanos desembarcaram no Haiti sob o pretexto de proteger os interesses americanos e estrangeiros.

O presidente dos EUA, Woodrow Wilson, usou o discurso para proteger os negócios dos EUA, principalmente por causa da “ameaça” aos interesses da Haitian – American Sugar Company (HASCO) ⁵, com sede nos EUA, o que na prática significava interferência total nas finanças do Haiti (DCO, 2019)

O Haiti viveu uma ditadura de 1957 a 1986, quando foi governado pela família Duvalier. Em 1957, François Duvalier, conhecido como “Papa Doc”, foi eleito presidente após uma eleição falsificada e com o apoio do exército haitiano (LACROIX, 2014). Em 1963, a brutal ditadura do “Papa Doc” encontrou apoio dos EUA em nome da luta contra o regime comunista de Fidel Castro em Cuba. Ele manteve o poder até sua morte em 1971, quando seu filho Jean Claude Duvalier apelidado de “Baby Doc” tornou-se presidente, assumiu e manteve as práticas de seu pai. Diante das manifestações antigovernamentais, que reagiram duramente contra o autoritarismo e a repressão, Jean Claude Duvalier foi deposto do poder em 1986 (IBID).

Os haitianos chegaram a ser libertados da ditadura e elegeram seu primeiro presidente democrático, um ex-padre da Teologia da Libertação, Jean Bertrand Aristide. Foi eleito presidente do país em 1991 para um mandato de cinco anos, mas sofreu um golpe do ex-comandante do exército do Haiti, Raoul Cédras (POPOVIC, 2020). Após três anos de exílio nos Estados Unidos, a Força Expedicionária Americana o trouxe de volta ao Haiti para retomar o poder em 1994, depois que os americanos e a Organização das Nações Unidas (ONU) forçaram os militares a saírem do poder.

Nas eleições dos anos 2000, Aristide foi reeleito e voltou a governar o país em 2001, sendo obrigado a renunciar em 2004, sob pressão internacional, principalmente das instituições financeiras FMI e Banco Mundial, devido a sua posição contrária aos programas de privatização que essas instituições impuseram (DULCE 2019). O golpe do presidente Jean B. Aristide gerou a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). Este golpe teve como objetivo, por um lado, apoiar ou estabelecer um

⁵A Hasco, a Haitian American Company, era uma trading americana que buscava produzir e vender açúcar e outros produtos no Haiti e nos Estados Unidos.

regime verdadeiramente neoliberal no país, e por outro, proteger a propriedade, particularmente, o capital estrangeiro de americanos, franceses e canadenses.

Após o golpe de estado do Presidente Aristide em 2004, as eleições foram adiadas quatro vezes até René Préval, ser escolhido pelo presidente Aristide em 9 de fevereiro de 1991 como primeiro-ministro, eleito pela segunda vez para a presidência da república em 2006. Ele liderou o país por dois mandatos entre 1996-2001, depois 2006-2011, sem sofrer um golpe ou exilar-se (LACROIX, 2017). René Préval foi o primeiro presidente democraticamente eleito do Haiti e posteriormente, Michel J. Martelly, eleito presidente em 14 de maio de 2011 com 67,7% dos votos contra Mirlande Manigat, advogada e esposa do ex-presidente do Haiti Leslie Manigat⁶.

O governo Martelly viveu um período de crise no final de 2014 e início de 2015 por não ter organizado eleições legislativas e locais, com três anos de atraso. A oposição política e o governo não chegaram a um consenso sobre a composição do Conselho Eleitoral Provisório (CEP)⁷ e a ausência de eleições teve como consequência o vencimento dos mandatos parlamentares da câmara baixa e todos da câmara alta, exceto um terço, ou seja, dos 30 senadores somente 10 permaneceram até 12 de janeiro de 2015 (MIGNOT et al, 2016). A dissolução do parlamento deixou o presidente Martelly como único governante a liderar o país.

Para a renovação geral dos eleitos, o CEP estabeleceu o cronograma de eleição para o ano de 2015 para eleger 119 deputados da câmara baixa, 20 representantes do senado, todos os prefeitos e funcionários eleitos locais, bem como o próximo presidente do Haiti. As eleições do legislativo foram agendadas para o primeiro turno em 9 de agosto de 2015, para o segundo turno definiu-se a data de 25 de outubro de 2015 para as eleições locais e a primeira votação das eleições presidencial. Finalmente, o segundo turno das eleições presidencial foi definido para 27 de dezembro de 2015 (BARON, 2015)⁸.

⁶ O Sr. Manigat venceu eleições em 1988 que foram consideradas ilegítimas e serviu por menos de seis meses antes de ser deposto em um golpe militar.

⁷ O Conselho Eleitoral é a instituição responsável pelo bom andamento dos processos eleitorais no Haiti. Para o efeito, organiza e controla, com total independência, todas as operações eleitorais em todo o território da República até à proclamação dos resultados do escrutínio. Também elabora o projeto de Lei Eleitoral que submete ao Poder Executivo para o devido acompanhamento e zela pela atualização das listas eleitorais.

O candidato Jovenel Moïse venceu o primeiro turno da eleição presidencial em 25 de outubro totalizando 32,76% dos votos, contra 25,29% de Jude Célestin que caracterizou essas pontuações de “farsa ridícula” (MIGNOT et al, 2017).

A segunda rodada que foi marcada para 27 de dezembro, para a eleição presidencial e legislativo parcial, foi adiado inicialmente para 24 de janeiro de 2016, depois novamente 24 de abril 2016 e então foi postergado *sine die*, evitando, portanto, Martelly de entregar o poder a um sucessor em 7 de fevereiro de 2016 como queria a constituição (IBID).

Diante dessa situação de crise, evitando a vacância política, um acordo para acabar com a crise foi assinado, algumas horas antes do fim do mandato do Presidente Martelly, entre o poder executivo e parlamentar. Este acordo permitiu que o Senado da República e a Câmara dos Deputados aprovassem Jocelerm Privert, Presidente do Senado, como Presidente provisório em 14 de fevereiro de 2016, sendo seu mandato de no máximo 120 dias (BARON, 2016)⁹.

Contudo, uma comissão independente de avaliação eleitoral promoveu divulgações de fraude e forçou as autoridades a cancelar a votação e começar do zero a eleição presidencial. Reagendado para 9 de outubro de 2016 foi postergado mais uma vez devido à passagem do furacão Mathew¹⁰ (GBADAMASSI, 2016). A eleição finalmente ocorreu em 20 de novembro de 2016, onde Jovenel Moïse obteve a maioria dos votos e foi eleito Presidente do Haiti, e assumiu em 7 de fevereiro de 2017.

Assim como seu antecessor, seu governo passou por muitas crises que se agravaram em 2018 após o anúncio do fim dos subsídios aos combustíveis. Os problemas se intensificaram em 2019 após a constatação de que os últimos governos estavam envolvidos no desvio de verbas destinadas à infraestrutura e saúde. Em 2021, os movimentos de protestos foram reincidentes contra o governo de Jovenel Moïse e sua proposta de referendo constitucional. O Presidente Moïse governou o país por decreto,

¹⁰ Mathew é uma força enorme que chegou ao sudoeste do Haiti em 4 de outubro de 2016, com ventos para soprar a 230 km/h causando inundações que arruinaram os habitantes para evacuar em um país destituído. Em outubro de 2016, as pessoas mais potentes³ Mathew matou pelo menos 28 no país. Um desastre na semana anterior em uma magnitude de 50 anos no Haiti (Franceinfo). https://www.franceinfo.fr/monde/americas/presidentielle-a-haiti-lecueil-de-identification_3061613.html (Consultado 26/11/2022)

desde 2020, por falta de adiamento das eleições legislativas para renovar o parlamento. Ele foi assassinado em sua residência privada por um comando armado em 7 de julho de 2021.

No dia seguinte, Claude Joseph anunciou sua nomeação como primeiro- ministro provisório e estabeleceu o estado de sítio por 15 dias e luto nacional de 8 a 22 de julho. Observa-se que dois dias antes da morte de Jovenel Moise havia nomeado Ariel Henry como primeiro-ministro, mas não oficializou sua nomeação. Conversas entre Henry e Joseph em última análise procuraram encontrar uma solução para a situação política e, em 19 de julho de 2021, Claude Joseph se comprometeu a iniciar a transição de poder para Henry.

Ariel Henry assumiu o governo contando com o apoio do “*core group*” formado por embaixadores da Alemanha, Brasil, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, União Europeia e representantes das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos (OEA) (NOUVELLISTE, 2021). A missão de seu governo foi organizar novas eleições o mais rápido possível, porém até hoje, o Haiti não teve eleições e as crises políticas e socioeconômicas se agravaram mais ainda. A partir desta breve apresentação, pode-se deduzir que a crise política consecutiva por vários anos no Haiti teve graves consequências e repercussões sobre o sistema educacional haitiano.

1.2 A EDUCAÇÃO COMO DIREITO CONSTITUCIONAL

O direito à educação foi reconhecido em um grande número de instrumentos jurídicos internacionais e nacionais, tais como tratados (convenções, convênios, cartas) e também em textos não vinculantes, como recomendações, declarações e marcos de ação.

Desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos o direito à educação foi reafirmado em vários tratados em nível internacional e nacional. A Declaração adotada em 1948, afirma no artigo 26: “Toda pessoa tem direito à educação”. Além disso, estipula que essa educação deve ser gratuita, pelo menos nos níveis primário e fundamental. Contudo, diversos países apresentam dificuldades para fazer com que sua população usufrua desse direito. No entanto, a educação é o vetor de modernização

que influencia a estrutura econômica de um país. Nesse caso, o desafio é muito maior para os países subdesenvolvidos para que a educação seja vista como o principal pilar do desenvolvimento e a chave para um futuro melhor.

Após 311 anos de colonização e escravidão (1492-1803), o Haiti conquistou sua independência em 1º de janeiro de 1804 da França. Tornou-se a primeira república negra do mundo e o segundo estado independente na América depois dos Estados Unidos (4 de julho de 1776). Após mais de 218 anos de independência (1º janeiro de 1804) a educação básica ainda não é gratuita e acessível a toda a população.

A questão da educação não foi levantada durante a colonização do Haiti pela França (1697-1803), pois o objetivo era o enriquecimento econômico e a expansão da hegemonia cultural (IRAMÈNE, 2017). Foi necessário esperar até 1801, no governo de Toussaint Louverture, para ter as prescrições relativas à educação (DELIMA, 2012). Após a proclamação da independência em 1804, sob o governo Jean-Jacques Dessalines, foi promulgada a constituição de 1805 que previa em seu artigo 19: a abertura de uma escola primária em cada uma das seis (6) divisões militares do país. E só em 1844 nasceu o primeiro órgão responsável pela gestão da educação no Haiti. O artigo 31 da constituição de 1843 estipulava: “a educação é gratuita e as escolas são distribuídas gradualmente de acordo com a população”. Segundo Joint (2018), do ponto de vista da educação “a revolução de 1843”¹¹ parecia querer trazer uma nova orientação em relação às constituições anteriores.

Ao fazer um balanço dos lugares jurídico-legais da educação no Haiti, no século XIX, houve promulgação de muitas leis, adaptações de decretos e assinatura de convenções, mas pouquíssimas foram contempladas em termos de ação. Especialmente, com governos que estiveram muito tempo no poder, como Alexandre S. Pétion¹² e Boyer¹³. Segundo Pierre Enocque François (2009), a política educacional destes dois últimos teve um caráter elitista. Para Delima (2012) as constituições do século XIX

¹¹A Revolução Haitiana de 1843 foi uma revolta popular contra o presidente vitalício Jean-Pierre Boyer e sua ditadura, os investigadores do movimento tomaram o poder. Para renunciar às más práticas do ex-presidente, adotaram e promulgaram uma nova constituição. A criação do Departamento de Educação pública.

¹²Ex-presidente do Haiti (1807-1818), é um mulato que se aliou a Dessalines para expulsar os colonos durante a guerra da independência.

¹³Ex-presidente haitiano (1818-1843), foi considerado um obscurantista na educação.

marcaram duas tendências: uma que é a exclusão e a clausura. Esta tendência que privilegia os filhos de soldados e funcionários públicos reconhecidos pelos serviços à pátria, à instrução e educação públicas em detrimento da população que não tem condições de pagar o luxo de ir à escola pública é excluído do sistema educacional.

A segunda tendência é de natureza de inclusão e abertura a categorias sociais como as dos aproveitadores do Estado, ou seja, a instrução pública e a educação são declaradas abertas a todas as crianças. No entanto, nem todos os alunos são tratados com igualdade e respeito como pessoas únicas que são.

A ocupação americana que ocorreu de 1915 a 1934 marcou o país profundamente, pois a educação haitiana enfrentou duas culturas: a francesa e a anglo-saxônica. Apesar da tentativa de reforma do então Ministro da Instrução Pública, Dantès Louis Bellegarde, a ocupação americana também não contribuiu para o desenvolvimento da educação haitiana.

Em 1941, Maurice Dartigue foi nomeado Ministro da Instrução Pública. Neste posto, importantes inovações foram feitas na educação urbana. Sua filosofia sobre a educação era outra, se baseava em métodos científicos e se adaptava à realidade haitiana, a ponto de se falar da “reforma Dartigue”.

Desde o nascimento do Haiti, as bases da educação foram lançadas pelos fundadores da nação haitiana alicerçadas na igualdade de oportunidades, porém a política educacional está baseada na lógica seletiva. Além disso, essa política era machista, pois apenas os meninos tinham direito ao acesso às escolas públicas nacionais (JOINT, 2018).

Do ponto de vista educacional não houve muitos avanços no século XX, devido às crises sociopolíticas e econômicas em que o Haiti viveu. No entanto, os governantes da época, apesar da turbulência política, deram reconhecimento constitucional à instrução e à educação.

As dezesseis (16) constituições do século XIX e as doze (12) outras do século XX são atravessadas por preocupações relativas ao conhecimento da universalidade da educação, do ensino gratuito, da liberdade de ensino, do papel do Estado no controle e regulação do setor educacional (DELIMA, 2012, p.260).

Cabe destacar que os diversos governos haitianos, por meio das constituições, leis, convenções e decretos adotados, podem revelar suas preocupações com a

educação, mas sem que tenham transformado suas leis em ação para oferecer uma educação baseada na demanda e no desenvolvimento.

O Haiti é membro fundador da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 1945 e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) desde 1946. A missão da UNESCO é contribuir para a construção de uma cultura de paz, erradicação da pobreza, desenvolvimento sustentável e diálogo intercultural por meio da educação, ciência, cultura, comunicação e formação. Sem falar que a Declaração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2000, mostra o quanto a comunidade internacional está determinada a enfrentar os principais desafios da humanidade. Nesta ocasião, os Estados Membros comprometeram-se a atingir oito objetivos de desenvolvimento até 2015, onde a garantia da educação primária universal era um dos objetivos estabelecidos (ONU, 2015). No entanto, o acesso à educação está longe de ser garantido para todas as crianças haitianas, mesmo o direito à educação ter reconhecimento constitucional.

A última e atual constituição haitiana foi adotada por referendo em 29 de março de 1987. Ela contém 298 artigos e o artigo 32 que trata da educação, na qual assevera que:

Artigo 32. O Estado garante o direito à educação. Supervisiona a educação física, intelectual, moral, profissional, social e cívica da população.

Artigo 32.1

A educação é uma responsabilidade do Estado e das autoridades locais. Devem disponibilizar a escola gratuita a todos, garantir o nível de formação dos professores dos setores público e privado.

Artigo 32.2

A primeira cobrança do Estado e das autarquias locais é a educação massiva, a única coisa capaz de possibilitar o desenvolvimento do país. O Estado incentiva e facilita a iniciativa privada neste campo.

Artigo 32.3

O ensino primário é obrigatório sob pena de sanções a determinar por lei. Materiais clássicos e materiais didáticos serão disponibilizados gratuitamente pelo Estado aos alunos do ensino fundamental.

O artigo 32.1 e 32.3 conferem uma importância sustentada e particular ao ensino primário. Este último torna-se gratuito, obrigatório e acessível a todos. Contudo, a educação gratuita e universal nunca foi aplicada desde a promulgação da constituição de 1987.

No entanto, o ex-presidente Michel Joseph Martelly, durante sua campanha eleitoral, fez da “educação gratuita e universal” seu principal discurso e defesa. Ele assumiu o poder em 14 de maio de 2011 e deixou o poder em 7 de fevereiro de 2016. A questão da educação foi uma forma de tomar o poder onde realmente havia vontade de fazer o que a lei manda? Houve acesso equitativo à educação para todas as crianças durante seu mandato?

Diante das questões relacionadas à educação, a estrutura de um sistema é uma questão eminentemente sensível e só quem governa pode colocá-la em prática. Isso é uma questão de política pública dos Estados. Após uma visão geral dos elementos históricos do sistema educacional haitiano, será discutido na sequência o conceito de “sistema educacional haitiano”.

1.3 O SISTEMA EDUCACIONAL NO HAITI

O sistema educacional de cada país é herdeiro de uma história singular e cada nação cria seu sistema levando em consideração determinados fatores como: geográfico, filosófico, cultural, político ou mesmo religioso. Mas tudo isso é feito com o único objetivo de promover a educação da sua população. Assim, um precedente desenvolvimento que precisa considerar o homem como central, terá a educação como setor fundamental (SAVIANI, 1989).

O conceito do sistema educacional haitiano é objeto de muitas críticas, mas o Haiti tem um sistema educacional?

Segundo o dicionário Larousse, um sistema é o conjunto de processos práticos e organizados destinados a garantir uma função definida. Também pode-se considerar um sistema como um conjunto formado por partes em interações dinâmicas e constituindo um todo coerente e funcional. Assim, um conjunto ordenado de elementos que interagem entre si e são interdependentes é chamado de sistema.

Educacional, por outro lado, é o que tem ligação com a educação (processo que, por meio da transmissão do conhecimento, permite a socialização das pessoas). Um sistema educacional, dessa forma, é uma estrutura composta por vários componentes

para educar a população. Escolas, universidades, bibliotecas e professores, entre outros, fazem parte desse sistema (UNESCO, 2015).

Nessa perspectiva, é o Estado, por meio de seu Ministério da Educação, o órgão responsável pela gestão e regularização do sistema educacional. No entanto, pode haver uma coexistência entre a educação pública administrada pelo Estado e a educação privada de setores privados. Mas cabe ao Estado estabelecer os princípios básicos da escolarização e definir os currículos.

Se o sistema pode ser definido como uma unidade de vários elementos, intencionalmente reunidos de modo a formar um conjunto coerente e operante, conclui-se que o Sistema Nacional de Educação é uma unidade de vários aspectos ou serviços educacionais mobilizados por determinado país, intencionalmente reunidos de um determinado país modo a formar um conjunto coerente que opera efetivamente no processo de educação da população do país referido (SAVIANI, 2010, p. 38).

Quando o conceito de sistema é entendido conforme Saviani (2010), pode-se questionar a existência do sistema educacional haitiano e o papel do Estado, levando em conta que em qualquer Estado-Nação, é o Estado que organiza a sistema de educação.

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a qualidade de um sistema educacional é baseada em cinco (5) princípios básicos (GERARD et al, 2017):

- Os dois primeiros são o envolvimento do aluno e o envolvimento do professor . De fato, o sistema educacional é de qualidade se for capaz de envolver os alunos no aprendizado e os professores no ensino.
- Eficiência dos sistemas de ensino: o sucesso do maior número, deixando o menor número possível de crianças à margem do processo e sempre visando a excelência.
- Eficiência dos sistemas educativos: garantir a correta utilização dos recursos públicos; evitar desperdícios; sempre visando o melhor desempenho.
- Equidade dos sistemas educativos: garantir igualdade de oportunidades e justiça educativa para todos.

No Haiti, o que os agentes chamam de "sistema educacional", a observação é contundente. Além disso, o Estado não consegue desempenhar seu papel regulador e de gestão do sistema educacional, porque o setor de educação tem muito mais escolas privadas (cerca de 80%) do que o setor público (cerca de 20%). As escolas particulares

são de várias categorias (escolas missionárias, presbiteral, secular e organização não-governamental (ONG)). Às vezes, algumas dessas escolas particulares não respeitam o calendário escolar do MNFP e também seus prédios não atendem aos padrões de construção.

Em termos de infraestruturas de acolhimento, entre 23% e 40% das escolas fundamentais, maioritariamente da rede não pública, funcionam em instalações inadequadas: igrejas (23%), caramanchões (25%), por vezes com divisórias (40%) telhados (24%) e pisos (27%), feitos de materiais básicos. (DELIMA, 2012, p.38)

O estado não define o valor a ser pago por ano letivo, então cada escola tem um preço. Para travar o aumento das propinas excessivas, para reduzir os obstáculos ao acesso à educação, foi aprovada e publicada em 3 de janeiro de 2017 uma lei que regulamenta as propinas. De acordo com as disposições desta lei, as propinas podem ser aumentadas a cada 4 anos, mas este aumento não deve exceder 10%. A lei também proíbe qualquer atividade de venda de uniformes ou livros por funcionários da escola (Radio Metropole, 2017)

Qualquer pessoa pode abrir uma escola e contratar qualquer profissional qualquer para ensinar. Por outro lado, os 20% das escolas públicas financiadas pelo Estado não estão equipadas. Enfrentam falta de professores, há professores que são nomeados, mas não recebem remuneração, há alguns que trabalham sem nomeação (WOLFF, 2009). Todos os anos, alunos de escolas públicas saem às ruas para se manifestarem e pedir ao Estado a nomeação de professores para ministrarem aulas. Por outro lado, os alunos egressos da *École Normale Supérieure* (ENS), do Centro de Formação de Escolas Fundamentais (CFEF) de Porto Príncipe, das Faculdades de Ciências da Educação (FSE) que são credenciadas, também estão nas ruas reivindicando ao Estado para integrá-los ao sistema educacional.

O Estado, mostrando-se incapaz de regular o sistema educacional, reforça as desigualdades sociais existentes e, como resultado, cria áreas de discriminação ainda maiores.

Além disso, as escolas particulares, de certa forma, prestam um serviço ao Estado, uma vez que a educação de um povo é confiada ao Estado, conforme a constituição de 1987 em seu artigo 32.1, estipula que o governo e as autoridades territoriais das

comunidades devem tornar a escola gratuita para todos e assegurar o nível de formação dos professores "dos setores público e não público". Incentiva e facilita a "iniciativa privada" na educação e alfabetização em massa. A presença do setor privado no sistema não data de hoje, mas desde o nascimento do Haiti com o artigo 68 da constituição de 1801 estipulava: "qualquer pessoa com a faculdade de formar estabelecimentos particulares de ensino de instrução para jovens sob autorização e fiscalização das administrações municipais".

A incapacidade do Estado de gerir a educação de seu povo é uma falha do sistema persistente e que gera a predominância do setor privado. Essa deficiência dá origem a um conjunto de escolas frequentadas por crianças carentes, jovens em serviço doméstico, idosos ou filhos de pobres. Como a maioria das escolas são pagas, e existem várias categorias de escolas em termos de equipamentos e estrutura, daí a chance desigual de as crianças ter a mesma educação. Os pais que têm mais recursos econômicos colocam seus filhos em escolas melhores para receber uma educação de qualidade. Isso confirma um provérbio crioulo que diz: "*Mezi lajan w se mezi wanga w*¹⁴."

O governo por meio do seu Ministério, que no Haiti denomina-se Ministério da Educação Nacional e Formação Profissional (MENFP) perde o seu papel de governança educativa, para controlar o desequilíbrio da educação ministrada nas escolas do país. Na Conferência apresentada na Plataforma das Organizações de Direitos Humanos do Haiti (POHDH) em 30 de julho de 2010, a educadora Myrtha Gilbert (2010) fez a seguinte declaração:

Colocar hoje, no Haiti, a questão da escola, do sistema educacional e da universidade, é sobretudo colocar a necessidade de derrubar um sistema iníquo, no final de seu curso, que há muito coloca a escola e a sociedade em impasse(GILBERT 2010).

Assim, segundo Tardieu (2017), sob a pressão da demanda interna por educação, por um lado, a exigência mundial de escolarização universal, o Haiti deu origem a um sistema educacional monstruoso em dupla velocidade. Fortenel Thélusma em seu artigo declarou que educação está longe da ideia de um sistema educacional real no Haiti. David Millet, ex-consultor consular dos franceses no Haiti, em simpósio internacional na

¹⁴ A medida do seu dinheiro é a medida do seu feitiço.

Universidade Quisqueya, em Porto Príncipe, qualificou o sistema como "falhante" (LE NOUVELLISTE, 2018).

Assim, pode-se inferir que o Haiti tem sistema educacional, porém está decaindo e excluindo sua população do acesso a educação pública. São muitos desafios que estão postos para o enfrentamento e garantia do acesso da sua população à educação apesar dos esforços e das tentativas de reforma de Bernard (1979) para assegurar a escolarização.

1.4 A ESTRUTURA EDUCACIONAL HAITIANA A PARTIR DE 1982

Para superar os muitos problemas enfrentados pela escola haitiana desde sua existência, várias tentativas de reformas profundas foram tomadas como a reforma Bellegarde (1920) e a reforma Dartigue (1940). Contudo, uma das reformas educacionais mais importantes vivenciadas foi a reforma implementada em 1979 sob o ministério de Joseph Claude Bernard. Esta lei foi aprovada pelo decreto de 30 de março de 1982, e teve como objetivo organizar “o sistema educacional haitiano para oferecer oportunidades iguais a todos e refletir a cultura haitiana”. Os objetivos da reforma foram(Unesco-IBE, 2006/07):

- A criação da escola fundamental, composto por três ciclos com uma duração total de dez anos (posteriormente reduzidos a nove anos), o ensino básico substituiu o ensino primário tradicional e os três primeiros anos do ensino secundário. O terceiro ciclo de três anos com as suas duas opções (ensino geral e ensino técnico e profissional) deveria oferecer uma saída no mercado de trabalho ou a continuação da escolaridade num ensino secundário ainda não redefinido.
- A introdução de novos métodos pedagógicos baseados no método científico (observação, descoberta, experimentação, prática do raciocínio, etc.) substituindo os métodos tradicionais de aprendizagem baseados, entre outras coisas, no treino e na memorização sistemática.
- Promoção automática dentro dos ciclos de ensino.
- Língua materna dos alunos (crioulo) como língua de ensino para garantir um ambiente mais propício à comunicação e, conseqüentemente, à aprendizagem.

- Programas de treinamento e reciclagem para melhorar o desempenho docente do corpo docente.
- O desenvolvimento de material didático e a distribuição gratuita deste material aos alunos.
- Reforçar o quadro administrativo e pedagógico das escolas com a ajuda de um corpo de inspetores e conselheiros pedagógicos responsáveis por acompanhar a implementação da reforma.

De acordo com a UNESCO, o Instituto Pedagógico Nacional (IPN) seria o órgão chave para a implementação da reforma educativa que efetivamente assegurava, nomeadamente ao nível do desenvolvimento de programas, produção de material didático, formação do corpo docente, etc.

A reforma de Bernard veio diante da constatação da fragilidade da escola haitiana, onde o acesso à educação era muito limitado. Com isso, o governo haitiano, apoiado por organismos internacionais como: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Banco Mundial, a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a UNESCO e países como: Canadá, França e Estados Unidos empreenderam essa reforma do sistema educacional (BERROUËT-ORIOU, 2022).

Com a reforma de Bernard lançada em 1979, que entrou em vigor em 1982, a escola haitiana experimentou uma nova estrutura. A escola primária e os primeiros 3 (três) anos do ensino médio tradicional foram substituídos pela educação pré-escolar ¹⁵, educação básica ¹⁶ e a nova escola secundária ¹⁷.

O quadro a seguir apresenta o antigo e o novo sistema educacional haitiano que leva em conta apenas o ensino fundamental e médio, a estrutura e as organizações do sistema educacional.

¹⁵Destinado a crianças dos 3 aos 5 anos, não é obrigatório.

¹⁶É obrigatório e gratuito de acordo com a constituição de 1987. É composto por três (3) ciclos: os dois primeiros ciclos, fundamental 1 (quatro anos) e fundamental 2 (dois anos), formam o ensino básico e dizem respeito a crianças dos 6 aos 11 anos velho. E o terceiro ciclo destina-se a crianças dos 12 aos 14 anos e é sancionado por um exame nacional de conclusão dos estudos fundamentais.

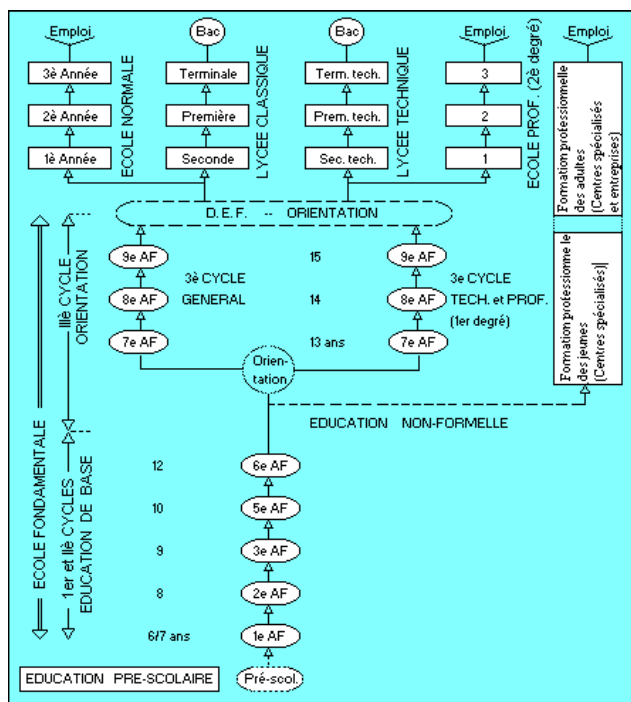
¹⁷Está organizado num ciclo de 4 anos e destina-se a jovens dos 15 aos 18 anos. leva ao exame nacional de bacharelado.

QUADRO 1 – Estrutura e organização do sistema educativo após a Reforma Bernard

SISTEMA ANTIGO EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA 13 ANOS	ESCOLA BÁSICA E NOVA SECUNDÁRIA 13 ANOS
1. Primário	1. 1º ciclo fundamental
1. Preparatório 1 ^o ou 6º Primário	Primeiro ano
2. Preparatório II ou 5º P.	Segundo ano
3. Elementar I ou 4º P	Terceiro ano
	Quarto ano
4. Elementar II ou 3º P	2º ciclo fundamental
5. Meio I ou segundo	5º ano
6. Médio II CEP (Certificado de Estudos Primários).	6º ano
2. Secundário	3º ciclo fundamental
1. 6º secundário	7º ano
2. 5º secundário	8º ano
3. 4º secundário	9º ano
4. 3º secundário	2. Novo secundário
3. Segundo(B,C,D)	1. Secundário I
4. Retórica ou 1º (B,CD)	2. Secundário II
5. Filosofia ou Terminal(A,C,D)	3. Secundário III
	4. IV secundário

Fonte: Delima (2012, p. 33)

FIGURA 2- Estrutura e organização do sistema educacional haitiano



Fonte: UNESCO-IBE (World data on Education. 6th edition 2006/07)

Qualquer reforma, seja educacional ou não, traz expectativas de mudanças positivas e significativas (NDOYE, 2020). Em 4 de abril de 2022, o Ministério da Educação Nacional e Formação Profissional (MENFP), por meio de seu Ministro Nesmy Manigat, e o Ministério da Cultura e Comunicação (MCC) comemoraram o 40º aniversário da Reforma Bernard. Essa reforma completou 40 anos, mas não conseguiu atingir seu objetivo de fortalecer e organizar o sistema educacional, permitindo que todas as crianças do país tenham as mesmas oportunidades e o uso da língua crioula como língua de instrução. Concretamente, muitas coisas mudaram, mas ainda há desafios a serem superados.

No entanto, essa reforma teve um forte impacto no sistema educacional em sua evolução, é claro, mas vários observadores descrevem o sistema educacional haitiano como arcaico, inadequado e que o nível de escolaridade e alfabetização é muito baixo. Desde o nascimento dessa reforma, não houve a criação de uma política educacional global claramente redefinida (UNESCO, 2006/07).

O sistema educativo enfrenta graves problemas de gestão e administrativos: insuficiência de recursos humanos, frouxidão e desperdício de potencial. Isso está associado à falta de monitoramento na aplicação das políticas e ao problema não menos importante da gestão da informação (UNESCO, 2006/07).

Constata-se também a disfuncionalidade do Instituto Pedagógico Nacional desde o início do ano de 1995, organização que desempenhou um papel fundamental na concepção e implementação das atividades da reforma educacional iniciada por Joseph C. Bernard.

Um dos pontos fortes da reforma de Bernard é a introdução da língua materna dos alunos como língua de instrução. A integração oficial foi feita em 1979, mas sua utilização no sistema não foi fácil. Sofrem de um problema de métodos, metodologias e didática (GOVAIN, 2021). Vários pesquisadores do setor educacional haitiano reivindicam o direito à língua materna “crioula¹⁸” na educação ou fornecer uma política linguística real.

Tendo em conta que a reforma de Bernard de 1979 estabeleceu que o crioulo é uma língua de instrumento e um objeto de ensino, sobretudo ao nível fundamental, pretende assim avaliar as competências dos alunos em termos de compreensão escrita ao nível do primeiro ciclo do ensino básico (HAÍTI, MENFP, 2019 p.1)

No Haiti, o crioulo é falado principalmente como língua materna, mas o francês continua sendo a língua de instrução na maioria das escolas. Quase todos os livros são escritos em francês. O setor carece de ferramentas didáticas na língua crioula, pois um grande número de pessoas é falante na língua crioula (BERROUËT-ORRIOL, 2022) e a maioria está fora do sistema educacional.

O professor Iv Dejean em seu livro intitulado “*Yon lekòl tèt anba, nan peyi tèt anba*¹⁹”, considera os alunos haitianos como estrangeiros em seu próprio país. Segundo ele quase tudo é feito em francês a maioria dos alunos fala e entende apenas o crioulo ao entrar na escola.

Em 2002, todos países que são independentes há mais de cem anos, o Haiti era o único país do mundo onde o sistema educacional usa regularmente uma

¹⁸ A língua crioula é uma língua formada que se desenvolveu a partir de uma combinação de várias línguas e culturas. O crioulo haitiano é uma das línguas oficiais do Haiti e a outra língua oficial é o francês. O crioulo haitiano nasceu da colonização francesa do Haiti. Para trabalhar nas plantações que haviam planejado, os franceses importavam escravos africanos. Composto pelo francês e várias línguas africanas, o crioulo haitiano nasceu da necessidade de comunicação entre os franceses e seus escravos. <https://study.com/academy/lesson/what-is-creole-language-definition-phrases.html> Acesso em 4 nov 2022

¹⁹ Uma escola de cabeça para baixo em um país de cabeça para baixo.

idioma, que a maioria das pessoas não fala ou entende, nem sua capital, nem em seus nove departamentos²⁰. A palavra significa que o Haiti leva o primeiro prêmio como o único país que avançou 200 anos desde sua independência, onde as crianças em idade escolar são obrigadas a estudar em uma língua estrangeira. Eles são obrigados a se matricular em uma escola onde apenas o ensino da língua francesa é ministrado e apenas o ensino da língua francesa é servido, ou quase todas as atividades de aprendizado da língua francesa são realizadas. Aulas de francês, ditado em francês, análise gramatical em francês, escrita em francês, vocabulário em francês, poesia em francês, canções em francês, estudos sociais em francês, história do Haiti em francês, geografia do Haiti em francês, estudos experimentais em francês, higiene em francês, oração em francês. (IV DEJAN, 2013, p.29)

Com uma forte presença dos alunos crioulofones²¹ no setor educacional onde o ensino é feito em francês, isso implica necessariamente uma situação de injustiça social. No entanto, o uso do crioulo facilita o entendimento. Como o professor Dejan salienta, todas as disciplinas são ministradas em francês, por exemplo, matemática, física, química, etc. Mas os professores usam o crioulo para dar explicações, então se os livros fossem escrito na língua crioulo seria ainda mais fácil. Especialistas em educação concordam que se as aulas fossem em crioulo, as crianças aprenderiam melhor.

Consciente da situação da política linguística no Haiti, em 2019 o MENFP realizou um estudo sobre o uso do *Kreyòl* (crioulo) e sua implementação no nível primário. De acordo com os resultados deste estudo, indicou-se que: há um aparente desequilíbrio no uso do francês e do *Kreyòl* (crioulo) e uma tendência à marginalização do *Kreyòl* (crioulo). Embora mais de 90% dos haitianos considerem o *Kreyòl* (crioulo) sua língua principal, seu lugar no sistema de ensino e aprendizagem não está claramente definido. A falta de materiais didáticos na língua adequada não se deve necessariamente à falta de recursos, mas pode ser resultado da agenda social e política que confere ao francês um status superior ao de *Kreyòl* (crioulo). Além disso, os alunos não têm tempo suficiente para aprender primeiro a ler em *Kreyòl* (crioulo), uma língua que já falam e entendem antes de passar para o ensino em francês (HAÍTI, MENFP, 2019).

De fato, o setor educacional haitiano enfrenta um grave problema linguístico que merece ser resolvido. O Estado haitiano, juntamente com seu Ministério da Educação, está ciente do fracasso da reforma ou não parece ter trazido todos os resultados

²⁰ Na época o haiti estava dividido em 9 departamentos, em 2003 foi criado um novo departamento chamado Nippes, contando atualmente com 10 departamentos.

²¹ Falando crioulo, de língua materna crioula.

esperados, por isso algumas propostas da reforma Bernard são levadas em consideração por meio de um novo Plano Nacional de Educação e Formação (PNEF) que será objeto de discussão seguinte.

1.5 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (PNEF)

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada na Tailândia em março de 1990, reuniu delegados de 155 países, bem como representantes de cerca de 150 organizações que concordaram em universalizar a educação primária e reduzir drasticamente o analfabetismo antes do final da década. Da conferência de Jomtien surgiu o conceito de “escolarização universal”, inscrito na perspectiva da sociedade moderna, favorecendo a igualdade de todos e o interesse público.

O Haiti adotou um Plano Nacional de Educação e Formação em outubro de 1997, de modo a atender às exigências da conferência de Jomtien e superar os diversos obstáculos enfrentados pela escola haitiana, distribuídos por um período de 10 anos (1997-2007).

Com isso, o PNEF procurou aumentar a oferta de matrículas e acabar com a exclusão escolar, elevar o nível de desempenho do sistema educativo, melhorar a condição dos professores e dar ao Ministério da Educação Nacional, Juventude e Esporte (MENJS)²², os meios para assegurar o seu papel natural regulador. Além disso, a sua política educativa abrangeu quatro grandes áreas de intervenção, nomeadamente: melhoria da qualidade do ensino, expansão da oferta escolar, aumento da eficiência externa e reforço da governança do setor. No plano pedagógico, o PNEF adotou a abordagem por competências. O PNEF é a continuidade da reforma de Bernard, representado como um catalisador de reequilíbrio do setor educacional, atendendo às expectativas da sociedade em geral e, dos jovens, em particular.

Os programas de formação inicial do MENFP através do PNEF foram propostos em dezembro de 1997, no seu plano nacional de formação, tendo em conta uma escola básica de três ciclos, com a duração total de nove anos. Seu conteúdo foi desenvolvido em estreita articulação com os programas da Escola Básica Haitiana e os perfis

²² MENJS Torne-se hoje MENFP

profissionais direcionados às diferentes categorias de pessoal que devem contribuir para formar o haitiano para se tornar um cidadão produtivo e aberto ao mundo. Este cidadão criativo deve ser capaz de se expressar com confiança, respeitando os valores da cultura nacional e os grandes valores da cultura universal.

Neste sentido, para melhorar a gestão pedagógica e administrativa da escola, o MENFP decidiu criar uma nova estrutura denominada Escola Fundamental de Aplicação e Apoio Pedagógico (EFACAP). Esta estrutura é uma rede com cerca de vinte outras escolas associadas (EA). A EFACAP faz parte do objetivo de melhorar o processo de ensino em todas as escolas existentes requer o estabelecimento de um sistema de formação capaz de atingir todo o corpo docente (HAÍTI, MENJS-DEF, 2005). A EFACAP tem três missões a cumprir:

- 1) Representar um modelo autêntico e reproduzível de uma escola básica de 3 ciclos de qualidade;
- 2) Contribuir para a formação em serviço de um número significativo de docentes;
- 3) Contribuir para a formação inicial de professores em formação no Centro de Formação do Ensino Fundamental (CFEF) e nas Escolas de Formação de Professores (ENI).

A EFACAP foi planejada como uma escola básica de qualidade, pertencente ao setor público e privado, que deve oferecer educação de alto rendimento aos seus alunos. Funciona como suporte para as Direções Departamentais de Educação (DDE) na supervisão pedagógica das escolas básicas, públicas e privadas. Desempenha a função de Centro de Apoio Pedagógico que assegura a formação contínua dos docentes e dirigentes no percurso laboral e ao mesmo tempo Escola Fundamental de Aplicação (EFA) para graduados do CFEF ou ENI (HAÍTI, MENJS-DEF, 2005).

Uma EFACAP é constituída por uma Escola de Aplicação Básica (EFA) de 3 ciclos que acolhe os alunos e um Centro de Apoio Pedagógico (CAP) que acolhe os adultos em formação. Trabalha com uma rede de 15 a 20 escolas básicas (HAÍTI, MENJS-DEF, 2005, p.6).

A EFA é uma escola fundamental composta por três (3) ciclos fundamentais (do 1º ano ao 9º ano) com 50 alunos por turma. Esta é a implementação de uma das medidas emblemáticas da reforma Bernard: as seis classes primárias, são acrescentadas três classes adicionais para garantir o domínio da aprendizagem fundamental, caso o aluno

abandone a escola ou deseja ir para a escola secundária. Assim, essas EFA são centros de implementação de métodos pedagógicos modernos, visando a excelência, e, portanto, devem servir de modelo para as escolas de sua rede. (NOUVELLISTE, 2009).

O CAP representa uma estrutura de treinamento verdadeiramente descentralizada dentro do Escritório do Distrito Escolar (BDS). É composto por três (3) orientadores pedagógicos e salas de formação e, para algumas EFACAPs, dormitórios para receber professores em formação, estágios e formação continuada. Esta disposição permite ligar em rede cerca de vinte escolas associadas que são visitadas regularmente por conselheiros educativos e cujo pessoal também é recebido para formação nas instalações da CAP. Estas escolas da rede EFACAP recebem materiais (manuais, kits, material didático, mobiliário, etc.) fornecidos pelo Ministério ou doações de entidades ou organizações. (NOUVELLISTE, 2009).

A missão do CAP inclui uma dimensão de “investigação-ação” ancorada numa perspectiva de investigação aplicada e de divulgação dos resultados da investigação. É responsável pelas ações de acompanhamento a serem implementadas após as avaliações dos funcionários da EFA e das escolas associadas. (NOUVELLISTE, 2009).

1.6 A REDE DE ESCOLAS ASSOCIADAS

A EFACAP, concebida com vista à renovação pedagógica e melhor gestão da escola, tem como objetivo elevar o nível de qualificação dos docentes da EFA e das vinte escolas associadas, bem como contribuir para a formação inicial dos alunos das instituições responsáveis pela preparação dos docentes para os três ciclos da Escola Básica, mas também para conciliar a escola haitiana com sua realidade. (HAÍTI, MENJS-DEF-2005)

Assim, a constituição da EFACAP passa pela constituição de uma rede de 15 a 20 escolas associadas, constituindo o seu âmbito de intervenção. Estas escolas são selecionadas de forma voluntária no ambiente próximo da EFACAP, ou seja, numa distância que permite aos professores aderirem facilmente ao CAP. As escolas associadas, quer pertençam ao setor público ou privado, beneficiam-se de apoio no empréstimo e utilização de material didático, formação contínua, aconselhamento e

acompanhamento pedagógico regular do seu pessoal. Posteriormente, estas escolas associadas serão chamadas a tornarem-se escolas de revezamento, capazes de oferecer algum apoio educativo a outras escolas da sua área (socialização de material didático, socialização de formação e experiências, etc.) e para algumas, a possibilidade de tornar-se EFACAP por sua vez será assim possível (HAÍTI, MENJS-DEF-2005, p.11).

As escolas que se tornaram EFACAP estão sujeitas a um conjunto de condições, registradas por meio de acordos celebrados entre o Estado ou entre as EFACAPs e as escolas da rede.

O quadro profissional da EFACAP é composto por pessoal docente, pessoal administrativo e de pessoal apoio. O(s) diretor(es) e os professores compõem a equipe escolar e estão distribuídos da seguinte forma: um Administrador da EFACAP, responsável pelo estabelecimento; um vice-diretor da EFA, responsável pela escola básica. Três (3) orientadores pedagógicos, sendo que um atua como Diretor Adjunto do CAP, responsável pela formação e o seu acompanhamento na EFA e na rede de escolas; e 12 professores: 6 professores versáteis para os 2 primeiros ciclos do fundamental e 6 professores bivalentes para o 3º ciclo que lecionam aos alunos bem como acolhem e apoiam os formandos nas suas aulas.

O PNEF trouxe muitas melhorias no setor de educação, mas infelizmente assim como a reforma de Bernard não atingiu todos os seus objetivos. Como resultado, o Estado haitiano continuou com a Estratégia Nacional de Ação para Educação para Todos (SNA-EPT).

O Plano Nacional de Educação e Formação (PNEF) que deveria terminar em 2007, segundo o MNFP a implementação não foi feita nas condições adequadas por razões óbvias. Para tanto, adotou no Haiti uma Estratégia Nacional de Ação para Educação para Todos (SNA-EPT) para o período 2007-2015. A missão da SNA/EPT é cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) e assume os compromissos assumidos pelo Estado haitiano no Fórum Mundial de Educação para Todos, organizado em Dakar, Senegal, em 2000.

A iniciativa EPT é um compromisso global para garantir educação básica de qualidade para todas as crianças, jovens e adultos. Foi também objeto de seis objetivos para serem atingidos até 2015 que foram (UNESCO (2000, p.36)).

- 1) Desenvolver e melhorar os cuidados e a educação na primeira infância, especialmente para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas economicamente.
- 2) Assegurar que até 2015 todas as crianças, especialmente as meninas, crianças em dificuldade e pertencentes a minorias étnicas, tivessem a oportunidade de matricular-se no ensino primário obrigatório e gratuito de qualidade e de o acompanhar até ao final.
- 3) Responder às necessidades educacionais de todos os jovens e todos os adultos, garantindo o acesso equitativo a programas adequados destinados a adquirir os conhecimentos e habilidades necessárias para a vida cotidiana.
- 4) Melhorar em 50% os níveis de alfabetização dos adultos, especialmente das mulheres, até 2015, e garantir o acesso equitativo de todos os adultos aos programas de educação básica e continuada.
- 5) Eliminar as disparidades de gênero na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a igualdade nessa área até 2015, dando especial atenção ao acesso equitativo e irrestrito às meninas à educação básica de qualidade com as mesmas chances de sucesso.
- 6) Melhorar a qualidade da educação para que resultados de aprendizagem reconhecidos e mensuráveis sejam alcançados para todos, especialmente em alfabetização, numeramento e habilidades essenciais para a vida.

Na primeira fase do SNA-EPT, visava melhorar o acesso ao ensino primário (primeiro e segundo ciclos básicos) para crianças dos 6 aos 12 anos. Visou também melhorar a equidade, a qualidade e a governança do setor da educação. Para atingir os objetivos do fórum de Dakar, o SNA-EPT teve como prioridade cinco escolhas estratégicas e cada escolha estratégica definiu-se metas e objetivos estratégicos²³.

Ao chegar, o Presidente Michel J. Martelly, no poder em 2011, passou para a fase II, com o objetivo de apoiar a estratégia nacional de educação liderada pelo Governo do Haiti através da implementação de programas de desenvolvimento sustentável, melhoria do acesso, em particular para as populações desfavorecidas, e a qualidade do ensino fundamental básico (primeiro e segundo ciclos), reforçando as capacidades

²³Documento de avaliação da Estratégia Nacional de Ação para Educação para Todos da República do Haiti e seu plano de implementação (2008)

institucionais”. A Fase II deu atenção sustentada às áreas desfavorecidas do país, ao mesmo tempo em que visava:

- Apoiar a matrícula de alunos em escolas não públicas em áreas desfavorecidas;
- Promover a frequência escolar em escolas não públicas selecionadas em áreas desfavorecidas;
- Fortalecer a gestão do setor de educação básica.

Visto com as fragilidades da governança do setor de educação que são observadas em todos os níveis, esta situação agravou após o terremoto de 2010 que provocou a destruição de várias infraestruturas e perda de recursos humanos. Assim, para amenizar e reconstruir a estrutura educacional implementou-se o Plano Operacional (OP) para a reformulação do sistema de ensino.

1.7 O PLANO OPERACIONAL (2010 – 2015) PARA RECONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA EDUCACIONAL

Após o terremoto de 12 de janeiro de 2010, o setor educacional haitiano foi fortemente afetado. A pedido do Presidente da República, Michel Joseph Martelly, foi renovado o mandato da comissão denominada Grupo de Trabalho sobre Educação (GTEF)²⁴ com o objetivo de reconstruir a estrutura educacional do país. Para isso, foi elaborado um documento conhecido como Plano Operacional (2010-2015). Este plano quinquenal representou o documento bússola para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como doadores, MENFP e GTEF.

De acordo com o diagnóstico do setor educacional haitiano, desde sua existência, a oferta escolar global permaneceu e sempre permanece insuficiente em relação à demanda social por educação. Este fenômeno se agravou após a passagem do terremoto de janeiro de 2010. O Haiti tem aproximadamente 57% da população que não sabe ler nem escrever, o país que contém o maior número de analfabetos do Caribe e que tem meio milhão de crianças de 6 a 12 anos que não encontram vagas na rede escolar (HAÍTI, MENFP, 2010). A presença de taxas de sucesso escolar muito baixas, taxas de evasão

²⁴O Grupo de Trabalho sobre Educação e Formação (GTEF) foi criado por decreto presidencial de 8 de fevereiro de 2008.

escolar muito altas em todos os níveis do setor escolar, deve-se a uma qualidade de ensino medíocre e insuficiência de oferta de matrículas em escolas da rede pública de ensino, aliada a inadequação de programas e currículos, governabilidade fraca em todos os níveis da rede escolar.

Para isso, segundo Mofadded Abderrahim, *melhorar nosso comportamento é uma obrigação, revisar nossa educação é uma necessidade*. Nessa ideia, o governo haitiano, por meio de seu Plano Operacional (OP), empreendeu uma reformulação de uma política educacional.

O Plano Operacional (OP) visou reconstruir a escola haitiana, priorizando nove (9) grandes áreas da política nacional de educação, a saber: governança, currículo e programas, treinamento e desenvolvimento, primeira infância, educação obrigatória e gratuita, ensino médio, formação profissional, ensino superior, educação especial e alfabetização. Para atingir esses objetivos, o Plano Operacional se concentrou em elementos-chave, que sustentam a modernização do setor de educação, como:

- Uma escola nacional acessível a todos os haitianos, independentemente do sexo e da residência, de acordo com o perfil que deseja-se de acordo com a cultura e os valores;
- Um sistema de educação e formação adequado às necessidades da economia do país;
- Educação de qualidade baseada em uma base comum de conhecimento, saber-fazer, habilidades interpessoais e conhecimentos ministrados por professores competentes;
- Um sistema educativo cuja governabilidade seja reforçada e melhorada a todos os níveis, contando gradualmente com a contribuição das autarquias locais para a educação básica, incluindo a primeira infância e a pré-escola.

Para garantir concretamente a fundação do sistema, o MENFP buscou resolver problemas de governança, facilitando a gestão e direção do sistema, tanto central quanto descentralizado.

O MENFP no âmbito da reformulação do sistema educativo previu a manutenção da formação contínua do pessoal docente e administrativo das escolas por meio das Escolas Fundamentais de Aplicação; Centro de Apoio Pedagógico (EFACAP), a formação inicial dos professores do ensino pré-escolar e fundamental estava assegurada pelas Faculdades de Ciências da Educação (FSE) das universidades credenciadas e pelas Escolas Normais de Professores (ENI). Além disso, os professores do ensino

secundário receberam formação nas universidades antes de receberem a formação pedagógica.

Ao operacionalizar o plano, o governo optou por uma política de atenção à primeira infância com o objetivo de permitir que as crianças, independente da classe social, vivam e cresçam com boa saúde física, emocional e mental.

O Plano Operacional contemplou ainda, o acesso das crianças de 4 e 5 anos à educação pré-escolar (HAÍTI, MENFP, 2011, p. 65), alcançando os seguintes índices:

- A taxa de pré-escola para crianças de 4 e 5 anos aumentou de 67% para 100% em 2015;
- A proporção de crianças de 4 e 5 anos na rede pública, na pré-escola, aumentou de 7% para 40% até 2015%
- Em média, 2 salas de pré-escola foram anexadas a 100% das escolas públicas básicas até 2015.

O Plano Operacional pretendeu ainda, melhorar a qualidade da educação pré-escolar, por meio da matrícula das crianças em instituições infantis, adequadas e com ambiente de melhor aprendizagem e desenvolvimento integral.

O Plano Operacional assumiu uma das prioridades do governo Michel J. Martelly, baseado nos cinco “E²⁵”, a saber: Meio Ambiente, Estado de Direito, Energia, Emprego e Educação que ocupou um lugar importante. Por meio desse plano, emergiu uma dupla preocupação do governo: por um lado, prestar serviços educacionais de qualidade às crianças haitianas e, por outro, garantir a continuidade do Estado. De fato, o governo procurou aplicar a política de gratuidade e obrigatoriedade a todas as crianças haitianas. A implementação deste plano consistiu em aumentar de forma ampla a oferta de educação.

O Plano Operacional (OP) que abrange um período de 5 anos de 2010 a 2015, cujo objetivo principal é a refundação do setor haitiano, claro, mas também:

Este plano destinava-se especificamente a apoiar o acesso ao ensino básico de qualidade, em espaços escolares seguros e acessíveis a todas as crianças em idade escolar, a curto e médio prazo. Ao mesmo tempo, com o novo governo, surgiu o Programa de Escolarização Universal Gratuita e Obrigatória (PSUGO), financiado exclusivamente por recursos do Estado haitiano. A abolição das

²⁵ *Environnement, État de droit, Énergie, Emploi et Éducation.*

propinas escolares, com vista a facilitar a frequência escolar e a perseverança, esteve no centro deste programa. (HAÍTI, MENFP, 2019, p.3)

O Plano Operacional refletiu o compromisso assumido pelo governo haitiano por meio de diversas iniciativas como a conferência de Jomtien, em 1990, sobre Educação para Todos, o Fórum realizado no Senegal, Dakar em 2000 para proporcionar à população haitiana uma educação básica para todos os segmentos. Ou simplesmente, a injunção da Constituição de 1987 de tornar o ensino primário (os dois primeiros ciclos do fundamental) obrigatório, gratuito e acessível a todos. No entanto, esforços têm sido notados por governos anteriores, mas dados os vários problemas em termos de recursos, a má governança e as deficiências estruturais enfrentadas pelo setor educacional, atrapalham a aplicação dessa política (HAÍTI, MENFP, 2012).

O MENFP observou que existem centenas de milhares de crianças em idade escolar provenientes das famílias mais pobres que não frequentam a escola. A existência de pessoas com mais idade que estão ligadas a registros tardios o que implica a incapacidade de acolhimento. Com a presença de mais de 80% das escolas privadas no setor da educação, o custo da educação representa um obstáculo ao acesso e que por vezes implica no abandono escolar (HAÍTI, MENFP, 2012).

Como parte da reforma do sistema escolar, o governo pretendia aplicar o artigo 32.3 da constituição haitiana de 1987, que torna a educação primária gratuita, obrigatória e acessível a todos. Para atingir os objetivos, um conjunto de estratégias foram colocadas em prática: a construção de novas escolas de acordo com padrões sísmicos, equipadas com materiais didáticos e pedagógicos; a regulação do fluxo de crianças que ingressam nos dois ciclos fundamentais e redução de reprovações; manter o aumento dos programas escolares e ao mesmo tempo dar apoio às escolas privadas credenciadas pelo MENFP. Este plano visava uma aplicação efetiva da oferta pública, uma educação gratuita e justa, subsidiando os alunos, abolindo as propinas das escolas públicas e proporcionando os meios financeiros necessários às escolas e direções departamentais de Educação para o seu bom funcionamento. Com a implementação dessas ações alcançou-se os seguintes resultados para a educação básica (HAÍTI, MENFP, 2011, p. 69):

- A taxa de admissão no primeiro ano do fundamental foi de 100% até 2015;

- 100% das crianças atualmente fora do sistema entraram no sistema antes do final de 2015;
- A taxa bruta de matrícula nos dois primeiros ciclos do ensino básico foi de 105% até 2015;
- A taxa líquida de matrículas nos dois primeiros ciclos do fundamental foi de 100% em 2015;
- A taxa de transição para o 3º ciclo do fundamental foi de 96% em 2015.
- A taxa bruta de matrícula no 3º ciclo do fundamental foi de 94% em 2015.
- A participação do setor público nos dois primeiros ciclos do fundamental aumentou de 18,5% para 40% em 2015;
- A proporção de alunos do 3º ciclo básico matriculados no setor público aumentou de 26% para 40% em 2015.

O valor da implementação do Plano Operacional foi globalmente estimado em 4,3 bilhões de dólares, que se subdivide da seguinte forma: 301 milhões para educação pré-escolar; 1 823 milhões para o ensino básico (1º e 2º ciclos); 394 milhões para o terceiro ciclo fundamental; 287 milhões para o secundário; 204 milhões para formação técnica e profissional; 43 milhões para a formação inicial e continuada de agentes educativos; 571 milhões para serviços de saúde e nutrição; 86 milhões para serviços de alfabetização e pós-alfabetização; 54 milhões para o reforço da governabilidade geral do sistema e 560 milhões para o desenvolvimento e modernização do subsetor do ensino superior. Os custos anuais foram em média de US\$ 865 milhões. (HAÍTI, MENFP, 2011).

1.8 A ESTRUTURA DO SETOR EDUCACIONAL HAITIANO ATUALMENTE

O sistema educacional haitiano é dividido em dois (2) setores, o setor público e o setor privado, ambos abrangidos pelo programa de ensino MENFP.

O setor público inclui escolas públicas totalmente financiadas e geridas diretamente pelo MENFP e escolas congregacionais, para as quais o Estado fornece parte do financiamento para pagamento dos salários dos professores, mas que são geridas e administradas por uma congregação religiosa. De fato, algumas escolas católicas são públicas, mas dirigidas por padres ou religiosos e seus professores são

pagos pelo Estado, mas as instalações geralmente pertencem à Igreja, funcionam como escolas particulares sob contrato, mas são públicas (UNESCO, 2021).

O setor não público, dirigido por indivíduos ou comissões de pais, ou religiosos (pastores ou padres), inclui as escolas: presbiteral, missionária, noturna e comunitária (LENOUVELLISTE, 2005). O setor privado de educação, especialmente escolas protestantes e escolas comunitárias, têm recebido ajuda humanitária, principalmente de organizações não governamentais (LE NOUVELLISTE, 2005).

O sistema escolar haitiano é composto por setores formais e não-formais. O setor formal é responsável pela formação técnica e profissional. E o setor não-formal trata da alfabetização e pós-alfabetização de adultos com 50 anos ou mais. De acordo com os dados mais recentes do Censo Escolar 2015-2016 da Direção de Planejamento e Cooperação Externa (DPCE), existem 19.905 escolas que oferecem os três primeiros níveis de ensino (pré-escolar, básico e secundário) e 200 instituições pós-escolares secundário. (HAÍTI, MENFP/PDEF²⁶, 2018). De acordo com o Plano Operacional (2010-2015), o setor formal está subdividido em 4 (quatro) níveis: educação pré-escolar, ensino fundamental, ensino superior.

- 1) Pré-escolar: destina-se à crianças dos 3 aos 5 anos e não é obrigatória. Acima de tudo, visa fornecer a essas crianças os pré-requisitos necessários para ingressar na escola básica aos 6 anos de idade. Estas crianças são acompanhadas em centros de educação pré-escolar ou em turmas pré-escolares integradas nas escolas básicas. Esses centros e aulas pré-escolares são privados ou públicos.
- 2) O ensino fundamental: está estruturado em três ciclos fundamentais ao longo de um período de nove (9) anos desde a reforma de Bernard (1982). É obrigatório e gratuito de acordo com a constituição de 1987.

O primeiro ciclo fundamental se estende por quatro (4) anos (do 1º ao 4º), o segundo ciclo dura dois (2) anos (5º ao 6º AF) . Estes dois ciclos formam o ensino básico e dizem respeito a crianças dos 6 aos 11 anos. E o terceiro ciclo em 3 anos (7º ao 9º) é destinado a crianças de 12 a 14 anos e é sancionado por um exame nacional de final de estudos fundamentais. O fim do segundo ciclo é sancionado por um exame estadual. No

²⁶Plano Decenal de Educação e Treinamento

entanto, com a chegada do Ministro da Educação, Nesmy Manigat, em 2013, à frente do MENFP, o exame oficial para o segundo ciclo do fundamental deixou de existir.

De acordo com as prescrições da reforma de Bernard e dos outros planos sucessivos, todas as escolas básicas devem ter os três ciclos. No entanto, hoje quase todas as escolas de ensino fundamental têm apenas os dois primeiros ciclos; a educação aí ministrada (sem ser gratuita) tem a duração de 6 anos e leva à aquisição de conhecimentos e competências básicas para uma futura aprendizagem ou integração no ambiente econômico. Estes anos de escolaridade são sancionados por um certificado de ensino básico que é uma medida transitória pendente de generalização e da obrigatoriedade do ensino básico completo que marcará a ruptura definitiva com o sistema tradicional. Embora o terceiro ciclo ainda esteja ligado ao secundário que prepara para ingresso no ensino superior, o seu ensino conduz, na sequência de um exame oficial, ao diploma do ensino básico.

- 3) O ensino secundário destina-se a alunos dos 15 aos 18 anos durante um período de 4 anos e prepara-os para prosseguir os estudos de nível superior ou para a sua inserção no mercado de trabalho. Inclui três (3) fluxos de educação geral; uma corrente de ensino e uma corrente de ensino técnico profissionalizante. É sancionado pelos exames oficiais de *Terminale* ou secundário IV.

Esta pesquisa se concentra na educação fundamental, razão pela qual não serão apresentadas as demais partes do setor educacional.

O ciclo completo de estudos dura 13 anos de escolaridade e o aluno sai do sistema aos 19 anos. Deve-se admitir que, com repetições excessivas, a idade média para passar no bacharelado é de 21 anos.

O ano letivo geralmente dura nove meses, mas as muitas agitações políticas reduziram severamente o número de dias letivos. O ano letivo começa no haiti em setembro e termina em junho. Um ano letivo é dividido em quatro períodos de controle: o primeiro controle é feito em outubro, 2º de dezembro, 3º de março e 4º de junho a julho. Exemplo, ara o ano letivo de 2021-2022, o calendário escolar previa 185 dias letivos e 9 dias de folga.

1.9 O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO UNIVERSAL GRATUITA E OBRIGATÓRIA (2011-2016)

Em abril de 2011, o cantor popular Michel Joseph Martelly venceu as eleições presidenciais no Haiti. O seu governo, por meio do MENFP, lançou o Programa de Escolarização Universal Gratuita e Obrigatória (PSUGO) em 3 de outubro de 2011. O PSUGO deve permitir que todas as crianças dos 6 aos 12 anos tenham acesso gratuito à educação nos dois primeiros ciclos do ensino básico. Este programa que é uma promessa de campanha, mas também deve responder a problemas estruturais, relacionados com a precariedade da oferta escolar, principalmente para crianças dos 6 aos 12 anos. Os beneficiários desse programa foram divididos em duas categorias: escolas públicas e escolas particulares.

O setor público recebe crianças de 6 a 12 anos nos dez (10) departamentos do país. Por outro lado, o setor privado está dividido em dois grupos: um grupo que diz respeito apenas ao primeiro ano do fundamental (1º AF) nos departamentos do Oeste e Artibonite. O segundo grupo diz respeito às crianças do 1º ao 6º ano do ensino básico em bairros desfavorecidos. O PSUGO é financiado pelo tesouro público e outros fundos inovadores por uma taxa de um dólar e cinquenta (US\$ 1,50) incidente sobre transferências de dinheiro e uma taxa de zero cinq centavos (US\$ 0,5) sobre ligações telefônicas internacionais do exterior para o Haiti. Trata-se também de melhorar e garantir a qualidade da educação oferecida às crianças, a criação de novas escolas públicas e transformação de algumas escolas públicas em turnos duplos.

O PSUGO foi implementado após uma situação constante onde mais de 500.000 crianças em idade escolar não frequentavam a escola (HAÍTI, MENFP, 2012). Por meio desse programa, as despesas educacionais nas escolas públicas básicas foram custeadas pelo Estado. O PSUGO durante um período de cinco (5) anos visou educar 1.500.000 crianças. O programa subsidiou escolas particulares à taxa de noventa dólares americanos anualmente para cada aluno regularmente matriculado.

O PSUGO vem com um programa de transferência condicionada de renda, *Ti Manman Cheri* (TMC)²⁷, voltado para mães de famílias vulneráveis que vivem em bairros

²⁷ Querida máezinha

precários e têm filhos matriculados na escola básica. O objetivo deste programa foi diminuir os custos ligados à educação e melhorar as condições de vida das famílias.

PSUGO e TMC foram implementados nas mesmas escolas juntamente com o Programa Nacional de Cantinas Escolares (PNCS) e o Programa de Kits Escolares. Para atingir os objetivos esperados pelo PSUGO, as autoridades nacionais iniciaram a criação do Fundo Nacional de Educação (FNE). O FNE visou mobilizar os recursos financeiros necessários para a educação das crianças mais desfavorecidas, mais de 1,5 milhão de crianças até o final do mandato de cinco anos do presidente Michel Martelly.

Apesar das inúmeras tentativas e medidas implementadas durante os governos para melhoria da educação no Haiti, ainda o acesso não é um direito que contempla a maioria da população, principalmente as crianças em idade escolar. O índice de analfabetismo ainda tem uma taxa muito alta, os recursos destinados para melhoria do ensino público quando chegam aos seus destinatários são insuficientes para promoverem um ensino e uma aprendizagem de qualidade. Com isso, agravam-se as desigualdades sociais, aumentando o distanciamento entre uma minoria que possui recursos e uma maioria que ficará a margem da sociedade.

No capítulo seguinte será apresentado o Fundo Nacional de Educação (FNE), financiado a partir da cobrança de impostos sobre transferências de dinheiro oriundo de países estrangeiro para o Haiti e sobre chamadas telefônicas internacionais, com objetivo de financiar a educação no país.

CAPÍTULO II - O FUNDO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (FNE) NO HAITI

Após o terremoto que atingiu o Haiti em 12 de janeiro de 2010, que causou devastação e quase 220.000 mortes e 300.000 feridos, teve um impacto negativo sobre a população haitiana que já vivia em condições vulneráveis.

Em termos de infraestrutura, vários prédios foram destruídos e danificados, mais de 1.300 escolas públicas e privadas desabaram, quase 100.000 prédios e 250.000 casas foram destruídas, mais de 50 hospitais foram demolidos e quase todos os prédios que abrigavam os ministérios ou a administração pública não foram poupados desse desastre, vários trechos de estrada foram cortados, situação que paralisou a conexão entre os diferentes departamentos do país (OXFAM; SOPHIE, 2010; MENFP, 2011).

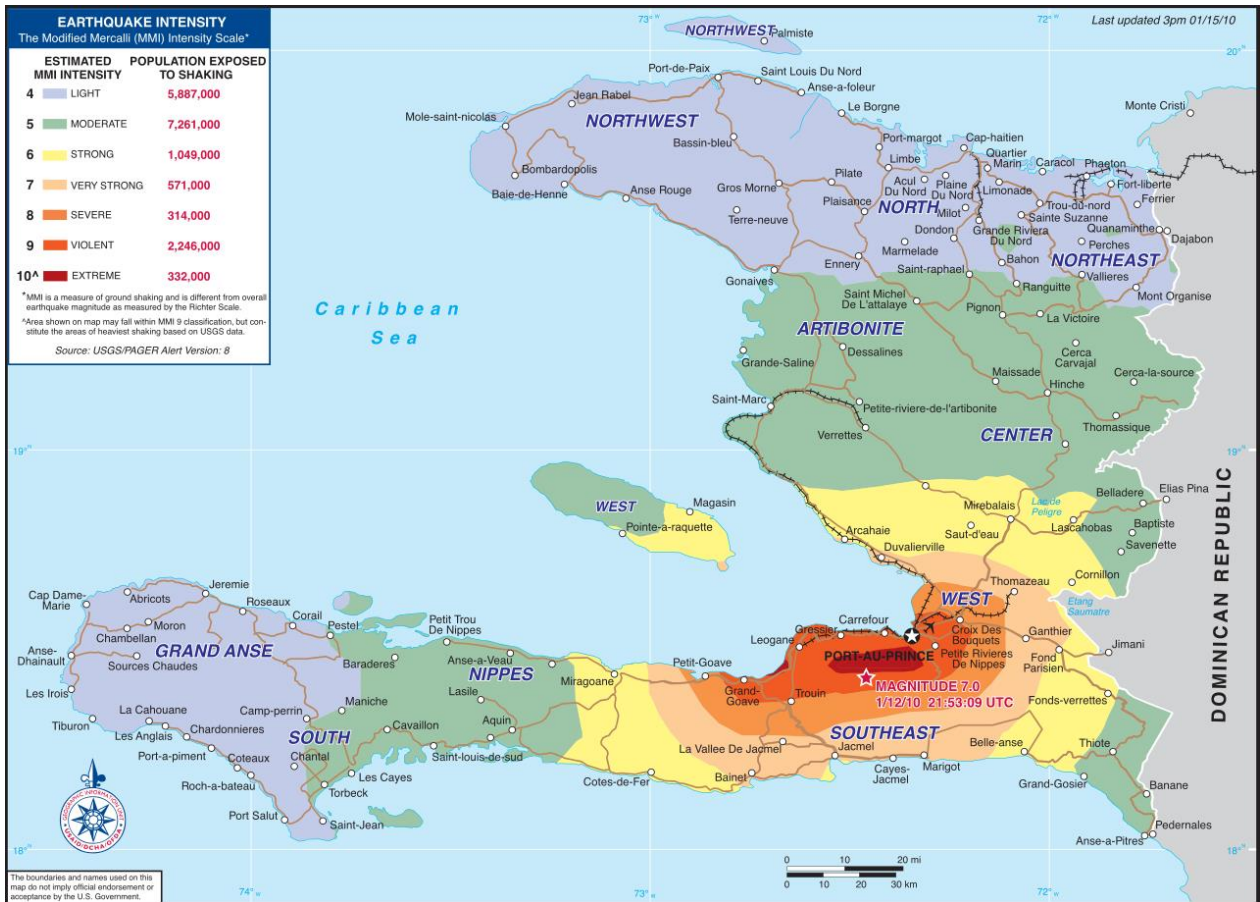
No plano social, este terremoto levou a uma situação humanitária muito complicada. Por ter deixado 1,3 milhão de pessoas em abrigos precários, cerca de 1,5 milhão de vítimas ficam desabrigadas e em estado de choque. Além disso, a criação de 1300 campos de refugiados onde as pessoas viviam na promiscuidade. No plano econômico, os danos dos materiais e as perdas econômicas foram avaliados em 7,8 milhões de dólares americanos, ou seja, 120% do PIB em 2009²⁸. Norgard Gerald, em seu artigo intitulado “12 de janeiro de 2010: Quando tudo mudou”, disse:

Sei que você acompanhou nosso drama em seu aparelho de televisão. Mas poucos de vocês ouviram falar de alguém que experimentou esse terremoto e sobreviveu. Saiba que para cada haitiano existe um antes e um depois de 12 de janeiro (NORGARD, 2020, p.1)

A tragédia natural teve uma grande repercussão na vida da população haitiana, pois em decorrência do desastre ocorreram epidemias que assolaram as pessoas. Na imagem abaixo é possível compreender a amplitude da destruição do terremoto:

²⁸Tribunal de Contas, ajuda francesa ao Haiti após o terremoto de 12 de janeiro de 2010 a janeiro de 2013.

Figura 3 – Amplitude do terremoto que assolou o Haiti em 2010.



Fonte: Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (2010)

Além do terremoto, o Haiti também foi afetado pela epidemia de cólera. Essa epidemia ocorreu alguns meses depois, em outubro de 2010. Originou-se em um dos rios ao norte da capital do país, próximo a um acampamento da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Esse rio foi contaminado por soldados da ONU que são portadores saudáveis desse microrganismo e se espalhou pelo país. A rápida disseminação desse vírus se deu devido à falta de água potável, à falta de um sistema de saneamento e ao desconhecimento da população sobre o cólera. Com o desconhecimento da população e a falta de hospitais o vírus atingiu grande parte da população até passar do estágio da epidemia para o estágio endêmico. Em setembro de 2012, segundo estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério de Saúde Pública e população do Haiti, 600.000 pessoas estavam infectadas com cólera e

7.500 morreram entre elas. A epidemia de cólera vivida é a maior do mundo há décadas (HAÍTI, COUR DES COMPTES, 2010).

O setor de educação, que foi uma das vítimas do terremoto tanto em recursos humanos quanto em infraestrutura, chamou a atenção dos dirigentes. Para remediar a alarmante situação, foi implantado o Plano Operacional (OP). Como visto anteriormente, o plano coincidiu com a chegada do 56º Presidente do Haiti, em 14 de maio de 2011, Joseph M. Martelly. Uma vez no poder, lançou o Programa de Escolarização Universal Gratuita e Obrigatória (PSUGO), financiado exclusivamente por fundos do Estado haitiano, uma taxa de US\$ 1,50 sobre transferências de dinheiro e uma taxa de US\$ 0,05 sobre chamadas telefônicas internacionais (HAÍTI, MENFP, 2020).

Por meio do PSUGO, o Presidente pretendia abolir as propinas escolares, de modo a facilitar a frequência escolar e a permanência dos alunos na rede de ensino. Para atingir os objetivos da educação para todos, o governo lançou oficialmente o Fundo Nacional de Educação (FNE) em 26 de maio de 2011 e começou a funcionar em 15 de junho de 2011 (LE NOUVELLISTE, 2011).

2.1 A NATUREZA E CARACTERIZAÇÃO DO FNE DESTINADO A FINANCIAR A EDUCAÇÃO HAITIANA

O FNE visou mobilizar os recursos financeiros necessários para a educação das crianças mais pobres, mais de 1,5 milhão de crianças até o final do mandato de cinco anos do presidente Michel Martelly.

Cabe destacar que a decisão de cobrar impostos sobre as transferências de dinheiro foi tomada pelo governo de Michel Martelly, sem que nenhuma lei fosse aprovada pelo parlamento haitiano. A decisão foi publicada na circular número 98, do Banco da República do Haiti (BRH), em 20 de maio de 2011 e entrou em vigor em 1º de junho de 2011. Com efeito, a circular indica: "*custos de testes, certificação, uso e a fiscalização de USD 1,50 será aplicada por transação para pagamento e serviços de acesso em vários pontos do país*". Demorou até 28 de junho de 2017 e 17 de agosto de 2017 para que o FNE apurasse consecutivamente o voto da Câmara dos Senadores e

da Câmara dos Deputados da implementação da Lei²⁹ de criação, organização e funcionamento do Fundo Nacional de Educação (FNE) publicada no Especial " Le Moniteur ³⁰" nº 30 - sexta-feira, 22 de setembro de 2017 (Celiné, 2017). Esta lei, proposta pelo então executivo, visou regulamentar e dotar o FNE de personalidade jurídica com autonomia financeira e administrativa.

O documento da lei de criação, organização e funcionamento do Fundo Nacional de Educação (FNE), subdivide-se em 3 (três) seções e 39 artigos. A seção I, que é a natureza jurídica do FNE, torna-o órgão autônomo no artigo 1º: Órgão autônomo de duração ilimitada, com autonomia administrativa e financeira, dotado de personalidade jurídica. O artigo 2º da lei coloca o FNE sob a tutela do Ministro da Educação Nacional e Formação Profissional (MENFP).

A Seção II e o artigo 3º da lei conferem ao FNE a missão de "participar do esforço de educação para toda a República do Haiti e de administrar os recursos destinados ao financiamento, tanto no âmbito do Estado quanto nas despesas relativas à educação, em particular custos de escolarização em benefício de alunos haitianos, projetos e estudos que possam contribuir para o avanço da educação infantil e, finalmente, para a construção ou melhoria da infraestrutura escolar do país".

Compõem a diretoria do fundo um representante do Setor dos Sindicatos Docentes sob a presidência do conselho pelo Ministro da Educação e a vice-presidência pelo Ministro da Economia e Finanças.

Os artigos 24 e 25 referem-se às fontes de financiamento do FNE. Além das dotações orçamentárias, doações, subsídios, empréstimos e impostos, os recursos que compõem o FNE provêm de *royalties* e direitos constituídos sobre os seguintes produtos: chamadas internacionais recebidas e efetuadas, transferência de fundos internacionais, direitos e concessões sobre cassinos, receitas geradas por concessões da loteria do estado haitiano, ganhos de jogos de azar, dividendos pagos ao Estado por empresas cujo capital é de propriedade total ou parcial do Estado, lucros líquidos gerados pelo Banco da República do Haiti (BRH) e lucros gerados pelo Estado bancos comerciais.

²⁹Este projeto de lei está tramitando no Parlamento haitiano desde 2012 e votado pela Câmara dos Deputados em agosto de 2012 e que não havia sido ratificado pela Câmara dos Senadores.

³⁰Jornal Oficial da República do Haiti.

Com base no artigo 10.º da lei de criação, organização e funcionamento do Fundo Nacional de Educação (FNE), é necessário desenvolver a sua política e os seus objetivos estratégicos.

É nessa perspectiva que se insere o documento de elementos de política e estratégia do MENFP, que sem dúvida leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o quadro de ação de Incheon (2015), o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Haiti, Perspectivas 2030 (PSDH), o Plano Decenal de Educação e Formação (PDEF) e a Política de Formação de Professoras e Supervisoras (PNF/EPE), dentro dos limites estabelecidos por lei. (Haiti, MENFP 2019, p.5)³¹

Considerando o custo de um ano escolar no Haiti, onde os pais gastam muito com a educação dos filhos, observa-se que a oferta de educação é amplamente dominada pelo setor privado, e boas escolas particulares são extremamente caras. Além das mensalidades escolares, deve-se acrescentar as despesas com transporte, compra de livros didáticos e uniformes³² e alimentação, são barreiras que impedem muitas famílias de mandarem seus filhos para a escola. O problema da educação existe tanto ao nível da oferta quanto da procura.

O gasto das famílias com educação foi estabelecido em 12% do PIB, enquanto o gasto do Estado é de apenas 2% em média. Para uma população da qual cerca de 76% vive abaixo da linha da pobreza, os custos médios anuais de escolarização de cerca de 4.675 gourdes na pré-escola, 6.232 gourdes no básico e cerca de 14.000 gourdes no ensino médio são simplesmente muito pesados para serem suportados pelas famílias. A questão é saber qual sistema de financiamento educacional implantar no Haiti para reduzir os custos da escolarização e torná-los acessíveis às famílias de baixa renda. (Haiti, GTEF, 2010 p.151)³³.

Enfrentando a situação caótica da população haitiana e da educação, a implantação do Fundo Nacional de Educação (FNE) tem como objetivo abolir as mensalidades escolares e amenizar as famílias haitianas do financiamento da educação. Com o FNE, o Estado haitiano passou a ser o principal doador no financiamento da educação. Esse apoio estatal pretendeu facilitar uma melhor distribuição das habilidades cognitivas na sociedade (Haiti, MENFP, 2019). Apesar da ilegalidade deste fundo desde o seu lançamento, este mecanismo de financiamento nacional e inovador encontrou o

³¹Documentar elementos de política e estratégia.

³²Os uniformes são obrigatórios nas escolas no Haiti.

³³Documento para um Pacto Nacional pela Educação no Haiti.

aplausos de um grande número de famílias da população e o apoio de instituições como a UNESCO por parte da sua diretora-geral Irina Bokova, afirmando que:

Saúdo esta excelente iniciativa para ajudar crianças fora da escola através deste novo Fundo Nacional de Educação. O Haiti precisa de investimentos sustentados em educação para capacitar os haitianos a reconstruir seu país. Este fundo é um exemplo de financiamento inovador que pode ajudar a atingir os objetivos da Educação para Todos envolvendo o Estado, empresas privadas, ONGs e a comunidade internacional (HAÏTILIBRE, 2011).

Assim, o Presidente Michel J. Martelly anuncia que os fundos do FNE seriam administrados por um conselho de 15 membros com a contribuição do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco da República do Haiti (BRH), e que uma firma internacional independente, *Price Waterhouse Cooper*, seria responsável pelas auditorias "por uma questão de transparência". Segundo ele esta iniciativa público-privada vai levar educação para as crianças do país e pediu a participação de todos os setores (HAITI LIBRE, 2011).

No entanto, o FNE teve seu status legal após cerca de seis (6) anos de captação de recursos. Um conselho de administração em novembro de 2018, aproximadamente sete (7) anos após a sua existência, o que é uma exigência do artigo 6 da lei de criação, organização e funcionamento do FNE (LE NOUVELLISTE, 2018). E seu primeiro relatório mensal oficial de taxas cobradas sobre transferências privadas internacionais pagas na conta do tesouro público foi publicado pelo Banco da República do Haiti (BRH) em setembro de 2018. Este relatório forneceu o número de transferências, o total de taxas cobradas e o saldo arrecadado no período de 28 de julho de 2011 a 12 de setembro de 2018 (Haíti, BRH, 2018). Ainda este mesmo relatório prossegue dizendo que nem todas as taxas arrecadadas foram depositadas na conta do tesouro público. De 28 de julho de 2011 a 12 de setembro de 2018, a BRH captou cento e vinte milhões cento e trinta mil setecentos e quarenta e cinco e cinquenta (USD 120.130.745,50) dólares americanos. Ele transferiu cento e dezessete milhões setecentos e sessenta mil cinco e noventa e quatro (117.760.594,00) dólares americanos para a conta do tesouro público. Estes valores referem-se apenas aos custos das transferências, sem contar os das chamadas telefônicas, conforme detalhes do relatório nas páginas a seguir.

FIGURA 4– Relatório Banco da República do Haiti (BRH) no período de 2011 a 2018.

BANQUE DE LA REPUBLIQUE D'HAÏTI DIRECTION FINANCIÈRE - SERVICE CONTROLE FINANCIER						
RAPPORT MENSUEL DES FRAIS PERÇUS SUR LES TRANSFERTS PRIVÉS INTERNATIONAUX VERSÉS AU COMPTE DU TRÉSOR PUBLIC ETABLÍ DU 28 JUILLET 2011 AU 12 SEPTÉMBRE 2018 ⁽²⁾						
Mois	Nombre de transferts	Total des frais perçus	Solde collecté	Montant viré au compte du trésor public	Solde ⁽²⁾	
Juillet 2011	297 603	446 404,00	446 404,00	-	-	446 404,00
Aout 2011	562 763	844 144,50	1 290 548,50	-	-	1 290 548,50
Septembre 2011	587 835	881 752,50	2 172 301,00	-	-	2 172 301,00
Octobre 2011	582 478	873 717,00	3 046 018,00	-	-	3 046 018,00
Novembre 2011	639 660	959 490,00	4 005 508,00	-	-	4 005 508,00
Décembre 2011	586 415	879 622,00	4 885 130,00	-	-	4 885 130,00
Janvier 2012	817 471	1 226 207,00	6 111 337,00	-	-	6 111 337,00
Février 2012	534 350	801 524,50	6 912 861,50	-	-	6 912 861,50
Mars 2012	677 362	1 016 043,00	7 928 904,50	-	-	7 928 904,50
Avril 2012	756 879	1 135 318,50	9 064 223,00	-	-	9 064 223,00
Mai 2012	693 489	1 040 234,00	10 104 457,00	-	-	10 104 457,00
Juin 2012	694 854	1 042 281,00	11 146 738,00	-	-	11 146 738,00
Juillet 2012	667 744	1 001 616,50	12 148 354,50	-	-	12 148 354,50
Aout 2012	642 426	963 639,00	13 111 993,50	(7 000 000,00)	-	6 111 993,50
Septembre 2012	628 780	943 170,00	7 055 163,50	-	-	7 055 163,50
Octobre 2012	648 785	973 177,50	8 028 341,00	-	-	8 028 341,00
Novembre 2012	658 214	987 321,00	9 015 662,00	-	-	9 015 662,00
Décembre 2012	646 253	969 380,00	9 985 042,00	-	-	9 985 042,00
Janvier 2013	881 213	1 321 819,50	11 306 861,50	-	-	11 306 861,50
Février 2013	441 124	661 686,00	11 968 547,50	(10 000 000,00)	-	1 968 547,50
Mars 2013	705 651	1 058 476,50	3 027 024,00	-	-	3 027 024,00
Avril 2013	855 835	1 283 752,50	4 310 776,50	-	-	4 310 776,50
Mai 2013	763 359	1 145 038,50	5 455 815,00	-	-	5 455 815,00
Juin 2013	773 056	1 159 584,00	6 615 399,00	-	-	6 615 399,00
Juillet 2013	740 330	1 110 495,00	7 725 894,00	-	-	7 725 894,00
Aout 2013	698 720	1 048 080,00	8 773 974,00	-	-	8 773 974,00
Septembre 2013	887 914	1 331 871,00	10 105 845,00	-	-	10 105 845,00
Octobre 2013	699 278	1 048 917,00	11 154 762,00	(9 850 611,00)	-	1 304 151,00
Novembre 2013	759 194	1 138 791,00	2 442 942,00	-	-	2 442 942,00
Décembre 2013	713 004	1 069 506,00	3 512 448,00	-	-	3 512 448,00
Janvier 2014	953 380	1 430 070,00	4 942 518,00	(3 512 448,00)	-	1 430 070,00
Février 2014	676 210	1 014 315,00	2 444 385,00	(1 430 070,00)	-	1 014 315,00
Mars 2014	771 565	1 157 347,50	2 171 662,50	(1 014 315,00)	-	1 157 347,50
Avril 2014	568 990	853 484,50	2 010 832,00	(1 333 543,50)	-	677 288,50
Mai 2014	663 429	995 144,00	1 672 432,50	(757 253,50)	-	915 179,00
Juin 2014	613 349	920 023,50	1 835 202,50	(916 169,00)	-	919 033,50
Juillet 2014	579 910	869 864,50	1 788 898,00	(1 788 898,00)	-	-
Aout 2014	1 626 918	2 440 377,00	2 440 377,00	(361 357,50)	-	2 079 019,50
Septembre 2014	844 615	1 266 922,50	3 345 942,00	(2 155 368,00)	-	1 190 574,00
Octobre 2014	831 571	1 247 356,50	2 437 930,50	(1 357 860,00)	-	1 080 070,50
Novembre 2014	629 272	943 908,00	2 023 978,50	(1 080 070,50)	-	943 908,00
Décembre 2014	1 009 734	1 514 601,00	2 458 509,00	(1 756 728,00)	-	701 781,00
Janvier 2015	1 094 048	1 641 072,00	2 342 853,00	(2 451 913,50)	-	(109 060,50)
Février 2015	767 347	1 151 020,50	1 041 960,00	(1 041 960,00)	-	-
Mars 2015	619 322	928 983,00	928 983,00	(839 953,50)	-	89 029,50
Avril 2015	1 004 009	1 506 013,50	1 595 043,00	(310 914,00)	-	1 284 129,00
Mai 2015	695 863	1 043 795,00	2 327 924,00	(1 499 226,50)	-	828 697,50
Juin 2015	1 224 847	1 837 270,50	2 665 968,00	(830 505,00)	-	1 835 463,00
Juillet 2015	1 173 416	1 760 124,00	3 595 587,00	(3 020 593,50)	-	574 993,50
Aout 2015	660 577	990 865,50	1 565 859,00	(1 197 051,00)	-	368 808,00
Septembre 2015	1 170 470	1 755 705,00	2 124 513,00	-	-	2 124 513,00
Octobre 2015	934 459	1 401 688,50	3 526 201,50	-	-	3 526 201,50
Novembre 2015	971 110	1 456 665,00	4 982 866,50	(4 614 586,50)	-	368 280,00
Décembre 2015	885 718	1 328 577,00	1 696 857,00	-	-	1 696 857,00
Janvier 2016	1 242 966	1 864 449,00	3 561 306,00	-	-	3 561 306,00
Février 2016	696 873	1 045 309,50	4 606 615,50	(3 562 938,00)	-	1 043 677,50
Mars 2016	1 150 442	1 725 662,50	2 769 340,00	-	-	2 769 340,00
Avril 2016	1 155 657	1 733 485,00	4 502 825,00	-	-	4 502 825,00

BANQUE DE LA REPUBLIQUE D'HAÏTI DIRECTION FINANCIÈRE - SERVICE CONTROLE FINANCIER					
RAPPORT MENSUEL DES FRAIS PERÇUS SUR LES TRANSFERTS PRIVÉS INTERNATIONAUX VERSÉS AU COMPTE DU TRÉSOR PUBLIC ETABLI DU 28 JUILLET 2011 AU 12 SEPTMBRE 2018 ¹⁹ .					
Mois	Nombre de transferts	Total des frais perçus	Solde collecté	Montant viré au compte du trésor public	Solde ⁽²⁾
Mai 2016	1 073 871	1 610 806,50	6 113 631,50	(4 750 382,00)	1 363 249,50
Juin 2016	1 082 440	1 623 660,00	2 986 909,50	(1 608 732,00)	1 378 177,50
Juillet 2016	1 032 470	1 548 705,00	2 926 882,50	(1 378 177,50)	1 548 705,00
Aout 2016	1 014 940	1 522 409,50	3 071 114,50	-	3 071 114,50
Septembre 2016	1 038 850	1 558 274,50	4 629 389,00	(3 765 259,00)	864 130,00
Octobre 2016	1 070 822	1 606 232,50	2 470 362,50	(1 741 405,00)	728 957,50
Novembre 2016	1 171 835	1 757 752,00	2 486 709,50	(2 477 756,00)	8 953,50
Décembre 2016	1 036 521	1 554 781,00	1 563 734,50	(1 563 734,50)	-
Janvier 2017	1 463 098	2 194 647,00	2 194 647,00	(1 034 664,00)	1 159 983,00
Février 2017	729 946	1 094 919,00	2 254 902,00	-	2 254 902,00
Mars 2017	1 076 884	1 615 326,00	3 870 228,00	(3 024 028,50)	846 199,50
Avril 2017	971 611	1 457 416,50	2 303 616,00	(1 801 570,50)	502 045,50
Mai 2017	1 821 434	2 732 151,00	3 234 196,50	(3 064 683,00)	169 513,50
Juin 2017	1 022 829	1 534 243,50	1 703 757,00	(1 372 503,00)	331 254,00
Juillet 2017	679 838	1 019 757,00	1 351 011,00	(1 351 011,00)	-
Aout 2017	1 416 969	2 125 453,50	2 125 453,50	(1 333 930,50)	791 523,00
Septembre 2017	1 482 065	2 223 098,00	3 014 621,00	(1 513 143,00)	1 501 478,00
Octobre 2017	1 196 432	1 794 648,50	3 296 126,50	(2 715 526,00)	580 600,50
Novembre 2017	1 219 244	1 828 866,00	2 409 466,50	(2 030 854,50)	378 612,00
Décembre 2017	1 222 790	1 834 185,00	2 212 797,00	(2 043 196,50)	169 600,50
Janvier 2018	1 988 538	2 982 807,00	3 152 407,50	(1 807 768,50)	1 344 639,00
Février 2018	884 306	1 326 459,00	2 671 098,00	(2 495 418,00)	175 680,00
Mars 2018	1 235 606	1 853 409,00	2 029 089,00	(1 840 755,00)	188 334,00
Avril 2018	1 915 219	2 872 828,50	3 061 162,50	(1 181 317,50)	1 879 845,00
Mai 2018	1 383 488	2 075 232,00	3 955 077,00	(2 877 751,50)	1 077 325,50
Juin 2018	1 437 461	2 156 191,50	3 233 517,00	(2 631 112,50)	602 404,50
Juillet 2018	1 042 429	1 563 643,50	2 166 048,00	(1 125 889,50)	1 040 158,50
Aout 2018	982 523	1 473 784,50	2 513 943,00	(1 545 691,50)	968 251,50
Septembre 2018	934 600	1 401 900,00	2 370 151,50	-	2 370 151,50
Total	80 087 164	120 130 745,50		(117 760 594,00)	2 370 151,50

Sommaire

Du 18 juillet 2011 au 12 septembre 2018

Total des frais sur transferts collectés	USD 120 130 745,50
Total des montants virés au compte du Trésor Public	(USD 117 760 594,00)
Solde au 12 septembre 2018	USD 2 370 151,50

¹⁹ Les frais sur les transferts privés internationaux ont été établis à partir du mois de juillet 2011.²⁰ Solde transitoire qui reflète les délais administratifs de virement du compte de la BRH au compte du Trésor public.

Em 26 de maio de 2019, o Tribunal Superior de Contas e Controvérsias Administrativas (CSCCA)³⁴ apresentou seu relatório de desempenho das finanças públicas do exercício de 2017-2018. Assim, o CSCCA analisou a situação do fundo assistencial que gere recursos significativos que permitem ao Estado financiar a manutenção da educação, nomeadamente o FNE.

Como parte deste relatório, o CSCCA analisou a evolução e uso do FNE, analisando sua contribuição para a educação no Haiti e verificando se tem sido administrado de forma eficiente e eficaz levando em conta sua missão.

Vale lembrar que o FNE foi criado para financiar o Programa de Ensino Universal Gratuito e Obrigatório (PSUGO) que deve educar 1,5 milhão de crianças de 6 a 12 anos durante o quinquênio do mandato do presidente Michel Joseph Martelly (IIEP-UNESCO, 2016). O programa listou 115.000 escolas para pagamento de recursos, 9.000 privadas e 2.500 públicas nos primeiros ciclos do ensino básico, de forma a garantir o acesso à educação. A concessão é formulada da seguinte forma:

Constata-se em todos os documentos consultados e de acordo com os comentários recolhidos dos vários intervenientes que o principal critério para a atribuição da bolsa é o pagamento de fundos à taxa equivalente a 90 USD\$ (aproximadamente 4.500 Gourdes³⁵) por estudante subvencionado em escola não pública, o equivalente a 5 US\$ (cerca de 250 Gourdes) em uma escola pública. O número de alunos subsidiados em uma turma não pode exceder 45, e em uma escola com 6 turmas: 270 alunos. Desde o ano de 2011, quando o PSUGO foi lançado, até 2014, as coortes de alunos subsidiados em escolas não públicas têm menos turmas a cada ano, até que em 2019, todo o subsídio deveria ir exclusivamente para escolas públicas (JEAN JACQUES, 2016, p.8)³⁶

No entanto, o relatório do CSCCA sobre a situação financeira do Estado e a eficiência dos gastos públicos para o ano fiscal 2017-2018 revela que a população em idade escolar no Haiti está em constante aumento. Esta população foi estimada em 2017 em 4.971.467 crianças devido a 4.107.074 que estão na escola e 864.393 que não vão à escola (Haíti, CSCCA, 2019). Note-se que o relatório não menciona o montante de

³⁴ De acordo com a Constituição de 1987, o Tribunal Superior de Contas e Contencioso Administrativo (CSCCA) é uma "jurisdição financeira, administrativa e autônoma" da República do Haiti "responsável pelo controle administrativo e jurisdicional das receitas e despesas do Estado, da verificação das contas das empresas estatais e das autarquias locais".

³⁵A "gourde" é a moeda nacional do Haiti.

³⁶Documento "Melhorar o financiamento escolar: o uso e a utilidade do Bolsas Escolares".

dinheiro utilizado para o subsídio do PSUGO. O relatório faz um balanço da falta de infraestrutura, falta de pessoal qualificado, uma porcentagem muito alta do setor de educação não pública (85%), falta de professores qualificados, etc. Além disso, o objetivo do FNE era dar soluções a estas situações e outras, como indica o CSCCA.

A receita arrecadada pelo FNE de 2011 a 2018 nas transferências por meio da BRH referente ao CSCCA é superior a 120 milhões de dólares norte-americanos; 118 milhões desse valor foram repassados ao Tesouro Público pela BRH na ausência de um marco legal para sua utilização. Em setembro de 2018, o saldo aumentou para 2,37 milhões de dólares americanos. (Haiti, CSCCA, 2019). Para o valor arrecadado em ligações telefônicas, o CSCCA forneceu números em um período de três anos 2013, 2014 e 2015. O Conselho Nacional de Telecomunicações (CONATEL) pagou ao Tesouro Público cerca de 1,7 bilhão de gourdes sobre 2,6 bilhões de gourdes arrecadados conforme mencionou o relatório.

Para o exercício de 2017-2018, o relatório do CSCCA observou que as reabilitações escolares foram realizadas em três departamentos do país, ou seja, 42% no norte, 32% no oeste e 26% no centro. A soma destas reabilitações ascendeu a 280,7 milhões de gourdes. O CSCCA observou que a reabilitação das escolas do centro foram mais caras do que a das escolas do norte ou oeste. Observando as diferenças de números, o CSCCA planejou visitas de campo para verificar o tamanho e a qualidade dessas infraestruturas escolares.

A CSCCA no contexto deste relatório indicou o funcionamento do FNE por sete anos na ausência de um marco legal, levantou dúvidas sobre a gestão do fundo que é alimentado pelas cobranças de taxas sobre transferências para o Haiti e chamadas telefônicas. Além disso, o CSCCA acredita que a ratificação da lei de criação, organização e funcionamento do FNE, em 2017, deve-se a participar do esforço nacional para financiar educação de qualidade acessível a todas as crianças que vivem em território haitiano.

Além disso, instituições como MENFP, Unidade Central de Inteligência Financeira (UCREF), Unidade Anticorrupção (ULCC) apresentaram relatórios sobre práticas corruptas, fraudes de tal magnitude em conluio com membros do governo (TARDIEU, 2016). De fato, a ULCC informou que 121 escolas em 500, ou seja, uma escola em cada

4 registradas no PSUGO não existe (LE NOUVELLISTE, 2013). Parlamentares e outros membros senior do governo possuem escolas fictícias (TARDIEU, 2016). Há funcionários de escolas que forneceram ao MENFP um número maior de alunos do que nas salas de aula e estão recebendo subsídios pelo número apresentado. Segundo (EMILE, 2021) economista haitiano em programa de educação econômica transmitido pela Rádio Télé Caraïbes, complementou afirmando que: "Segundo o relatório do Senado da República do Haiti, 40% do dinheiro arrecadado pelo Conselho Nacional de Telecomunicações (CONATEL) sobre os custos das ligações internacionais são desviados para a compra de equipamentos para fins de utilidade da CONATEL que não tem a ver com educação".

O Programa de Escolarização Universal Gratuita Obrigatória (PSUGO), lançado pelo ex-presidente Michel J. Martelly é conhecido como uma grande operação de peculato, que não tem transparência sobre os valores arrecadados e os reais. E, para justificar o esbanjamento destes fundos, adiantaram grandes cifras, colocaram cartazes nas ruas numa lógica de propaganda. Assim, o professor Charles Tardieu escreveu um artigo intitulado: "O PSUGO como uma das maiores fraudes da história da educação no Haiti". Berrouët-oriol (2022), por sua vez, afirmou que o sistema educacional haitiano é prova de múltiplos desfalques no PSUGO. Esse último é uma ameaça à educação no Haiti (COLLECTIF-HAÏTIEN-FRANCE, 2014).

O PSUGO que foi lançado com muitas promessas, que visava reconstruir o sistema educacional, educar 1,5 milhão de crianças durante os cinco anos de governo do partido político *Parti Haïtien Tèt Kale* (PHTK)³⁷. No entanto, este programa deixou muitas pessoas ricas, o estado haitiano endividado, o setor educacional e a população haitiana em desordem.

Também falta uma comunicação transparente sobre o fundo. Durante os primeiros quatro anos de implementação do PSUGO, o MENFP informa ter pago mais de seis mil milhões de gourdes (6.805.026.378) a 8.640 escolas em todo o território (6 mil milhões e 200 milhões de gourdes de subsídio foram atribuídos a 6.262 escolas privadas e cerca de 600 milhões de gourdes a 2.138 escolas públicas). Além disso, para os anos letivos 2014-2015 e 2015-2016, a dívida do PSUGO atingiu três bilhões de gourdes. A estes montantes devem ser adicionados cerca de 75 milhões de dólares americanos em apoio aos salários dos novos professores recrutados no âmbito deste programa. A divulgação

³⁷ Partido Haitiano Tèt Kale (PHTK) é um partido político haitiano. Tèt Kale significado Careca em crioulo haitiano. O partido foi oficialmente formado em 16 de agosto de 2012. Embora o então presidente Michel Martelly nunca tenha sido membro do partido, o PHTK tinha afinidades com o governo.

destes números, desde 2017, foi acompanhada de uma promessa que os responsáveis do MENFP nunca cumpriram. “Esta informação, que vem do sistema de gestão e monitoramento do PSUGO, será constantemente atualizada para permitir que a população acompanhe de perto a evolução do programa” (LAMBERT, 2018).

Os estudos realizados sobre o PSUGO permitem inferir que a proposta idealizada inicialmente se afasta muito de uma implantação real do fundo. Além disso, nota-se muito desequilíbrio como a falta de escolas construídas, poucos professores formados e integrados ao setor educacional. A ausência de critérios na seleção das crianças para receberem bolsa. Com esses problemas a população, principalmente, as crianças em fase escolar não estão recebendo uma educação inclusiva e equitativa de qualidade.

Os países menos desenvolvidos (PMDs) confrontados com problemas recorrentes de financiamento, recursos não fiscais ou mecanismos inovadores têm possibilitado a requisição de recursos financeiros significativos nos últimos anos, a fim de atender às necessidades da educação. Pensando nisso, o ex-presidente do Haiti, Michel Joseph Martelly, tomou a iniciativa de mobilizar financiamentos inovadores, especificamente por meio da criação de um novo fundo denominado Fundo Nacional de Educação (FNE). É uma boa ideia, claro, mas qual é a relação entre o FNE e o contexto neoliberal? Ou qual a influência do neoliberal na escola no Haiti?

2.2 O NEOLIBERALISMO COMO CONCEITO CHAVE PARA ENTENDER AS REFORMAS EDUCACIONAIS NOS PAÍSES AMERICANOS

O neoliberalismo é uma doutrina econômica e política que surgiu no século 20 com base em teorias formuladas por teóricos, como o economista ucraniano Ludwig Von Mises e o economista austríaco Friedrich Hayek. Um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigável para investidores estrangeiros. (BROWN, 2021, p. 29). De acordo com Harvey, é uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido pela liberação das liberdades individuais e das capacidades

empreendedoras dentro de uma estrutura institucional caracterizada por fortes direitos à propriedade privada, mercados livres e livre comércio. (HARVEY, 2014, p. 12).

Por outro lado, seguindo a abordagem de Michel Foucault (1979) e Dardot e Laval (2010), o neoliberalismo é competição, capital humano e empreendimento humano.

O liberalismo surgiu na década de 1930, onde era uma filosofia econômica que buscava ser uma opção entre o liberalismo clássico e a economia planificada posta pelo socialismo. Este termo foi associado ao modelo de condução da economia por um Estado forte, que hoje se torna a economia social de mercado (JOHN, 2021). Porém, no final do século XX, com governos considerados os mais representativos dessa época, como os presidentes: Ronald Reagan (1911-2004) nos Estados Unidos (1981 a 1989) e a primeira-ministra Margaret Thatcher (1925-2013) no Reino Unido (1979 a 1990). O neoliberalismo conheceu sua concepção atual, que é a privatização e a abertura de mercados. Da mesma forma, os economistas Milton Friedman (1912-2006) e Friedrich August Von Hayek (1899-1992) são considerados figuras teóricas emblemáticas do neoliberalismo (Ibid.).

Na segunda metade do século XX, assistiu-se ao surgimento do neoliberalismo como uma teoria sobre as práticas político-econômicas. Uma das características do neoliberalismo, segundo pesquisadores da escola austríaca, é o enfraquecimento do Estado e a redução drástica da participação estatal na economia. Além disso, defendem a cobrança mínima de impostos e a privatização dos serviços públicos. O neoliberalismo tem três características principais:

- 1) a privatização de todos os serviços públicos como saúde, educação, segurança, bancos e serviços de eletricidade etc. De acordo com a ideologia do neoliberalismo, é necessário que o setor privado participe das áreas tradicionalmente ocupadas pelo Estado.
- 2) Desregulamentação: O neoliberalismo optou pela desregulamentação dos mercados tanto em termos de oferta quanto de demanda. Essa ideologia criou um discurso para tornar a privatização aceitável para o povo.
- 3) Papel do Estado: propõe a redução do poder do Estado, para não dizer a supressão dos poderes do Estado.

A América Latina é composta por dois blocos sub-regionais distintos: América Central e América do Sul, que inclui a Comunidade Andina - Colômbia, Equador, Bolívia, Peru, Venezuela - de um lado, Mercosul - Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Chile (BOUSQUIER, 2006). Este subcontinente experimentou uma onda neoliberal no quartel do século XX. Essa ideologia foi desencadeada no Chile desde meados da década de 1970, com a ditadura de Augusto Pinochet, depois na Argentina na década de 1990. Então, essa doutrina econômica e política se espalhou por toda a região sob as prescrições do Fundo Monetário (FMI) e da democracia governos que a aplicam (HUGO, 2020).

Segundo a Conferência Inaugural de Jacques Chonchol no Fórum da América Latina, ele apresentou as consequências do modelo neoliberal nos diferentes países da América Latina, insistindo na importância do custo social da atual globalização. Este fórum salientou que as políticas neoliberais exigidas pelo FMI e pelo Banco Mundial têm impactos prejudiciais no subcontinente. Do ponto de vista social, os resultados mostram o aumento da pobreza de grande parte da população e a persistência das desigualdades econômicas e sociais. Essas políticas causam desemprego e subemprego. Na maioria dos países latino-americanos há uma forte presença de desintegração social e crises políticas (DIAL, 2001).

O neoliberalismo no Haiti teve seu início a partir do golpe do presidente Jean B. Aristide, que por um lado, procurou estabelecer um regime verdadeiramente neoliberal no país, e por outro, com a justificativa de proteger a propriedade, particularmente o capital estrangeiro de americanos, franceses e canadenses.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, a liberalização do comércio tornou-se prioridade, com a imposição de Programas de Ajuste Estrutural (PAE) pelos dos Estados Unidos para a maioria dos países do sul (DIPLOMATIC WORLD, 2010).

Em 1996, o governo haitiano assinou a lei de Modernização das Empresas Públicas, sob o impulso de instituições de *Bretton Woods* como o FMI e o Banco Mundial, também com o apoio do presidente norte-americano Bill Clinton (LE NOUVELLISTE, 2020). De fato, quase todos os serviços foram privatizados, negando o acesso à população mais pobre. Como parte do processo de modernização de bens e serviços, o Haiti liquidou quase todas as empresas públicas, como: a Companhia de Eletricidade

(EDH), a Companhia de Telecomunicações (Téléco), o Banco Nacional de Crédito (BNC), o Banco do Popular Haitiano (BPH), o Minoterie (Moinhos do Haiti, Farinha e Pão), a Autoridade Portuária Nacional (APN), o lagar ENAOL, *Ciment d'Haïti*³⁸ e os aeroportos. Todos foram privatizados sob o pretexto de ineficiência e má gestão (SOPHIE, 2010).

O principal objetivo dos imperialistas é controlar e monopolizar os serviços públicos. Segundo eles, a gestão pública é incapaz de satisfazer as necessidades primárias da população e que as empresas públicas devem ser privatizadas. Assim, com capital privado, os serviços seriam mais eficientes. Sophie Perchellet em seu artigo intitulado “Construire ou reconstruire Haïti?”³⁹ explica o papel da liberalização do comércio e da privatização de empresas públicas no Haiti:

A liberalização do comércio e a privatização das empresas públicas visam levar a economia haitiana às corporações transnacionais em um platô, em detrimento do Estado e do interesse geral. O país está se tornando cada vez mais dependente de financiamento externo, que vem principalmente de instituições financeiras internacionais (IFIs). Ao organizar esta situação de dependência, os doadores continuam a impor as suas condições nefastas enquanto obrigam os Estados ao rigor orçamental. Isso significa, na prática, um congelamento ou redução dos gastos públicos, a fim de quitar dívidas ilegítimas e obedecer às liminares dos credores. Em suma, o Estado deve desapropriar-se dos bens que possui e são as pessoas que pagam o preço. O Haiti não foge à regra (SOPHIE, 2010).

Além da privatização de quase todas as empresas públicas do Haiti, há cerca de 90% de escolas privadas, a um custo estimado em até 60% da renda das famílias instruídas, o que causa uma taxa de abandono escolar (DCO, 2019). No domínio agrícola, com os bloqueios permanentes do país dificultando seu crescimento econômico, tornou-se excepcionalmente agrário. No entanto, após um programa do Haiti assinado com o FMI em 1995, as tarifas alfandegárias sobre o arroz caíram de 35% para 3% (PERCHELLET, 2010). O mercado haitiano foi invadido pelo arroz americano e, ao mesmo tempo, levou à descapitalização dos pequenos agricultores. O país importou mais produtos agrícolas do que exporta, importou 80% do seu consumo de arroz em 2008.

Os desastres naturais e a agitação política que o Haiti vivenciou criaram um contexto de constante instabilidade. Isso alimenta as intervenções permanentes dos imperialistas no país, que fingem ter vindo para ajudar na reconstrução, mas de

³⁸ Cimento do Haiti

³⁹ Construir ou reconstruir Haiti?

preferência para controlar sua economia. Em 26 de novembro 2016, Jovenel Moïse foi eleito presidente do Haiti e agosto de mesmo ano marcou a retirada da MINUSTAH do país. Parecia que o país teria a oportunidade de experimentar estabilidade e começaria a se desenvolver.

No entanto, em 2018 as manifestações ainda estão lá. Depois que o Haiti assinou um acordo com o FMI em fevereiro de 2018 para se beneficiar de um fundo de 90 milhões de dólares em condições especiais. Em troca de aumentar os preços da gasolina, do gásóleo e do querosene em cerca de 44% com o objetivo de reduzir o subsídio estatal (DCO, 2019). Uma decisão que irritou o povo haitiano e o jogou nas ruas para pedir ao Estado que revertesse sua decisão. Em 31 de janeiro de 2019, a CSCCA publicou um relatório de auditoria sobre a gestão dos projetos financiados pelo fundo Petrocaribe. Este projeto é um acordo de cooperação energética, lançado em junho de 2005, pelo presidente venezuelano Hugo Chávez. O acordo, que faz parte da estratégia de integração regional da Venezuela, foi firmado com quinze países da América Central e do Caribe, incluindo o Haiti. Concretamente, estes Estados beneficiam-se da entrega de petróleo a taxas preferenciais e com facilidades de pagamento. Os lucros seriam usados para financiar projetos sociais e de desenvolvimento (THOMAS, 2019). O Petrocaribe foi auditado pelo Tribunal de Contas do Haiti em 2019. De acordo com o relatório da CSCCA de 2008 a 2018, os recursos gerados pelo Petrocaribe somaram mais de US\$ 4,237 bilhões, e 219 embarques totalizando 43,9 milhões de barris de combustível foram entregues e comercializados no Haiti (THOMAS, 2019). A CSCCA invocou o desfalque, o esbanjamento de fundos, em grande parte por parte do governo haitiano.

Como o Haiti é uma república sem leis, tanto o fundo Petrocaribe quanto o FNE são desviados e vão como uma carta no correio sem que haja julgamento ou justiça. Frédéric Thomas, em seu artigo intitulado: Haiti: o escândalo do século. Corrupção, neoliberalismo e revolta popular explica como corrupção estrutural:

A visão dominante, marcada em grande parte pelo neocolonialismo, faz da corrupção um fenômeno à parte, inerente aos Estados do Sul, senão às populações negras. Traça uma divisão do mundo com, no Norte, as capacidades e as boas intenções, no Sul, a corrupção e a má gestão. Assim, oferece uma chave para explicar a pobreza e o fracasso do desenvolvimento e uma maneira conveniente de isolar o problema. Isso se reduziria a uma falta de governança e transparência [10], que se baseia, em última análise, no livre mercado. Mas o livre mercado é uma ficção, que filtra os atores e as dinâmicas que atuam nesse

espaço, o menos livre e o mais político de todos. Daí o impasse ou a hipocrisia das instituições internacionais. Porque as medidas de liberalização desejadas ou impostas por eles, e efetivamente implementadas no Haiti, constituem o terreno fértil para essa corrupção: ao privatizar as instituições públicas, ao justificar e estimular as desigualdades, ao minar ou deslegitimar qualquer contrapoder [11], e comercializar o Deus ex machina (THOMAS, 2019)

Em tudo isso, desde 25 de junho de 2019, tem-se a presença do Escritório Integrado das Nações Unidas no Haiti (BINUH). Este último foi criado pelo Conselho de Segurança em sua resolução 2.476 de 25 de junho de 2019 e implantado sob o Capítulo VI da Carta das Nações Unidas. Sua finalidade é :

- 1) Aconselhar o Governo do Haiti na promoção e fortalecimento da estabilidade política e da boa governança, incluindo o Estado de Direito, a preservação e promoção de um ambiente pacífico e estável, em particular apoiando um diálogo nacional interamericano inclusivo e protegendo e promovendo direitos;
- 2) Auxiliar o Governo do Haiti, por meio de um papel consultivo, em seus esforços nas seguintes áreas: Diálogo e reformas, Eleições, Profissionalismo Policial, Redução da Violência Comunitária e Violência de Gangues, reforma da justiça, Condições Prisionais, Proteção dos Direitos Humanos e Responsabilidade.

Os esforços da missão BINUH visam o desenvolvimento de longo prazo do Haiti e devem ser integrados aos das 19 agências, fundos e programas da Equipe de países das Nações Unidas que prestam assistência humanitária e implementam programas, sob desenvolvimento da liderança de autoridades nacionais. Basicamente, a BINUH no Haiti trabalha para apoiar instituições nacionais para melhorar a vida do povo haitiano, de acordo com as prioridades nacionais e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Essa abordagem reflete a relação de apoio mútuo entre paz, segurança e desenvolvimento sustentável e baseia-se na plena apropriação e responsabilidade das instituições estatais haitianas (Ibid.).

Olhando para a situação econômica e sócio-política do Haiti pode-se questionar a real missão da BINUH, ela está lá para ajudar o Haiti a se estabilizar ou desestabilizar?

Um dos maiores crimes no Haiti ocorreu durante o mandato da BINUH. Trata-se do assassinato do Presidente da República do Haiti, Jovenel Moise, em 7 de julho de 2021, em sua residência particular, em circunstâncias trágicas. Um ano depois, há alguns suspeitos que estão sendo presos nacional e internacionalmente, mas os mentores da

operação não foram identificados. No entanto, uma reportagem do canal americano CNN mencionou os muitos obstáculos enfrentados pelos oficiais de justiça responsáveis pela investigação do assassinato do ex-inquilino do palácio nacional. (JAKE, 2021)

Jake Johnson em artigo publicado no *Le Monde diplomatique* qualifica a situação do Haiti com a do Afeganistão em 2001 do ponto de vista da intervenção militar.

Alguns comentaristas sugerem que as crises gêmeas do Haiti no verão de 2021 justificam chamar o Haiti de "Estado falido (*estado falido*), da mesma forma que o Afeganistão. Mas ele é acima de tudo um Estado assistido » : moldado por intervenções externas que, através da « ajudar, perpetuar uma forma de ocupação. Assim como no Afeganistão a partir de 2001 – quando os Estados Unidos gastaram bilhões de dólares para apoiar líderes afegãos impopulares – todas as eleições haitianas desde 2004 foram colocadas sob o controle de potências estrangeiras, começando por Washington. Estados [OEA]). Após o violento terremoto de 12 de janeiro de 2010, por exemplo, o governo haitiano decidiu adiar as eleições gerais, inicialmente marcadas para fevereiro e março. Mas os países doadores são rápidos em pressionar para que eles sejam realizados já em novembro, quando um milhão de pessoas ainda estão desabrigadas. A primeira rodada ocorre em condições catastróficas. Em vez de defender um adiamento até que a situação melhore, ou mesmo uma recotagem dos votos, uma missão da OEA liderada por especialistas americanos, franceses e canadenses recomenda modificar os resultados oficiais, sem justificativa, para qualificar para o segundo turno o cantor Michel Martelly, marcado à direita. Tendo a administração do Sr. Barack Obama ameaçado suspender a ajuda humanitária de que o país precisava desesperadamente, as autoridades haitianas cederam e aceitaram o " recomendação ." (Jake 2021).

Patrick Devedjian em sua coluna: "Quem paga a encomenda, quem a encomenda assume". Afirmo que a ajuda ao desenvolvimento está longe de ser uma solução milagrosa para os problemas enfrentados pelo Haiti. No entanto, pode trazer melhorias na medida em que se dá de forma correta e em apoio às prioridades do Haiti, e não em prol de uma agenda política dos países financiadores, é um investimento decisivo com efeitos a longo prazo. Nesse sentido, seria uma ferramenta importante para acelerar o progresso no combate à pobreza e à desigualdade. Mas ao contrário de sua missão, a ajuda internacional acaba enfraquecendo o Estado. No Haiti, aproximadamente 80% dos serviços públicos básicos, como saúde ou educação, são prestados por ONGs, associações religiosas ou empresas privadas. Quanto às indústrias nacionais, sofrem com a dependência do setor humanitário das importações. No que diz respeito à agricultura, os beneficiários de fundos dos EUA estão proibidos de comprar produtos locais. Em outras palavras, o dinheiro da ajuda do Congresso é usado para subsidiar os produtores americanos.

Apesar do fracasso geral da BINUH no Haiti, seu mandato será estendido por mais um ano. Durante uma reunião em 16 de junho de 2022, durante a qual a Representante Especial, Helen La Lime, apresentou as principais conclusões do último relatório do Secretário-Geral sobre o Haiti, datado de 13 de junho, que descreve em termos contundentes a multidimensionalidade com a qual o país é confrontado.

O país experimentou uma insegurança sem precedentes com uma forte presença de gangues armadas. Lutas rivais entre gangues em várias comunas da capital haitiana e outras áreas vizinhas. Entre 1º de janeiro e 31 de maio, a Polícia Nacional do Haiti registrou 540 sequestros e 782 homicídios dolosos, representando um aumento de 36,4% e 17%, respectivamente, em relação aos últimos cinco meses de 2021. O relatório do secretário-geral observa que 198 sequestros e 201 homicídios foram registrados em maio.

Na reunião de 16 de junho, muitos membros do Conselho destacaram os efeitos prejudiciais da escalada de violência sobre os civis, especialmente mulheres e crianças. A maioria dos membros do Conselho referiu-se à alta incidência de violência sexual e de gênero. Dados parciais coletados pela BINUH retratam um quadro alarmante, indicando uma média de 98 vítimas de violência sexual por mês entre janeiro e março em Porto Príncipe, principalmente em áreas controladas por gangues. O relatório do secretário-geral indica que mulheres, meninas e pessoas LGBT são particularmente vulneráveis à violência sexual, incluindo estupro e escravidão sexual, enquanto homens e meninos também são afetados por essa violência.

Na frente educacional, em um comunicado de 23 de junho, o UNICEF descreveu os efeitos do recente surto de violência na educação das crianças no Haiti. Uma avaliação realizada pelo Ministério da Educação Nacional e Formação Profissional do Haiti e pela UNICEF na região metropolitana de Porto Príncipe em abril e maio constatou que mais de 500 das 976 escolas estavam disfuncionais ou inacessíveis devido a confrontos entre grupos armados. Além disso, oito por cento das escolas avaliadas foram ocupadas por gangues armadas ou famílias deslocadas.

O Haiti sofre desde 1986 a era neoliberal, ajustes estruturais, transnacionalização, privatização de recursos e bens públicos, repressão e impunidade, corrupção governamental, imposição de leis de acordo com o interesse das empresas

transnacionais e receitas do FMI, BID e Banco Mundial que levou ao aumento da dívida externa e ao aumento da população que mergulhou na pobreza.

A ajuda bilateral e a ajuda multilateral sendo um sistema que consiste na concessão de subsídios ou empréstimos a favor de países em desenvolvimento com o objetivo de promover o crescimento econômico e o bem-estar desses países. No entanto, a ajuda internacional não favorece os interesses dos países receptores, mas sim dos países doadores. Ou seja, a ajuda internacional ao Haiti não permite o desenvolvimento sustentável. Como disse LAHENS: a ajuda que o Haiti recebe muitas vezes é condicionada pelos interesses estratégicos e econômicos dos países doadores (LAHENS, 2014 p.92). Ajudar tem efeitos nocivos, “[...] a ajuda internacional pode ser um formidável motor de desenvolvimento. Mas também pode ser o maior freio” (PALLAGE; LEMAY-HÉBERT, 2012, p.13). No caso do Haiti, o Plano Marshall representa um obstáculo ao desenvolvimento, pois apesar da multiplicidade de ajudas, não trouxe resultados significativos. A ajuda internacional será benéfica para o Haiti, por meio de um projeto social desenvolvido por haitianos.

CAPÍTULO III - A EDUCAÇÃO BÁSICA HAITIANA: LIMITES E DESAFIOS

O objetivo deste capítulo é apresentar os limites e desafios enfrentados pelo sistema educacional haitiano, particularmente no que diz respeito à educação pré-escolar e ensino fundamental. Dá-se particular ênfase à questão do ensino primário gratuito por meio do programa PSUGO. Será abordado os principais desafios do sistema de ensino e do Programa de Educação Universal e Gratuita (PSUGO) que enfrentam na área educacional, principalmente o número de acesso à educação básica.

Para consecução dos objetivos propostos, partiu-se do entendimento de que a metodologia da pesquisa se constitui em caráter qualitativo, documental, percebendo que as características específicas deste tipo de análise advêm com o uso de fontes de documentos públicos. Neste estudo foram utilizados documentos secundários como o Programa da Escolarização, Universal, Gratuitas e Obrigatórias (PSUGO) e o documento do Fundo Nacional de Educação (FNE) utilizado para financiar esse programa por meio da cobrança de impostos sobre ligações telefônicas e taxas de transferência de dinheiro internacional.

A pesquisa documental “[...] pode se constituir numa técnica valiosa de abordagens de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38).

Os documentos secundários (Programa da Escolarização, Universal, Gratuitas e Obrigatórias (PSUGO) e o documento do Fundo Nacional de Educação) foram fundamentais para o entendimento acerca do acesso das crianças ao ensino fundamental, primeiro e segundo ciclo, que corresponde a idade de 6 a 12 anos. Esses documentos foram norteadores para os entendimentos dos objetivos propostos e também para a compreensão da respeito da situação do sistema educacional haitiano.

Para tanto, a pesquisa centrou-se nos seguintes passos:

1. Seleção dos documentos partindo de uma leitura flutuante, para contato com o material de estudo no sentido de apreender as ideias principais. Para análise foram selecionados os seguintes documentos: Programa da Escolarização, Universal, Gratuitas e Obrigatórias (PSUGO) e o documento do Fundo Nacional

de Educação (FNE);

2. Estudo e aprofundamento teórico sobre o sistema educacional haitiano e os determinantes econômicos e políticos que engendram as políticas educacionais e reformas implementadas no país;
3. Leitura e análise dos documentos selecionados para o estudo, destacando a estrutura do sistema educacional haitiano, o quantitativo das matrículas no período de 2010 a 2016;
4. Seleção das unidades de análise e definição das palavras-chaves associadas com os objetivos propostos na pesquisa. Esta pesquisa centrou-se nos eixos relacionados ao acesso e financiamento da educação haitiana;
5. Análise dos resultados encontrados apontando os limites e desafios para acesso à educação no Haiti.

3.1 OS LIMITES PARA ACESSO À EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO FUNDAMENTAL

O Haiti está em uma "encruzilhada" onze anos após o lançamento do Programa de Ensino Universal Gratuito e Obrigatório (PSUGO) e a criação do Fundo Nacional de Educação (FNE). A escolaridade das crianças está aumentando no mundo, inclusive no Haiti. No entanto, as desigualdades permanecem e permanecem em nível nacional. Em outras palavras, a educação universal está longe de ser alcançada.

O sistema educacional haitiano é dividido em cinco níveis principais: educação pré-escolar para crianças de três a cinco anos, ensino fundamental que destina-se a crianças dos 6 aos 14 anos de idade, ensino médio, educação profissional e ensino superior. O ensino fundamental tem duração de nove anos, sendo dividido em três ciclos: o primeiro dura quatro anos, o segundo dois anos e o terceiro três anos (DORVILIER, 2012). Nesta pesquisa optou-se em centrar-se no acesso à pré-escola e ao ensino fundamental.

A educação universal é um conceito que traduz uma vontade política de educar e servir todas as crianças em idade escolar, tendo recebido a maior atenção da comunidade internacional (TARDIEU, 2016). Essa ideia surgiu em 1990, quando 155

nações se reuniram em Jomtien, na Tailândia, para proclamar as metas da Educação para Todos (EPT) no mundo. Na esteira desse movimento, vários países do mundo, incluindo o Haiti, foram conclamados a desenvolver seu Plano Nacional de Educação. De fato, em janeiro de 1996, após uma consulta nacional com os Estados Gerais da Educação, o Haiti implementou seu próprio Plano Nacional de Educação (JEAN-DANIEL, 2012).

Esta iniciativa foi levada na linha da democratização da educação e da igualdade para o estabelecimento da construção das bases do desenvolvimento humano que leve em conta uma sociedade mais justa e equitativa. Em outras palavras, é uma nova forma de pensar e assumir os processos educacionais no país quando os governos decidiram trabalhar pela educação universal (TARDIEU, UNESCO-IBE, 2016, 2006/07).

Sendo a universalidade da educação parte dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), o governo haitiano, por meio de seu Ministério da Educação, adotou uma estratégia nacional de Educação para Todos (EPT), que até 2015 deveria promover a escolarização de todas as crianças em idade escolar no país.

Desde a década de 1980, sucessivos governos fizeram muitas tentativas de políticas educacionais para proporcionar maior acesso à população e melhorar a qualidade da educação. Esta ideia continua seguindo a declaração do milênio, tendo em vista uma melhor orientação na escola haitiana. Entre eles, pode-se citar: a reforma Bernard na década de 1980, o Plano Nacional de Educação e Formação (PNEF, 1998), a Estratégia Nacional de Ação para Educação para Todos (SNA-EPT, 2007), o Plano Operacional (PO, 2010). Contudo, não alcançam os resultados esperados. De fato, o sistema educacional haitiano persiste em uma situação caótica com a presença de infraestrutura escolar precária, número insuficiente de professores capacitados, ensino de baixa qualidade, acesso limitado, arcabouço normativo obsoleto e inadequado, financiamento insuficiente para o Estado etc. (HAÍTI, GTEF, 2010).

Perante a situação precária do sistema educativo, no final de 2007, o Presidente da República, neste caso René Prével, constituiu uma comissão denominada Grupo de Trabalho sobre Educação e Formação (GTEF) composta por membros representantes dos principais setores da sociedade. O objetivo do GTEF era identificar os elementos consensuais que deveriam constituir um Pacto Nacional pela Educação e Formação

(PNEF) destinado a orientar o sistema educacional nos próximos vinte e cinco anos. Após o terremoto devastador e mortal de 12 de janeiro de 2010, que afetou severamente o setor educacional, o governo renovou o mandato da comissão a fim de levar em conta as implicações desse desastre na reconstrução do sistema educacional (HAÍTI, MENFP, 2010).

No âmbito da revisão e reestruturação do sistema educativo, o Presidente da República solicitou ao titular do Ministério da Educação Nacional a elaboração do plano de operacionalização das recomendações do GTEF. O Plano Operacional consagrou a aplicação da política de escolaridade obrigatória e gratuita para que todas as crianças residentes em território nacional integrassem o sistema educativo até 2015, recebessem uma educação de qualidade e concluíssem o ciclo fundamental. Este plano previu tornar o terceiro ciclo fundamental gratuito e obrigatório a partir de 2021, o que alterou o ensino fundamental completo para 9 (nove) anos (HAÍTI, MENFP, 2010).

Além disso, o conceito universal de escolarização universal desempenhou um papel: cultural, social e econômico para todas as populações. A questão da educação primária gratuita no Haiti não é nova, mas remonta aos primeiros momentos da independência. Surgiu na constituição de 2 de junho de 1816, que foi promulgada pelo presidente Alexandre Pétion, em seu artigo 36 afirma: também será criada e organizada uma instituição pública, comum a todos os cidadãos, gratuita no que diz respeito às festas de educação indispensáveis para todos os homens, e cujos estabelecimentos se distribuem gradualmente em relação à divisão da República. No entanto, temos que esperar até 1874, cinquenta e oito anos depois, na constituição de 6 de agosto de 1874, quando a educação primária se tornou não apenas gratuita, mas também obrigatória. O artigo 33 da Constituição de 1874 estipulou: a educação é gratuita e o ensino primário é gratuito e obrigatório. As escolas primárias deveriam ser criadas gradualmente, conforme o número de habitantes (DELIMA, 2012; MENFP, 2010). Esses dois requisitos, a saber, a educação gratuita e a obrigatória, foram veiculados em todas as constituições do país, é claro, mas sua aplicação ainda não se efetivou. É como o provérbio haitiano que diz: *“Mennen koulèv la lekòl se youn. Fè l'chita se yon lòt”*⁴⁰ Sabe-se que a maioria das

⁴⁰Trazer cobras para a escola é uma, sentá-los é outra.

escolas são privadas e que não há sanção pela não aplicabilidade da obrigatoriedade do ensino primário.

A educação pré-escolar ou jardim de infância não é obrigatória, mas existe um currículo oficial que prevê três anos de pré-escola para crianças de 3 a 5 anos. Com efeito, a educação pré-escolar é considerada indispensável no processo de aprendizagem das crianças. Permite-lhes desenvolver mais facilmente competências, aptidões, capacidades pessoais e cognitivas. Este nível de ensino registou um grande progresso nos últimos anos, com um aumento da Taxa Líquida de Matrícula (TML) para crianças dos 3 aos 5 anos. As taxas líquidas de participação na pré-escola aumentaram de 51,5% em 2010 para 60% em 2016. Da mesma forma, as taxas brutas de participação também aumentaram, de 73,7% para 88,7% (HAÍTI, MENFP-DPCE, 2015-2016).

Quadro 2: Evolução da Taxa de Participação no nível pré-escolar no período de 2010-2016

Ano	Taxa líquida			Taxa bruta		
	Meninos	Meninas	Total	Meninos	Meninas	Total
2010-2011	49,90%	53,20%	51,50%	72,40%	75,00%	73,70%
2011-2012	60,30%	63,80%	62,00%	75,20%	78,50%	76,80%
2012-2013	60,10%	63,50%	61,70%	78,30%	82,10%	80,20%
2013-2014	56,40%	62,60%	59,40%	79,00%	85,60%	82,20%
2014-2015	-	-	-	-	-	-
2015-2016	58,70%	61,30%	60,00%	87,10%	90,4%	88,70%

Fonte: MENFP-DPCE, Dados do censo escolar 2015-2016.

No documento que trata sobre o Fundo Nacional de Educação (2019) prevê a construção e manutenção de salas de aula de pré-escola nas escolas públicas conforme a necessidade da sua população, de modo que respeito os padrões recomendados pelo MENFP. Contudo, por meio dos dados apresentados na tabela 3 percebe-se que houve pequenas alterações na taxa líquida do acesso das crianças de 3 a 5 anos na pré-escola. Pouco mais da metade das crianças conseguiram matricular-se nesse nível de ensino, devido primeiramente pela não obrigatoriedade e também pelo número pequeno de instituições que ofertam esse ensino.

O Ministério da Educação Nacional e Formação Profissional (MENFP), por meio do Departamento de Planejamento e Cooperação Externa (DPCE), organiza anualmente

operações destinadas a recolher, analisar e divulgar informação relativa às estatísticas escolares. Para garantir a confiabilidade dos dados, em conjunto com o MENFP e a UNESCO, foi elaborado um roteiro. Neste roteiro foram programados quatro censos escolares sucessivamente de 2010 a 2014. Em 2014-2015, com a realização do georreferenciamento de todas as escolas do parque escolar haitiano, por conta do Centro Nacional de Informações Geoespaciais (CNIGS), com financiamento do BID. Para atualizar o banco de dados do ministério e obter estatísticas atualizadas, um censo escolar foi organizado pelo DPCE em 2015-2016. De acordo com os resultados do censo escolar 2015-2016, do Departamento de Planejamento (DPCE), existem 19.505 instituições de ensino em todo o território nacional, oferecendo os três primeiros níveis de ensino (pré-escolar, básico e médio) e 219 instituições de ensino superior. De acordo com os dados, 18.544 escolas oferecem ensino fundamental e 3.933 ensinam ensino médio (HAÍTI, MENFP/DPCE, 2015-2016).

Ao mesmo tempo, o Instituto Haitiano de Estatística para o ano de 2015, estimou a população de crianças de 3 a 18 anos em 3.827.141. A atual estrutura demográfica e, em particular, a alta taxa de natalidade da população, prevê um aumento de aproximadamente 250.000 crianças para ingressarem na pré-escola, criando assim novas necessidades no sistema escolar (HAÍTI, MENPF/PDEF, 2018).

Quadro 3: Estrutura demográfica da população de 0 a 18 anos (por idade e sexo)
(projeções de 2015)

NÍVEL ALVO	IDADE	TOTAL	MENINOS	MENINAS
Primeira infância	0-2 anos	779 739	398.089	381.650
Pré escola	3-5 anos	758 919	387 124	371.795
Fundamentos 1º e 2º	6-11 anos	1.454.880	740 734	714 146
3º Ciclo fundamental	12-14 anos	700 161	355.532	344.629
Secundário	15-18	913 181	462.766	450 415
Total		4.606.880	2.344.245	2.262.635
%	100%	51%	49%	

Fonte: IHSI, projeções populacionais de 2007, citado por MENFP/PDEF

De acordo com os resultados dos dados do censo escolar 2015-2016 por conta do MENFP e do DPCE, 4.107.074 alunos ingressaram no sistema de ensino em 2015-2016.

Incluindo 17% no pré-escolar, 74% no fundamental com maior concentração nos dois primeiros ciclos e 9% no secundário.

Quadro 4 : Número de escolas e matrícula total

Anos	2010-2011	2011-2012	2012-2013	2013-2014	2015-2016
Número total de escolas	16.072	17.116	17.412	17.828	19.505
Número total de alunos (fundamental e secundário)	3.378.790	3.560.670	3 707219	3.779.655	4.107.074
Fundamental 1º e 2º ciclo	2.210.221	2 345851	2 441559	2.498.706	2 548444

Fonte: MENFP-DPCE, Dados do censo escolar 2015-2016

O governo haitiano, por meio de sua política educacional, estabeleceu objetivos, incluindo: estabelecer um sistema de ensino fundamental completo de nove anos de estudo, baseado em uma base comum de conhecimentos e habilidades; desenvolver meios pedagógicos e infra-estruturais que permitam a todas as crianças o acesso e a conclusão dos ciclos do ensino básico, promover a igualdade de oportunidades; etc. (HAÍTI, MENFP/DPCE, 2013-2014).

De 2010 a 2016, o sistema educativo registou uma tendência crescente da taxa líquida de matrículas ao nível do ensino básico. Verifica-se um aumento da Taxa Líquida de Matrícula (TLM) das crianças dos 6 aos 14 anos que frequentam o ensino básico. De acordo com os resultados deste censo escolar, o TML passou de 68,10% em 2010-2011 para 77% em 2015-2016 (HAÍTI, MENFP, 2018).

Quadro 5: Evolução das Taxas Líquida de Matrícula (TLM) no Nível Fundamental de 2010 a 2016

Ano	Taxa líquida			Taxa bruta		
	Meninos	Meninas	Total	Meninos	Meninas	Total
2010-2011	66,90%	69,30%	68,10%	130,80%	137,80%	134,20%
2011-2012	72,80	75,40%	74,10%	141,10%	144,00%	142,50%
2012-2013	74,80%	77,10%	75,90%	143,20%	146,90%	145,00%
2013-2014	74,80%	77,00%	75,90%	134,50%	136,00%	135,20%
2014-2015	-	-	-	-	-	-
2015-2016	76,50%	77,60	77,00	142,90	144,00%	143,50%

Fonte: MENFP-DPCE, Dados do censo escolar 2015-2016

Apesar do ensino médio não ser objeto de estudo nesta pesquisa, cabe destacar que a baixa matrícula no ensino fundamental refletem no acesso a este nível de ensino. De acordo com os resultados do censo escolar 2015-2016 houve uma participação muito baixa em relação ao ensino fundamental. Com efeito, a Taxa de Matrícula Bruta (TMB) passou de 29% em 2011 para 44% em 2016. No entanto, o aumento da Taxa Líquida de Matrícula (TLM) no mesmo período é menor, ou seja, 11% em 2011 para 15% em 2016.

Quadro 6: Evolução das taxas de matrícula ao longo de 4 anos no nível secundário

	Taxa de Matrícula Bruta (TMB)				Taxa Líquida de Matrícula (TLM)			
	2011	2012	2014	2016	2011	2012	2014	2016
Meninos	30%	31%	29%	42%	10%	13%	12%	14%
Meninas	29%	30%	31%	46%	12%	13%	14%	17%
Total	29%	30%	30%	44%	11%	13%	13%	15%

Fonte: MENFP-DPCE, Dados do censo escolar 2015-2016

No entanto, de acordo com o levantamento tendo como base a taxa de mortalidade, morbidade e uso de serviços, referente ao período de novembro de 2016 a abril de 2017, grande parte das crianças em idade escolar não frequentavam a rede escolar. Ou seja, 21 em cada 100 crianças haitianas entre 6 e 9 anos não vão à escola. De acordo com a pesquisa, os números são muito maiores nas áreas rurais do que nas cidades (LE NOUVELLISTE, 2018).

De acordo com a taxa bruta de frequência escolar, há muitas pessoas acima da idade no nível do ciclo básico. As taxas líquidas, qualquer que seja o ciclo de ensino, mostram um desequilíbrio nas áreas urbanas e rurais: 91% das crianças de 6 a 11 anos frequentam a escola no nível básico nas áreas urbanas contra 80% nas áreas rurais.

Essa pesquisa aborda o sistema educacional haitiano, mas o interesse se concentra na educação básica (1º e 2º ciclos do fundamental). Estes dois ciclos são um direito constitucional e são da responsabilidade do Estado e das autarquias locais, tornando-se obrigatórios no Plano Operacional 2010-15, durante o quinquênio do Presidente Joseph Michel Martelly, de 2011 a 2016. No período 2011-2016, de acordo com dados do censo escolar de 2015-2016, o sistema educacional haitiano avançou significativamente em termos de taxas líquidas de matrícula. No entanto, a oferta escolar é caracterizada por desequilíbrios e desigualdades. Além dos avanços significativos do sistema educacional no Haiti, a exclusão escolar continua sendo um grande desafio a ser enfrentado para que todas as crianças possam seguir um caminho escolar que lhes permita se preparar melhor para o futuro.

A oferta no setor público continua muito abaixo da do setor privado. Com efeito, as escolas públicas representam apenas 15% de todos os estabelecimentos do 1º e 2º ciclo do Fundamental (HAÍTI, MENFP-DPCE 2015-2016).

3.2 OFERTA EDUCATIVA MARCADA PELA PREDOMINÂNCIA DO SETOR NÃO PÚBLICO

O sistema educativo representa um desequilíbrio numérico muito grande a favor do setor não público nos três primeiros níveis de ensino (pré-escolar, básico, secundário). Com efeito, se a oferta educativa é marcada pela predominância do setor privado, inversamente identifica-se que o setor público apresenta uma certa estagnação. O setor privado da educação tem tido uma predominância que lhe permite assegurar cerca de 85% da oferta educativa. Possui 92% dos estabelecimentos pré-escolares, 84% das escolas de ensino fundamental e 95% das escolas de ensino médio (HAÍTI, MENFP-UNICEF, 2017). Por outro lado, em termos de números, o setor público parece ter maior capacidade de captação nas escolas, porque as escolas públicas têm 26% dos alunos

formados no Fundamental e 28% no Secundário (HAÍTI, MENFP-UNICEF, 2017). Nota-se que o setor privado encontrou subsídios estatais por meio de programas como PSUGO e EPT, e que lhe permitem formar um grande número de alunos (IBIB).

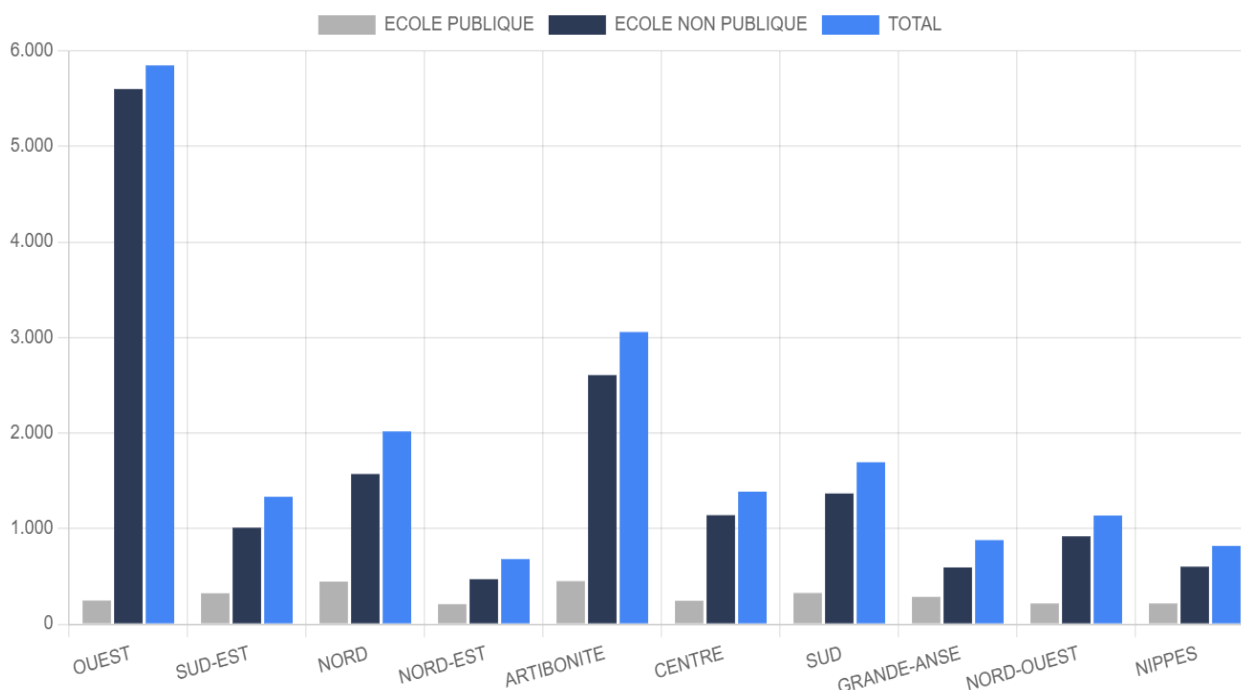
Para provar a indiferença do Estado haitiano ao fenômeno da privatização da educação e a gravidade do problema do sistema educacional, Cyprien L. Gary escreveu um artigo que foi publicado no «le Nouvelliste», divulgando os percentuais de escolas particulares existentes em alguns países da América Latina e do Caribe.

Jamaica 4,8% de escolas primárias privadas versus 2,9% de escolas secundárias privadas; Bolívia 20,7% escolas primárias privadas para 29% escolas secundárias privadas; República Dominicana 14,4% escolas primárias privadas para 23% escolas secundárias privadas; Barbados 11,3% escolas primárias privadas versus 5,9% escolas secundárias privadas; Trinidad Tobago 5,7% escolas primárias privadas para 7,5% escolas secundárias privadas; Panamá 10% escolas primárias privadas para 14,9% escolas secundárias privadas; Costa Rica 6,8% escolas primárias privadas para 12,2% escolas secundárias privadas; México 7,9% escolas primárias privadas para 16% escolas secundárias privadas; Brasil 8,1% escolas primárias privadas para 11,3% escolas secundárias privadas (GARY, 2005).

Comparado ao sistema educacional do Haiti com alguns outros da região, o nível é muito baixo, porque o sistema está longe de garantir a escolarização funcional em todos os níveis de ensino.

Segundo Wolff (2008) os indicadores de educação do Haiti não se assemelham aos de países da América Latina ou Caribe, mas sim de alguns países da África Subsaariana. Além da predominância do setor privado, estudos mostram a existência de uma distribuição desigual das escolas públicas entre os departamentos geográficos e também entre os diversos municípios dentro de um mesmo departamento. O MENFP (2018)⁴¹ apresentou um desequilíbrio na oferta pública de educação no departamento Nord. E, nota-se que a oferta pública ao nível do fundamental varia entre 12,68% a 50,82% ao nível das comunas deste departamento.

⁴¹ Documento Plano Decenal de Educação e formação (PDEF)

Gráfico 1 : Distribuição de escolas públicas e não públicas por departamento

Fonte: (HAÍTI, MENFP, 2020/23).

Assim, a oferta pública apresenta irregularidades do ponto de vista qualitativo e quantitativo, porque, um grande número de alunos nos dois ciclos fundamentais (6 a 14 anos) necessita de 2 a 3 horas de tempo para chegar a suas escolas todas as manhãs com o objetivo de levar 5 horas de tempo de aprendizagem por dia. Eles gastaram a mesma quantidade de horas para voltar para casa. Por outro lado, outra categoria levou de 15 a 30 minutos para cumprir a mesma missão (HAÍTI, MENFP, 2018).

Além da má distribuição da oferta entre áreas urbanas e rurais, também existe disparidade do ponto de vista infra-estrutural. Escolas que estão alojadas em casas habitáveis, igrejas ou caramanchões. Além disso, de acordo com GTEF (2010), em todo o país, 145 seções comunais estão desprovidas de escolas públicas e 23 delas não possuem escolas.

Para se chegar à implementação da massificação da educação de forma efetiva, uma parcela do orçamento nacional deve ser destinada ao financiamento da educação pelos Estados. Este dinheiro deve ser usado de forma eficaz e equitativa para garantir a

educação para todos e combater as desigualdades. De acordo com declarações internacionais, como a Declaração de Jomtien, os estados devem gastar pelo menos 6% de seu PIB e/ou pelo menos 20% de seus orçamentos nacionais em educação para poder alcançar uma educação de qualidade para todos. O esforço do sistema educativo é avaliado de acordo com o peso da despesa em educação em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) pelas comunidades nacionais (RAGOUCY, 2004). No ano fiscal de 2013-2014, o Estado haitiano destinou 14% de seu orçamento à educação (ou 5% de seu PIB). Por outro lado, com a criação do PSUGO, 60% do orçamento é reservado para a educação básica (HAÍTI, MENFP-UNESCO, 2016). De 2010 a 2015, o sistema educacional foi financiado com 587.468.059 dólares americanos, sendo 56,11% para aumentar o acesso, 25,50% para melhorar a qualidade, 11,90% para fortalecer a governança, 4,25% para fortalecer o sistema de formação profissional e 2,24% para o ensino superior (HAÍTI, MENFP-UNESCO, 2016). No entanto, na classificação dos estados americanos por gastos com educação (% do PIB), o Haiti está entre os países do continente com o menor orçamento dedicado à educação como porcentagem do PIB, ou seja, 2,45% em 2016 e 13,3% de seu público despesa.

No Haiti, além do Estado, a educação é amplamente financiada por doadores. Entre eles o Banco Mundial e a Global Partnership for Education que financiam a educação com valores de US\$ 70 milhões e US\$ 14,5 milhões respectivamente. Somam-se a essa lista o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco de Desenvolvimento do Caribe (CDB), UNICEF, UNESCO e União Europeia (UNESCO, 2021).

É importante lembrar que a educação primária é obrigatória e gratuita de acordo com a constituição haitiana, mas na prática continua sendo responsabilidade dos pais. Os custos são estimados em 10% das despesas domésticas para famílias com crianças na escola primária. A despesa para um ano escolar é estimada em US \$ 130 para cada criança. Deste modo, a população fora da escola é superior, 200.000 crianças, ou 5% da população em idade escolar (HAÍTI, MENFP-UNESCO, 2016).

Com o objetivo de tornar a educação primária concretamente obrigatória e gratuita, o governo do Haiti, em 2011, tomou a iniciativa de isentar as mensalidades dos alunos em situação de pobreza da primeira à sexta série (6 a 11 anos). O programa visava

matricular 1,7 milhão de crianças por um valor de US\$ 6,6 milhões até 2017. O governo planejava pagar 100% das taxas escolares para alunos de escolas públicas e 70% para alunos de escolas particulares credenciadas por meio do EPT e PSUGO. A partir de 2015, esses dois programas deixaram de subsidiar novos alunos recém-ingressados no sistema escolar (HAÍTI, MENFP-UNESCO, 2016).

3.3 DESAFIOS PARA O ACESSO E O DIREITO À EDUCAÇÃO PÚBLICA

Apoiando-nos na lógica do PSUGO, a presente análise situa-se no objetivo da escolarização básica universal, contudo é importante mencionar que diversos órgãos haitianos tais como a Unidade Central de Inteligência Financeira, câmaras de senadores da república declararam que o PSUGO foi alvo de corrupção. Isso leva a constatar que os objetivos esperados não foram alcançados, que o acesso e a permanência das crianças no sistema educacional haitiano não atingiram os índices esperados, produzindo em sua estrutura um sistema excludente e seletivo. A partir dos dados produzidos durante o quinquênio do presidente Michel J. Martelly, com base nos censos escolares, nos relatórios do diagnóstico da UNESCO, é possível esboçar algumas conclusões.

Para além da reforma de Bernard de 1982, foram implementadas políticas educativas de grande envergadura com vistas a tornar o ensino primário acessível a todas as crianças em idade escolar. Esforços foram feitos nas últimas duas décadas, é claro, mas nem sempre conseguiram matricular todas as crianças haitianas em idade escolar. Por meio de todas as políticas educativas, a oferta educativa é fortemente dominada pelo setor privado, ou seja, 85% (HAÍTI, MENFP-UNICEF, 2017). Para remediar essa situação, o Estado empreendeu o Plano Operacional que optou pela educação universal e gratuita para crianças de 6 a 12 anos, e priorizou a parceria público-privada na educação. Essa decisão insere-se na política neoliberal do país e fez da educação uma mercadoria em benefício do mercado, que é um direito público consagrado na constituição haitiana (LIBÂNEO, 2018).

O setor escolar privado, em particular os dois primeiros ciclos do ensino básico, beneficiou-se de uma política favorável e de apoio financeiro do Estado sob a forma de subsídios. Essa política pró-ativa do presidente Joseph M. Martelly estimulou muitas

pessoas a criarem escolas particulares para se beneficiarem do subsídio estatal sem ter as condições de funcionamento adequadas.

A mercantilização da educação no Haiti mostrou a irresponsabilidade do Estado em termos de acessibilidade à educação pública. No entanto, o Estado é o principal garantidor do bem comum e da justiça distributiva, que tem a capacidade de dar a todas as crianças acesso ao mesmo nível de conhecimento e habilidades básicas, por meio de impostos e taxas pagos pelos contribuintes (JEAN-PIERRE, 2004).

Ressalta-se que o sistema educacional é composto principalmente por escolas particulares e heterogêneas. Essa heterogeneidade está vinculada de acordo com sua estrutura de supervisão e a qualidade do ensino ministrado (JOINT, 2008). De fato, de acordo com Louis Auguste Joint, existem quatro tipos de escolas no Haiti, que são: a escola "borlette"⁴² que significa (escola lotérica). Esta designação é atribuída a eles por sua má qualidade devido ao seu mau funcionamento. Essa categoria com fins lucrativos recruta professores não qualificados, que carecem de apoio educacional, tornando o aprendizado muito precário.

Uma segunda categoria que tem um nível intermediário, entre a escola "borlette" e a escola congregacional. Estes estabelecimentos têm professores mais ou menos formados e pagam-lhes regularmente os seus salários no final do mês. Eles estabeleceram um acompanhamento pedagógico e verificações regulares para seus alunos.

As escolas congregacionais estão em terceiro lugar na lista de escolas públicas, em ordem crescente, com matrícula estável. Vistos com seu rigor e suas disciplinas fazem deles escolas de referência. Os pais pagam a escolaridade de seus filhos regularmente, também os professores recebem um salário melhor em comparação com as duas categorias anteriores de escolas. Eles são equipados com equipamentos e materiais menos sofisticados e recrutam um corpo docente mais qualificado.

⁴²Mardoché PIERRE, em sua tese apresentada e defendida em Paris-Saclay, definiu o termo "escola Borlette" da seguinte forma: "As escolas Borlette, em referência às loterias que alude à baixa probabilidade de sucesso acadêmico (e social), são as escolas privadas com infra-estruturas rudimentares onde a qualidade dos professores e do ensino permanece muito limitada e que são frequentadas por alunos cujos pais carecem de capital econômico e/ou cultural e/ou social" (PIERRE, 2011, p.89).

Finalmente, no topo da escala estão as escolas privadas internacionais, que se instalam na capital do país (Port-au-Prince). Segundo a pesquisa de Joint (2008), entre 1999 e 2000, havia cinco ou seis e listou quatro dessas instituições privadas internacionais no país que são: *Collège Étoile em Pacot*, distrito residencial leste de Porto-au-Prince, o *Lycée Français Alexandre Dumas*, o *Collège Américain Union School em Port-au-Prince* e o *Collège Sainte-Thérèse em Pétion-Ville*. Estes últimos são administrados por estrangeiros e professores haitianos altamente qualificados podem ensinar lá. Ao contrário dos demais, não adota o currículo do sistema educacional haitiano e aplica os programas vigentes na França, Canadá ou Estados Unidos. Geralmente, essas instituições preparam os jovens para continuar seus estudos superiores fora do país.

Assim, o sistema escolar evolui, não ficando livre de práticas sociais desiguais (BAPTISTE, 2017). É a cruel duplicidade do sistema educacional haitiano por meio de programas educacionais como EPT e PSUGO que pretendem dar acesso a todas as crianças da mesma forma. No entanto, de acordo com Godet (1988) o sucesso acadêmico permanece intimamente ligado às origens sociais, quaisquer que sejam os sistemas em vigor. Assim, a questão da igualdade e da meritocracia são desaprovadas pelos fatos.

Os diferentes tipos de escolas públicas e privadas (*borlettes, medium, confessional, internacional*) com diferentes status e preços no Haiti são catalisadores de desigualdades socioeducativas (JOINT, 2008). Como os preços das escolas variam de acordo com seu status, o subsídio de US\$ 90 por aluno do Estado haitiano para escolas particulares corresponde apenas às escolas *Borlette*, pois nenhuma categoria das escolas mencionadas acima aceitaria educar uma criança para o Estado por esse preço (PIERRE, 2011).

Essa democratização educacional almejada pelo Estado haitiano em parceria com o setor privado é muito mais quantitativa do que qualitativa. Para alguns, como o professor Jacques Abraham, em seu artigo publicado no «Le Nouvelliste» em 30-11-2020, explica que:

Os alunos haitianos não têm acesso à mesma oferta escolar ou aos mesmos mercados escolares e as escolas não oferecem as mesmas possibilidades, nem as mesmas condições de aprendizagem ou as mesmas oportunidades para todos

os alunos de acordo com suas origens socioeconômicas (avançadas, intermediárias ou desfavorecidos). O sistema parece segregar os alunos com base em certas características acadêmicas ou não acadêmicas.

Parece que o sistema escolar haitiano por meio do programa PSUGO defende uma educação inclusiva, única, justa e equitativa (JEAN, 2017), mas na realidade muitas crianças que não têm a possibilidade de integrar boas escolas por causa de sua condição socioeconômica são educados em escolas desfavorecidas chamadas de *borlette* privando-os do direito à educação de qualidade. Nesse caso, Abraham assegura que: a segregação escolar existe na oferta escolar haitiana e que é uma construção social indissociável das relações sociais de desigualdade. Assim, se de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a equidade é um verdadeiro motor de excelência na educação e coesão da sociedade, por outro lado a segregação escolar impede de ter equidade ou igualdade real.

O Estado haitiano contribui para o financiamento das escolas, mas não administra nenhuma delas. Na prática, seu poder de controle do PSUGO é limitado em um país como o Haiti, muitas vezes fadado ao nepotismo, clientelismo e corrupção.

De fato, órgãos de controle de corrupção como inventariaram fraudes: senadores, deputados e outros altos dignitários do governo possuem escolas fictícias. Estas escolas que figuram na lista oficial do MENFP não são, na realidade funcionais. Apesar de sua disfunção, essas escolas recebem sua bolsa como todas as outras escolas (TARDIEU, 2016). Ainda segundo Tardieu, após cinco anos da implantação desse programa, os resultados observados são desastrosos:

- 1) O PSUGO é assolado por múltiplos escândalos administrativos e financeiros que minam completamente sua credibilidade; 2) é impossível saber o número real de escolas e/ou alunos que beneficiaram do Psugo porque todas as estatísticas são falsificadas na base com a cumplicidade dos funcionários; 3) os programas de formação e conteúdos veiculados pelo PSUGO não vão ao encontro do perfil dos alunos que ali se inscrevem e é evidente que o seu bem-estar educativo e psicológico não faz parte das preocupações dos dirigentes (TARDIEU, 2016, p.6).

Todos esses abusos acabam desviando a educação de seu papel e objetivos e levando a violações do direito à educação. Nessa perspectiva, a escolarização universal e gratuita no Haiti permanece e continua sendo um ideal cuja realização real definitiva continua enfrentando múltiplos desafios. No entanto, o resultado do estudo sobre

crianças fora da escola no Haiti, com uma amostra nacional representativa de 1.908 domicílios durante o período da pesquisa de 2011-2015, foi capaz de mostrar que a carreira escolar não reflete as normas estabelecidas pelo MENFP (UNICEF-MENFP, 2017). De acordo com os resultados da pesquisa, há mais de 320.000 crianças de 6 a 14 anos no Haiti que não estão na escola (THÉLUSMA, 2017). Para a faixa etária de 15 a 18 anos, aproximadamente 160.000 adolescentes não vão à escola. Assim, a pesquisa identifica um total de cerca de 500.000 crianças de 5 a 18 anos que estão completamente excluídas do sistema escolar haitiano, e cerca de 1 milhão correm o risco de desistir sem terminar (THÉLUSMA, 2017). A exclusão é observada desde a pré-escola e continua ao longo da carreira escolar (UNICEF-MENFP, 2017). Segundo os pesquisadores, o problema do sistema educacional haitiano não está ligado à acessibilidade, mas a um sistema que não consegue reter alunos integrados. De fato, três principais gargalos foram identificados como anomalias ao bom funcionamento do sistema educacional e ao sucesso acadêmico das crianças. Nas carreiras escolares das crianças: entrada tardia na pré-escola ou na escola primária, insucesso escolar precoce (repetição) e definhamento prematuro (abandono) (THÉLUSMA, 2017).

Falar de educação gratuita não é falar apenas de socorrer o sistema de alunos, mas do Estado fiscalizar ou controlar a qualidade da educação ministrada nas escolas, sejam públicas ou privadas, no sistema. Manter as medidas educacionais, a fim de evitar perpetuar as reformas educacionais, sem ter resolvido os problemas.

Diante desses grandes desafios, o Estado haitiano deve desenvolver políticas públicas para superar os problemas do sistema, e levá-lo a trilhar o caminho da qualificação e educação pública, justa e equitativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa que tem como objeto de estudo o sistema educacional haitiano, particularmente, o ensino fundamental partiu-se do princípio de uma escola primária acessível a todos.

As políticas educacionais realizadas durante o governo de Joseph M. Martelly foram articuladas por meio da elaboração do Plano Operacional que visou reconstruir o sistema educacional haitiano. Além disso, proporcionar educação de qualidade, considerando-a uma das importantes alavancas que irão melhorar as condições econômicas e sociais da população. No entanto, os resultados mostram que este programa apenas reproduziu um sistema escolar desigual.

O financiamento das escolas privadas pelo Estado em detrimento das escolas públicas reflete a política neoliberal que tem como missão mercantilizar o ensino primário. As condicionalidades vinculadas ao financiamento do neoliberalismo por meio das ideologias que ele defende na comunidade educativa reduzem a capacidade do Estado, para não dizer suprimi-lo em termos de acesso para a população. Pois, a educação é um direito inerente, inviolável para uma população garantida por diferentes legislações, ao tratamento nacional e internacional. No Haiti, por meio da má gestão de políticas educacionais que não levam em conta a realidade das massas mais desfavorecidas e do financiamento de estabelecimentos privados pelo Estado, os organismos internacionais refletem as desigualdades de oportunidades de todas as crianças no acesso à educação. As escolas particulares com mensalidades exorbitantes constituem um retrocesso imperioso que tem efeitos danosos na possibilidade de atingir o nível básico de escolaridade. Há uma barreira econômica cada vez mais difícil de superar para mais pessoas, não apenas de famílias de baixa renda, mas também de famílias de renda média. Observadores do sistema educacional apontam a esse respeito que o subsídio do governo às escolas públicas é um obstáculo ao exercício do direito à educação pública.

Além disso, o Estado haitiano em acordos com organismos internacionais (BID, Banco Mundial, Unesco.etc) já implementou diversas políticas educacionais com o objetivo de alcançar uma escola para todos, não tendo alcançado o objetivo, qual seja, a

universalização da educação. A ajuda internacional não permite o desenvolvimento do sistema escolar, parece estar afundando ainda mais no fracasso e na exclusão de sua população.

Como direito de todos, a educação não pode ser oferecida principalmente por estabelecimentos privados, pois no Haiti a maioria da população vive abaixo da linha da pobreza. A maioria da população não teria as condições necessárias para pagar os serviços educacionais, que aumentam a cada ano, apesar da lei sobre propinas que foi validada pelo ex-presidente provisório, Jocelerme Privert, em 3 de janeiro de 2017.

Os recursos públicos para a educação no Haiti, por meio do Programa de Escolarização Universal Gratuita e Obrigatória (PSUGO), são destinados a escolas particulares, muitas das quais são chamadas de escolas "*borlettes*". Com isso, o Estado continua a reproduzir as desigualdades sociais por meio das reformas e tentativas de universalizar o acesso. Assim, ao desenvolvimento de diferentes formas de segregação econômica e social.

Não desconsidera-se as crises políticas, econômicas e socioculturais que atravessam o país, mas há muito descaso do Estado em relação à educação e à forma como as escolas públicas são percebidas no Haiti. Mardochée Pierre, em sua tese de doutorado intitulada Democratização e desigualdades educacionais nos países em desenvolvimento, o caso do Haiti, apresentada em Paris-Saclay, apresenta as escolas públicas da seguinte forma:

As escolas públicas têm uma má reputação por causa de suas turmas superlotadas que não permitem o aprendizado, professores que faltam (por motivos de atraso de salários, mas não somente). A virtual ausência de uma inspetoria incentiva as escolas a funcionarem de acordo com os caprichos do diretor. A má percepção das escolas públicas explica por que algumas famílias preferem educar seus filhos em uma escola Borlette ao invés de colocá-los na rede pública (PIERRE, 2021, p.277).

De fato, além do pequeno número de escolas públicas, elas também perdem o crédito da população. Em função do mau funcionamento das escolas públicas, os pais com maiores recursos econômicos matriculam seus filhos em escolas particulares de boa qualidade. Ao mesmo tempo, as crianças que frequentam as escolas públicas são consideradas crianças pobres. Para não levar o rótulo de pobreza, os pais preferem matricular seus filhos nas escolas Borlette (PIERRE, 2021).

Cabe ao Estado dotar o país de escolas públicas bem equipadas, integrar os formandos da área educacional no sistema escolar, reservar um melhor orçamento para a educação.

O país precisa de uma nova visão, uma valorização das escolas públicas. As escolas públicas são necessárias e são um meio de proporcionar uma educação justa e equitativa à população. Elas não devem ser desvalorizadas em detrimento das escolas particulares, mas como uma oportunidade de melhorar a vida da população.

Sob a influência do programa de ajuste estrutural imposto por organizações internacionais, o setor de educação privada na maioria dos países capitalistas está crescendo. No mundo real, os sucessos são raros e os danos são numerosos e terríveis. É também o caso do Haiti, onde se verifica que menos de 20% dos estabelecimentos públicos são manifestamente insuficientes para oferecer uma oferta educativa de qualidade, o que provoca um rápido aumento da diversidade de atores privados. Essa situação é reforçada pela criação do Programa de Ensino Universal Gratuito e Obrigatório (PSUGO), que visa subsidiar o setor privado de ensino. Com efeito, numa situação de déficit de escolas públicas, o Estado deve concentrar os seus esforços para concretizar o direito à educação pública de qualidade para todos.

Nesta dissertação, fizemos um pleito, discussão entre “o sistema educacional no Haiti questões de acesso e direito à educação pública”. Assim, no qual analisamos os impactos do Fundo Nacional de Educação (FNE) nas taxas de acesso e retenção de alunos do ensino fundamental no Haiti. Na sequência, contextualizamos o sistema educacional haitiano a partir das reformas implementadas na década de 1990 sob influência das políticas neoliberais; identificar as condições de acesso e permanência dos alunos nas escolas públicas do Haiti e destacar os desafios, limites e possibilidades da educação haitiana.

Respondemos com o nosso objetivo principal, fazendo uma denúncia ao mesmo tempo, em que mostramos como a política educacional no Haiti ainda é influenciada pelo setor privado, privilegiando as escolas privadas em detrimento das escolas públicas. Através dos dados analisados, permitimos ver a necessidade de uma melhor política educacional no Haiti, que leve em consideração a educação das massas mais desfavorecidas do país. Uma política de gestão que leve em consideração a realidade

socioeconómica da população haitiana. Esta dissertação permitiu-nos compreender que a intervenção de organizações internacionais na educação no Haiti, apenas reduz o poder do Estado em termos de financiamento no setor público da educação em benefício do setor privado e também no interesse do setor privado, aplicando políticas neoliberais. Podemos perceber que a política social do Estado, por meio do neoliberalismo, apenas reproduz desigualdades no país.

Em fim, há muitos desafios a serem vencidos para melhorar o acesso e o direito à educação pública no Haiti, principalmente em termos de financiamento, taxas de matrícula, qualidade da educação, igualdade de oportunidades e fortes políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

AMÉRIQUE LATINE - **Mondialisation et néolibéralisme en Amérique latine**, La Conférence inaugurale de Jacques Chonchol au Forum sur l'Amérique latine, DIAL 2520, 2001.

ARCHIMÈDE, Pascal. **La dette d'indépendance d'Haïti** du 17 avril 1825, nofi 2018.

Banque mondiale. **Haïti : Développement, recherche, données**, <https://donnees.banquemondiale.org/pays/haiti> . Acesso em abr. 2022.

Baron, Amélie. **Haïti a enfin un calendrier électoral.2015**. Disponível em <https://www.rfi.fr/fr/ameriques/20150313-haiti-enfin-calendrier-electoral-crise-politique-presidentielle-martelly> . Acesso em 03 jun. 2022.

BERROUËT-ORIOU, Robert, **Les reliques de la réforme Bernard dans le système éducatif haïtien**, le club de mediapart, 2022.

BOUSQUIER, Emile, **La situation politique, économique et sociale en Amérique latine-** Irenees(irenees.net), 2006.

BROWN, WENDY. **Nas ruínas do neoliberalismo: as ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2021. DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

CELINÉ, Samuel, **Finalment le Fonds national d'éducation a une loi régularisant son fonctionnement**, Port-au-Prince, 17 agosto 2017. Disponível em : <https://www.lenouvelliste.com/article/175029/finalement-le-fonds-national-deducation-a-une-loi-regularisant-son-fonctionnement>. Acesso em: 15 jun. 2022.

CONSTANT, Meheut ; CATHERINE, Porter ; SELAM, Gebrekidan Matt Apuzzo. **Comment la France a riposté aux demandes de réparations d'Haïti**, **New York Times**, 2022. Disponível em <https://www.nytimes.com/fr/2022/05/20/world/haiti-france-dette-reparations.html> . Acesso em 02 maio. 2022.

COUR DES COMPTES. **Synthèse du rapport, aide français à Haïti après le séisme du 12 janvier 2010**. 2013.

COUR SUPERIEURE DES COMPTES ET DU CONTENTIEUX ADMINISTRATIF CSCCA, **Rapport Sur La Situation Financière De L'état Et L'efficacité Des Dépenses Publiques Pour L'exercice 2017-2018** (RSFEEDP V) 2019.

DAVID, Cayla. **Qu'est-ce que le Néolibéralisme?** YouTube, Nantes, 11 mar. 2022. Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=UPEU-my3vo8>. Acesso em 05 Abr. 2022.

Décès de René Préval, ancien président haïtien discret mais incontournable. La croix, 03 mar. 2017. <https://www.la-croix.com/Monde/Deces-Rene-Preval-ancien-president-haitien-discret-mais-incontournable-2017-03-03-1300829265> . Acesso em 10 jul. 2022.

DELIMA, Pierre, **Constitution, Lois et L'éducation en Haïti, 1801-2011 : Eléments de Politique Éducatives**, Port-au-Prince, Le Béréen Laval, Mémoire, 2012.

DESTIN, Iramène, **Impacts du passé colonial dans les systèmes éducatifs haïtien et burkinabè : quelles possibilités de rupture par les réformes éducatives actuelles ?** Pensée afro-caribéenne et (psycho) traumatismes de l'esclavage et de la colonisation, 2017.

DORVILIER, Fritz. **La crise haïtienne du développement** : essai d'anthropologie dynamique. Port-au-Prince: Edition de l'Université d'Etatd'Haiti, 2012.

DULCE, Emilly, "há dois anos terminava a missão do exército brasileiro no Haiti: sucesso para quem"? Miguel Borba sa narra o histórico da nação caribenha pré-Minustah e legado "negativo" deixado pela operação da ONU, **BRASIL de Fato**, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/especiais/ha-dois-anos-terminava-a-missao-do-exercito-brasileiro-no-haiti-sucesso-para-quem> . Acesso em em 29 ago 2022.

EMILE, Etzer, **EMISSION EDUCATION ECONOMIQUE - 1 DOLLAR 50 SUR LES TRANSFERTS DE LA DIASPORA - QUELS RESULTATS**, Haïti, 28 nov. 2021. Disponível em : <https://www.facebook.com/OfficialEtzerEmile/videos/328335932438043/>. Acesso em 05 maio. 2022.

Falila, Gbadamassi. **Présidentielle à Haïti : l'écueil de l'identification**, 2016. Disponível em: https://www.francetvinfo.fr/monde/ameriques/presidentielle-a-haiti-lecueil-de-lidentification_3061613.html. Acesso em 25 ago. 2022.

FRANÇOIS, Pierre Enocque. **Système éducatif et abandon social en Haïti**. Cas des Enfants et des jeunes de la rue, Science de l'éducation, Université de Paris Nanterre, 2009.

FREDERIC, Thomas. **Haïti : le scandale du siècle. Corruption, néolibéralisme et révolte populaire**, 2019. Disponível em: <https://www.cadtm.org/Haiti-le-scandale-du-siecle-Corruption-neoliberalisme-et-revolte-populaire#nb1>. Acesso em 05 abr.2022.

FREDERIC, Thomas. **Haïti l'imposture humanitaire**, Port-au-Prince, Haïti, 26 février 2010. Le Monde diplomatique, novembre, 2016.

GARY, Cyprien L., **Éducation: l'État haïtien face à sa mission**, Haïti, 31 octu. 2005. Disponível em : <https://www.lenouvelliste.com/article/22147/education-letat-haitien-face-a-sa-mission>. Acesso em 23 mar. 2022.

GERARD, F.-M., HUGONNIER, B. & VARIN, S. (2017). **La qualité des systèmes Éducatifs des pays de l'OCDE enfin mesurée**, in B. HUGONNIER & G. SERRANO (dir.). Réconcilier la République et son école. Paris : Éditions du Cerf, pp. 61-73.

GILBERT, Myrtha. **Haïti : Système éducatif et société**, Trilingual Press, 2010.

GOVAIN, Renauld. **De l'expression vernaculaire à l'élaboration scientifique : le créole haïtien à l'épreuve des représentations méta-épilinguistiques**. *Contextes et didactiques. Revue semestrielle en sciences de l'éducation*, 2021. Disponível em : <https://www.monde-diplomatique.fr/2021/12/JOHNSTON/64136>. Acesso em 29 ago. 2022.

Haïti - Éducation : **Irina Bokova salue l'initiative de Michel Martelly pour la création du FNE**. Haïtilibre, Haïti, 15/06/2011. Disponível em : <https://www.haitilibre.com/article-3169-haiti-education-irina-bokova-salue-l-initiative-de-michel-martelly-pour-la-creation-du-fne.html>. Acesso em: 15 jun. 2011.

Haïti - Éducation : Lancement du Fonds National pour l'Education (FNE) par Martelly (MAJ 13h03). HAITILIBRE, 27/05/2011. Disponível em : <https://www.haitilibre.com/article-3034-haiti-education-lancement-du-fonds-national-pour-l-education-fne-par-martelly-maj-13h03.html> . Acesso em 27 sep. 2022.

Haïti réclame 21,7 milliards de dollars à la France. Le Monde, 07 abril 2003. Disponível em : https://www.lemonde.fr/archives/article/2003/04/07/haiti-reclame-21-7-milliards-de-dollars-a-la-france_315970_1819218.html . Acesso em 09 maio 2022.

HAITI, **Groupe de Travail sur l'Éducation et la Formation (GTEF)**, Pour un Pacte National Pour l'Éducation, 2010.

HAITI, Ministère de L'éducation Nationale et de la Formation Professionnelle. Vers la Refondation du Système Éducatif Haïtien, **Plan Opérationnel 2010-2015**, Des Recommandations De la Commission Présidentielle Éducation et Formation, Port-au-Prince 2010.

HAITI, Ministère de L'éducation Nationale et de la Formation Professionnelle. **Vers la Refondation du Système Éducatif Haïtien Plan Opérationnel 2010-2015.** Des Recommandations du Groupe de Travail sur l'Éducation et la Formation. Port-au-Prince, Haïti, 2011.

Haïti, ministère de l'Éducation Nationale et de la Formation Professionnelle, **SIGEEE** (Système de Gestion des Écoles, Enseignants, Élèves) 2020-2023. Disponível em : <https://sigeee.menfp.gouv.ht/#/dashboard/school> . Acesso em 11 jul. 2022.

HAITI. **Banque de La République d'Haïti**, Directrice Financière-Service Contrôle Financier, Rapport Mensuel Des Frais Perçus sur les Transferts Privés Internationaux versées Au Compte Du Trésor Public Établi Du 28 Juillet 2011 au 12 Septembre 2018.

HAITI. **Dette morale ou dette financière ?** 2015. Disponível em : https://www.francetvinfo.fr/monde/ameriques/haiti-dette-morale-ou-dette-financiere_902177.html . Acesso em 29 out. 2022.

HAITI. **Document d'évaluation de la Stratégie nationale d'action pour l'éducation pour tous de la République d'Haïti et son plan de mise en œuvre**, 2008.

HAITI. **Education**: l'Unesco salue la création du FNE Le Nouvelliste | Haïti-Education : L'Unesco salue la création du FNE, 2011.

HAITI. **Financer Education Equitable**, 2021. Disponível em : <https://education-profiles.org/fr/amerique-latine-et-les-caraibes/haiti/~financer-une-education-equitable>.

Acesso em 29 ago 2022.

HAITI. Institut Pédagogique National, **La réforme éducative, éléments d'information département de l'Education Nationale**, imprimerie des Antilles, Port-au-Prince, 1982.

HAITI. Ministère de L'éducation Nationale et de la Formation Professionnelle. Vers la Refondation du Système Éducatif Haïtien, **Plan Opérationnel 2010-2015**, Des Recommandations du Groupe de Travail sur l'Éducation et la Formation, Port-au-Prince, Haïti Avril 2012.

HAITI. **Ministère De L'éducation Nationale et de la Formation Professionnelle (MENFP)**, Haïti : l'éducation en chiffres 2013-2014.

HAITI. Ministère de L'éducation Nationale et de la Formation Professionnelle. **Plan Décennal d'Éducation et de Formation (PDEF) 2017-2027**, Port-au-Prince, Haïti Janvier 2018.

HAITI. Ministère de L'éducation Nationale et de la Formation Professionnelle. Fonds National de L'éducation. **Éléments de politique et de stratégie**, Port-au-Prince, Haïti 2019.

HAITI. Ministère de L'éducation Nationale et de la Formation Professionnelle. **Plan décennal d'éducation et de formation (PDEF)**, Port-au-Prince, Haïti, 2020.

HAITI. Rapport du Groupe de Travail sur l'Education et la Formation (GTEF). **Pour un Pacte National pour l'Education en Haïti. 2010**. Disponível em : <<http://uniq.edu/ressources/20170222070812.pdf>>. Acesso em 15 out. 2022.

Haïti-Éducation : L'Unesco salue la création du FNE. *Nouvelliste*, Port-au-Prince, 15 juin 2011. Disponible em : <https://www.lenouvelliste.com/article/93840/haiti-education-lunesco-salue-la-creation-du-fne>. Acesso em 15 jun. 2022.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves – 5. ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HUGO, Goeury. **Néolibéralisme et politiques de réduction de la pauvreté en Amérique latine**, *Contre Temps, Revue de Critique Communiste*, 2020.

IVE, Dejean. **Yon lekol tet anba nan yon peyi tet anba**. Port-au-Prince : Université d'Etat d'Haïti, 2013.

JAKE, Johnston. **La bataille d'Haïti n'est pas finie**. *Le monde diplomatique*, 2021.

JEAN JACQUES, Ronald, **Améliorer le financement de l'école: l'utilisation et l'utilité des subventions aux écoles République d'Haïti Synthèse Nationale**, Port-au-Prince, julho 2016.

JEAN JACQUES, Ronald. **Améliorer le financement de l'école : l'utilisation et l'utilité des subventions aux écoles République d'Haïti Synthèse Nationale**, IPE-UNESCO, 2016.

JOHN, Stephens. **Néolibéralisme**. 24 Jan. 2021. Disponible em : <https://fr1.wvpt4learning.org/neoliberalismo-2161>. Acesso em 05 abr. 2022 .

JOINT, Louis Auguste. **L'école dans la construction de l'État**, édition Paris, 2018. <https://doi.org/10.4000/books.editionsmsmh>. Acesso em 07 maio. 2022.

JULIO, Warner Loiseau. Un système éducatif haïtien à moderniser, Haïti **Perspectives**, vol. 6, no 4, Automne, 2018.

LAMBERT, Ricardo, **Vers un recadrage de la manne du FNE**, Haïti, 27 nov 2018. Disponible em : <https://lenouvelliste.com/article/195345/vers-un-recadrage-de-la-manne-du-fne>. Acesso em 06 jul. 2022.

LEMAY-HÉBERT, Nicolas ; PALLAGE, Stéphane. Aide internationale et développement en Haïti : bilan et perspective, **Haïti Perspectives**, vol. 1, no 1. Printemps, 2012

[https://www.academia.edu/78907506/Aide internationale et d%C3%A9veloppement en Ha%C3%AFti bilan et perspective](https://www.academia.edu/78907506/Aide_internationale_et_d%C3%A9veloppement_en_Ha%C3%AFti_bilan_et_perspective). Acesso em 04 nov. 2022.

Les Duvalier, 30 ans de règne sur Haïti. La Croix, 05 out 2014. Disponível em : <https://www.la-croix.com/Actualite/Monde/Les-Duvalier-un-regne-de-30-ans-sur-Haiti-2014-10-05-1216590> . Acesso em 02 jun. 2022.

LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira (Orgs.). **Políticas educacionais neoliberais e escola pública:** uma qualidade restrita de educação escolar. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018, 364p.

MIGNOT, Fabrice et al. **Rapport de mission en République d’Haïti, 2017.** Disponível em : http://www.cnda.fr/content/download/111393/1122479/version/1/file/HTI_OFPRA_C_NDA_09.2017_Rapport%20de%20mission_Haiti.pdf. Acesso em outu 2022.

NDOYE, Mamadou. Reformas educativas: expectativas e gestão da mudança. **Revue internationale d’éducation de Sèvres** [Online], 83 | abril de 2020, postado em 17 de junho de 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/ries/9292>; DOI : <https://doi.org/10.4000/ries.9292>. Acesso em 15 abr. 2022.

NORGARD, Gerald. **Haïti, 12 janvier 2010**, 16h53 : Quand tout a basculé, 2020.

ONU, **Objectifs du Millénaire pour le développement** : Rapport 2015, 2015. Disponível em: https://www.un.org/fr/millenniumgoals/reports/2015/pdf/rapport_2015.pdf. Acesso em 29/04/22.

PERCHELLET, Sophie. **Construire ou reconstruire Haïti ?** 2010. Disponível em : https://www.cadtm.org/IMG/pdf/Haiti_construire_ou_reconstruire.pdf. Acesso em 30/06/2022.

POPOVIC, Caroline, **Haïti : 30 ans après l’élection de Jean-Bertrand Aristide, la démocratie reste fragile**, Martinique, 18 dec. 2020. <https://la1ere.francetvinfo.fr/martinique/haiti-30-ans-apres-l-election-de-jean-bertrand-aristide-la-democratie-reste-fragile-904202.html> . Acesso em 20 fev. 2022.

Réconcilier la République et son école. Paris : Éditions du Cerf, pp. 61-73.

RICHARD, Jean. **Lahens. L'aide internationale, à Haïti favorise-t-elle le développement durable ? 2014.** Disponível em

https://savoirs.usherbrooke.ca/bitstream/handle/11143/7262/cufe_Lahens_JR_essai466.pdf. Acesso em 04 nov 2022

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **Educação escolar brasileira: estrutura, administração, legislação.** São Paulo: Pioneira, 1999.

SAVIANI, Dermeval, Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação, **Revista Brasileira de Educação**, 15, p. 380-393, 2010.

SAVIANI, Dermeval. Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação. **Trabalho, educação e saúde**, 2008, 6: 213-232.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema.** Autores Associados, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989. 51p.

TARDIEU, Charles. **Haïti : Le défi de l'Éducation -Un déni d'Éducation ! 2017.** Disponível em:

https://www.academia.edu/33134421/Haiti_Le_d%C3%A9fi_de_l%C3%89ducation_Un_d%C3%A9ni_d%C3%89ducation. Acesso em 04 nov 2022.

TARDIEU, Charles. **Le Psugo, une des plus grandes arnaques de l'histoire de l'éducation en Haïti,** Port-au-Prince, 2016.

THÉLUSMA, Fortenel. **Le système éducatif haïtien entre l'École fondamentale et l'enseignement secondaire rénové : réforme ou mirage ? 2020.** Disponível em:

<https://berrouet-oriol.com/linguistique/amenagement-linguistique/le-systeme-educatif-haitien-entre-lecole-fondamentale-et-lenseignement-secondaire-renove-reforme-ou-mirage>. Acesso em 15 outu. 2022.

UNESCO. **Éducation 2030 : Déclaration d'Incheon et Cadre d'action pour la mise en œuvre.** Paris : UNESCO. Durkheim, E. (1922). **Éducation et sociologie.** Paris : Presses

universitaires de France. Dewey, J. (1916). Democracy and Education. New York: Macmillan. 2015.

UNESCO. **Fórum Mundial de Educação**, Dakar, Senegal, de 26 a 28 de abril de 2000.

UNESCO: **World Data on Education edition**, 2006/07. Disponível em: <http://www.ibe.unesco.org/en/document/world-data-education-sixth-edition-2006-07>.

Acesso em 15 out 2022.